

**ISCTE**  **IUL**  
**Instituto Universitário de Lisboa**

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Normativ'Idade: Aceitação Social e Pessoal do Idadismo Flagrante e Subtil na Sociedade  
Portuguesa

Lídia Sofia Silvestre Abrantes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia  
Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:

Professora Doutora Sibila Marques, Professora Auxiliar,

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:

Professor Doutor Miguel Ramos, Professor Auxiliar,

Universidade de Birmingham

Outubro, 2019

**ISCTE**  **IUL**  
**Instituto Universitário de Lisboa**

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Psicologia Social e das Organizações

Normativ'Idade: Aceitação Social e Pessoal do Idadismo Flagrante e Subtil na Sociedade  
Portuguesa

Lídia Sofia Silvestre Abrantes

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia  
Comunitária, Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Orientadora:

Professora Doutora Sibila Marques, Professora Auxiliar,

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Coorientador:

Professor Doutor Miguel Ramos, Professor Auxiliar,

Universidade de Birmingham

Outubro, 2019

Em *memória* da minha querida avó, Olívia

“Guarda um cantinho da tua nuvem, para um dia eu lá morar”

### Agradecimentos

Agradeço-te a ti *Avó*, que estás presente através dos valores e memórias bonitas que deixaste, por teres sido abrigo, por teres sido colo que permitiu partidas e aceitou regressos.

Agradeço-vos a vós *Avôs*, por serem recordações, afeto, cheiro de infância.

Agradeço-te a ti *Mãe*, por seres força, luta, bondade. Por seres amparo, por me teres permitido acreditar, por me ajudares a levantar e por te orgulhares de me ver voar.

Agradeço-te a ti *Pai*, por seres calma aparente, alma sábia, distância presente. Por teres sido motor do meu esforço e alavanca das minhas conquistas.

Agradeço-te a ti *Mana*, por seres minha irmã por inteiro, por seres mar agitado em abraço calmo. Por seres companheira de vida e orgulho de irmã mais velha.

Agradeço-te a ti *Guilherme*, meu sobrinho, por seres luz, inocência, amor puro, companhia paciente. Por seres o meu melhor presente.

Agradeço-te a ti *Francisco*, meu amor, por seres mundo com mundos dentro, gestos, confiança e suporte. Por me permitires ser e por nunca desistires mesmo assim.

Agradeço-vos a vós *Marco, Luís e restante família*, por serem acrescento, união, laços permanentes.

Agradeço-te a ti *Mariana*, por seres alegria, entusiasmo, camaradagem, verdade. Por seres a representação mais bonita de amizade.

Agradeço-vos a vós, amigas de sempre, por serem permanência, encontros, suporte.

Agradeço-te a ti *Dália*, por teres sido inocência e agora seres superação, garra, exemplo maior.

A ti *Beatriz*, por seres a tranquilidade, o cuidado e a companhia de todas as horas. A ti *Débora*, por seres a descomplicação e a leveza. A ti *Marília*, por seres a emoção por detrás da inquietação, por seres telefonemas e a cedência. A todas, por sermos equipa. *Por só sermos mestres quando todas o forem!*

Agradeço-vos a vós *Anna e Diana*, por terem sido início, supresas, momentos e por serem sempre continuidade.

Agradeço-vos a vós, *Professora Sibila e Professor Miguel*, por terem sido conhecimento, incentivo e orientação. Por me terem permitido trabalhar convosco e partilharem da construção desta tese.

*“Happiness is only real when shared”*

Christopher McCandless

## Resumo

O idadismo é uma das principais tipologias de preconceito, que pode assumir formas flagrantes ou subtis, existindo inconsistências na literatura, acerca da sua normatividade social. Atualmente, parece existir uma norma social que inibe as expressões flagrantes de preconceito e que deu origem às suas expressões mais subtis, contudo, tal efeito nunca foi aprofundado em relação ao idadismo. O presente estudo teve por objetivos aferir a existência de normas idadistas, dirigidas às pessoas idosas, na sociedade portuguesa, em termos flagrantes e subtis, e de que modo estas variáveis condicionavam a aceitação pessoal do idadismo. Acrescido, analisou-se o potencial impacto que as motivações pessoais para responder sem preconceito, poderiam ter na aceitação de discursos idadistas. Assim, participaram neste estudo 170 indivíduos, entre os 18 e os 58 anos, aleatoriamente distribuídos por três condições experimentais: idadismo flagrante, subtil, ou ausência de idadismo. Os resultados comprovaram que o idadismo subtil é mais pessoalmente aceite que o flagrante e que as duas tipologias são percebidas como igualmente pouco adequadas na nossa sociedade, embora o flagrante seja entendido como mais comum que o subtil. Adicionalmente, verificou-se que a norma prescritiva se relaciona positivamente com a aceitação pessoal do idadismo flagrante e subtil, mas que o efeito da norma descritiva nas mesmas variáveis não é suficientemente expressivo. As motivações interna e externa não moderaram a relação entre as normas sociais e a aceitação pessoal do idadismo.

*Palavras-Chave:* idadismo flagrante, idadismo subtil, normas descritivas, normas prescritivas, motivações para responder sem preconceito.

*Códigos e Categorias de Classificação:*

2260 Métodos de Investigação e Design Experimental

2860 Gerontologia

2900 Processos Sociais e Questões Sociais

3020 Processos Interpessoais e de Grupo

## Abstract

Ageism is one of the main forms of prejudice, that can take on blatant or subtle forms, and on which there are inconsistencies in the literature about their social normativity. Nowadays, there seems to be a social norm that inhibits the blatant expressions of prejudice and give rise to its more subtle expressions, however, this effect has never been further investigated concerning ageism. This study aimed to assess the existence of ageist norms, addressed to elderly people, in the Portuguese society, in blatant and subtle terms, and how these variables conditioned the personal acceptance of ageism. Moreover, the study analysed the potential impact that personal motivations to answer without prejudice could have in the acceptance of ageist discourses. To this end, 170 individuals aged between 18 and 58 years participated in this study, and they are randomly distributed to three experimental conditions: blatant ageism, subtle ageism, or absence of ageism. The results have proven that subtle ageism is more personally accepted than the blatant ageism and that the two typologies are perceived as equally unsuited in our society, although the blatant ageism is understood as more common than the subtle form. Additionally, it was found that the prescriptive norm relates positively to the personal acceptance of the blatant and subtle ageism, but that the effect of the descriptive norm on the same variables is not sufficiently expressive. The internal and external motivations did not moderate the relationship between social norms and the personal acceptance of the ageism.

*Keywords:* blatant ageism, subtle ageism, descriptive norms, prescriptive norms, motivations to respond without prejudice

*Classification Categories and Codes:*

2260 Research Methods & Experimental Design

2860 Gerontology

2900 Social Processes & Social Issues

3020 Group & Interpersonal Processes



**Índice**

<b>Introdução.....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo I- Enquadramento Teórico .....</b>	<b>3</b>
<b>1.1 Idadismo.....</b>	<b>3</b>
1.1.1 Idadismo dirigido às Pessoas Idosas.....	5
1.1.2 Diferentes Formas de Preconceito: Idadismo Flagrante e Idadismo Subtil.....	9
<b>1.2 Normas Sociais.....</b>	<b>11</b>
1.2.1 Normas Sociais e Preconceito .....	15
1.2.2 Normas Sociais e Preconceito Flagrante e Subtil.....	21
<b>1.3 Motivações para Responder sem Preconceito.....</b>	<b>24</b>
<b>Capítulo II- O Presente Estudo: Objetivos e Hipóteses.....</b>	<b>27</b>
<b>Capítulo III - Método.....</b>	<b>29</b>
<b>3.1 Design da Investigação.....</b>	<b>29</b>
<b>3.2 Participantes .....</b>	<b>29</b>
<b>3.3 Instrumentos e Medidas.....</b>	<b>30</b>
3.3.1 Questões sociodemográficas .....	30
3.3.2 Aceitação pessoal, em geral, do preconceito dirigido a diferentes grupos sociais .....	31
3.3.3 Motivação intrínseca e extrínseca para responder sem idadismo .....	32
3.3.4 Manipulação do idadismo flagrante e subtil.....	33
3.3.5 Aceitação do discurso.....	34
3.3.6 Norma prescritiva percebida sobre o discurso do indivíduo .....	35
3.3.7 Norma descritiva percebida sobre o discurso do indivíduo.....	35
3.3.8 Norma descritiva percebida sobre o idadismo na sociedade portuguesa.....	35
3.3.9 Norma prescritiva percebida sobre o idadismo na sociedade portuguesa .....	36
3.3.10 Verificação da Manipulação.....	36
<b>3.4 Procedimento .....</b>	<b>38</b>
<b>Capítulo IV- Resultados.....</b>	<b>41</b>
4.1 Variáveis Sociodemográficas .....	41
4.2 Aceitação Pessoal do Preconceito Dirigido a Diferentes Grupos Sociais .....	42
4.3 Motivação intrínseca e extrínseca para responder sem idadismo .....	43
4.4 Verificação da Manipulação.....	44
4.5 Aceitação do Discurso.....	46
4.6 Norma Prescritiva Percebida sobre o Discurso do Indivíduo.....	46
4.7 Norma Descritiva Percebida sobre o Discurso do Indivíduo .....	47
4.8 Norma Descritiva Percebida sobre o Idadismo na Sociedade Portuguesa em geral.....	48
4.9 Norma Prescritiva Percebida sobre o Idadismo na Sociedade Portuguesa em geral .....	49

## ACEITAÇÃO PESSOAL E SOCIAL DO IDADISMO FLAGRANTE E SUBTIL

4.10 Correlações entre todas as variáveis.....	50
4.11 Análise do tipo de idadismo como moderador da relação entre as normas sociais e a aceitação do discurso idadista .....	52
4.12 Análise da motivação intrínseca como moderadora da relação entre as normas sociais e a aceitação do discurso idadista, por condição experimental .....	54
4.13 Análise do tipo de idadismo como moderador da relação entre a motivação intrínseca e a aceitação do discurso.....	56
4.14 Análise da motivação extrínseca como moderadora da relação entre as normas sociais e a aceitação do discurso idadista, por condição experimental .....	57
4.15 Análise do tipo de idadismo como moderador da relação entre a motivação extrínseca e a aceitação do discurso.....	59
<b>Capítulo V- Discussão .....</b>	<b>61</b>
<b>5.1. Limitações e Sugestões Futuras.....</b>	<b>67</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>69</b>
<b>Referências.....</b>	<b>73</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>79</b>

**Índice de Quadros**

Quadro 3.1.- Características Sociodemográficas dos Participantes .....	30
Quadro 4.1- Medidas descritivas da Aceitação Pessoal do Preconceito Dirigido a Diferentes Grupos Sociais.....	43
Quadro 4.2- Medidas descritivas e comparativas da Motivação Intrínseca e Extrínseca para Responder sem Idadismo .....	44
Quadro 4.3- Verificação da Manipulação .....	45
Quadro 4.4- Matriz de Correlações entre as Variáveis .....	51
Quadro 4.5- Resultados da regressão da aceitação do discurso na norma prescritiva percebida sobre o discurso e na moderadora condição experimental .....	53
Quadro 4.6- Resultados da regressão da aceitação do discurso na norma descritiva percebida sobre o discurso e na moderadora condição experimental .....	54

**Índice de Figuras**

Figura 4.1- Efeito da Condição Experimental na Aceitação do Discurso.....	46
Figura 4.2- Efeito da Condição Experimental na Norma Prescritiva Percebida sobre o Discurso do Indivíduo .....	47
Figura 4.3- Efeito da Condição Experimental na Norma Descritiva Percebida sobre o Discurso do Indivíduo .....	48
Figura 4.4- Modelos representativos do efeito das normas sociais na aceitação do discurso em função da condição experimental (“a” e “b”).....	52
Figura 4.5- Modelos representativos do efeito das normas sociais na aceitação do discurso em função da motivação intrínseca e da condição experimental (“c” e “d”).....	54
Figura 4.6- Modelos representativos do efeito da motivação intrínseca na aceitação do discurso em função da condição experimental.....	56
Figura 4.7- Resultados do efeito da motivação intrínseca na aceitação do discurso, em função da condição experimental.....	57
Figura 4.8- Modelos representativos do efeito das normas sociais na aceitação do discurso em função da motivação extrínseca e da condição experimental (“e” e “f”).....	58
Figura 4.9- Modelo representativo do efeito da motivação extrínseca na aceitação do discurso em função da condição experimental .....	59
Figura 4.10- Resultados do efeito da motivação extrínseca na aceitação do discurso, em função da condição experimental.....	60

## Introdução

A par com a raça e o género, a idade é uma das categorias primárias, através das quais tendemos a classificar os indivíduos, por forma a simplificar e tornar clara a vivência social (Iversen, Larsen, & Solem, 2009; Nelson, 2005; Snellman, 2016).

No seguimento, desde muito cedo, os investigadores sociais têm-se centrado nas causas e consequências deste sistema de categorização, e em particular, na forma como este processo origina estereótipos e preconceitos raciais e de género (Nelson, 2005), sendo que mais recentemente, o preconceito etário tem vindo a adquirir cada vez mais importância por parte das ciências sociais e da investigação (Palmore, 2015).

Há precisamente 50 anos, o conceito de “idadismo” foi introduzido por Butler, que o definiu como o preconceito que um grupo etário apresenta face a um grupo etário distinto do seu, e que o considerou, já à época, um grave problema nacional (Butler, 1969).

Atualmente, o idadismo é tido como um conjunto de práticas e atitudes negativas generalizadas em relação aos indivíduos, que assentam numa única característica, que é a sua idade (Marques, 2011), e assume-se como uma problemática contemporânea, uma vez que, apesar dos esforços legislativos para a sua eliminação e prevenção, se arroga como uma das principais formas de preconceito e discriminação, sendo experienciado mais recorrentemente do que o racismo ou sexismo, na Europa e particularmente em Portugal (Abrams, Russel, Vauclair, & Swift, 2011).

Acrescido, o idadismo apresenta uma singularidade única, que assenta no facto de poder afetar todas as pessoas ao longo do processo natural de envelhecimento (Nelson, 2005), sendo que os principais alvos desta forma de preconceito, a par com os jovens, são as pessoas idosas, que se vêem condicionadas em termos individuais, institucionais e sociais (Bodner, 2009; Ferreira-Alves & Novo, 2006; Marques, 2011). Assim, a relevância do estudo do preconceito etário dirigido às pessoas idosas torna-se clara, numa sociedade marcada por um fenómeno global de elevado envelhecimento da população, com estimativas que apontam para que 22% da população mundial, no ano de 2050, seja composta por pessoas com mais de 60 anos de idade (Levy & Macdonald, 2016).

Diversas teorias têm surgido, com o objetivo de explicar a origem do idadismo, contudo mais do que essa explicação, importa reconhecer os processos que se encontram na retaguarda da sua manutenção e aceitação, destacando-se as normas sociais, cuja função promotora ou inibidora de diversos tipos de preconceito tem vindo a ser replicada (e.g. Crandall, Eshleman, & O'Brien, 2002), embora o seu impacto no idadismo esteja ainda por explorar.

De forma geral, as normas sociais, que podem ser descritivas (“O que é feito”) ou prescritivas (“O que deve ser feito”), são classificadas enquanto definidoras de um quadro de referência que estabelece a forma como as pessoas devem agir e pensar, mediante a seleção de um comportamento apropriado para cada situação (Pereira, Monteiro, & Camino, 2009). Logicamente, as normas sociais são um dos conceitos fundamentais utilizados pelas ciências sociais para explicar a ação humana, existindo uma forte associação entre estas e os comportamentos em múltiplas áreas da vida dos sujeitos, como é o caso das relações marcadas pelo preconceito (e.g. Crandall et al., 2002).

Se outrora as normas sociais encorajavam a expressão do preconceito, atualmente parece existir uma norma que inibe a sua expressão aberta face a grupos minoritários (Monteith, Deneen, & Tooman, 1996), pelo que alguns autores defendem que a pressão normativa para a inibição da expressão do preconceito resultou no aparecimento de um processo mais subtil de discriminação sendo, portanto, fundamental a distinção entre o preconceito flagrante, tido como próximo e direto, e o preconceito subtil, considerado frio, distante e indireto (Pettigrew & Meertens, 1995).

Em suma, parece existir uma norma anti preconceito que inibe a expressão do preconceito flagrante, mas não do preconceito subtil, embora esta associação entre as normas sociais e as diversas formas de idadismo nunca tenha sido estudada.

Decorrente desta lacuna na investigação, o presente estudo tem por objetivo aferir a existência de normas sociais idadistas na sociedade portuguesa, e de forma mais concreta, verificar a influência que a manipulação de um tipo de idadismo flagrante ou subtil pode exercer sobre a ativação de diferentes normas sociais. Para além disso, pretende-se explorar a forma como as normas sociais, tanto descritivas como prescritivas, afetam a aceitação pessoal do idadismo, sendo que, por fim, pretendemos averiguar o possível efeito moderador da motivação externa e interna para responder sem idadismo, na relação entre as normas sociais e a aceitação das diversas formas de idadismo.

Posteriormente a esta breve introdução, terá lugar a explanação do enquadramento teórico, que contemplará não só a temática do idadismo, como das normas sociais e das motivações pessoais para responder sem preconceito. De seguida, serão descritos em pormenor os objetivos e hipóteses desta dissertação, que antecederão a descrição da metodologia utilizada, os resultados obtidos e a sua subsequente discussão, que contará com a reflexão crítica sobre as limitações desta investigação e com a sugestão de direções futuras. Finalmente, será descrita uma conclusão que beneficiará de uma reflexão acerca da totalidade da investigação.

## Capítulo I- Enquadramento Teórico

### 1.1 Idadismo

Os indivíduos, de forma geral, tendem a agrupar eventos e objetos de acordo com as suas semelhanças, por forma a encontrar um significado para o mundo, num processo denominado por categorização cognitiva (Cuddy & Fiske, 2002).

No mesmo sentido, ao depararmos-nos com outros sujeitos, somos conduzidos a classificá-los automaticamente em três categorias primárias, que são, a raça, o género e a idade (Nelson, 2005; Iversen et al., 2009).

A idade é, deste modo, uma característica que se torna saliente aos olhos dos indivíduos, sendo por nós utilizada como forma de facilitar e tornar perceptível a vivência social (Snellman, 2016), funcionando igualmente como resposta a algumas questões, como sejam “De que forma me devo dirigir ao sujeito?” ou “Será este, um indivíduo competente?”, uma vez que, a partir da saliência da idade, somos levados a inferir aspetos do indivíduo relacionados com as suas competências a nível social e cognitivo, com os seus papéis, com as suas crenças religiosas e políticas, ou até com a sua destreza física (Cuddy & Fiske, 2002).

Assim, é perceptível a noção de que o idadismo poderá surgir de um processo de categorização social, em que a diferentes grupos etários se atribuem diferentes posições e identidades específicas e homogeneizadas (Calasanti, 2003 citado por Calasanti, 2016).

O conceito “idadismo” surgiu deste modo há 50 anos, pela voz de Butler (1969), que o considerou um “problema nacional” e que o definiu como o preconceito que um determinado grupo etário tem, face a um grupo etário diferente do seu, acrescentando mais tarde que o idadismo é “um processo de estereotipagem e discriminação sistemática contra os indivíduos, porque estes são idosos, assim como no racismo e no sexismo o mesmo acontece em termos de cor e género” (Cohen, 2001).

Contudo, uma vez que esta sua definição restringe o grupo alvo de idadismo à população idosa, o próprio autor acabou por reconhecer que para além dos seniores<sup>1</sup>, outras populações poderiam ser alvo deste tipo de preconceito, como é o caso dos jovens (Bratt, Abrams, Vauclair, & Marques, 2018).

No mesmo sentido, também Schaie (1993) alargou esta definição, alegando que o idadismo é uma forma de preconceito ou discriminação dirigida a qualquer faixa etária (Stuckelberger, Abrams, & Chastonay, 2012).

---

<sup>1</sup> O conceito “idoso” e o conceito “senior” serão utilizados de forma intermitente ao longo da presente dissertação, contudo apresentam o mesmo significado.

Iversen e colaboradores (2009), realizaram uma análise conceptual às diferentes definições de idadeísmo, e consideraram a necessidade de introduzir uma nova asserção do conceito, em que recorreram a um modelo tripartido, que classifica o idadeísmo como um conjunto de estereótipos (componente cognitiva), preconceitos (componente afetiva) e discriminações (componente comportamental), e em que distinguem entre idadeísmo explícito e implícito, que poderá ter expressão a um nível micro, meso ou macro.

Sucintamente, o idadeísmo tem vindo a ser associado a um conjunto de práticas e atitudes negativas que se generalizam aos indivíduos, com base numa única característica, que é sua idade (Marques, 2011).

Segundo as diretivas da Comissão Europeia (2000), a discriminação inclui o tratamento diferente, negativo e desfavorável, dado a determinado cidadão, com base na sua raça, etnia, religião, convicções, deficiência física, idade ou orientação sexual, pelo que reconhece a existência do idadeísmo, e chama a atenção para a necessidade da presença de uma abordagem de direitos humanos, que inclua as pessoas de todas as idades (Stuckelberger et al., 2012). Neste sentido, o artigo 21º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia proíbe, a par com outras razões, a discriminação em razão da idade, sendo que também a Constituição Portuguesa, no seu 13º e 59º artigo, o faz (Marques, 2011). A União Europeia, estabeleceu ainda uma diretiva que define padrões que asseguram que independentemente da religião ou crença, deficiência, idade ou orientação sexual, seja assegurado um tratamento indiferenciado aos indivíduos no seu local de trabalho (Stypinska & Turek, 2017).

Ainda assim, apesar do idadeísmo, tal como outras formas de preconceito, por uma questão de direitos, não dever ser aceite numa sociedade dita igualitária (Palmore, 2015), e apesar dos esforços dirigidos em termos legislativos para a sua redução, existe ainda uma grande discrepância entre o que é o entendimento legal e o entendimento social do fenómeno (Stypinska & Turek, 2017), sendo que essa disparidade é facilmente notada, quando se analisam os dados do módulo “Experiências e Expressões de Idadismo” do *European Social Survey* (2009).

Neste módulo, foram utilizadas medidas que identificaram a percentagem de pessoas que referiram ter sido discriminadas em função da sua idade, e que permitiram comparar essa vivência com experiências de discriminação em razão do género ou etnia, revelando que os inquiridos europeus percecionaram ter sido alvo de tratamentos mais injustos devido à sua idade (35%), do que devido ao seu género (25%), ou à sua origem étnica (17%) (Abrams et al., 2011).

Este cenário europeu, por sua vez, estende-se ao contexto português, sendo a discriminação face à idade, a principal forma de discriminação sentida pelos portugueses (17%), seguida pela discriminação em função do género (13%) e em função da etnia (11%), confirmando os dados

obtidos no Eurobarómetro Especial (2009), cujas evidências sugerem que 53% da população portuguesa, considera a discriminação etária muito frequente no nosso país (Marques, 2011).

Deste modo, apesar de menos estudado que o racismo ou o sexismo (Nelson, 2005; North & Fiske, 2012), o idadismo tem adquirido cada vez mais importância no campo social e da investigação, sendo que as informações sobre as suas particularidades e formas, já são atualmente bem conhecidas, especialmente no que diz respeito ao preconceito dirigido às pessoas idosas (Marques, 2011; Palmore, 2015).

### **1.1.1 Idadismo dirigido às Pessoas Idosas**

Nos últimos anos, temos sido confrontados com um fenómeno global de acentuado envelhecimento da população, o que levanta questões sociais, económicas e políticas, que necessitam de ser atendidas (Swift, Abrams, Lamont, & Drury, 2017; Marques, 2011).

Um incremento nas condições de vida dos indivíduos, em comunhão com evoluções em termos económicos, sociais e médicos, possibilitou o alargamento da longevidade, indicador que, segundo as Nações Unidas (2013), tem propensão a evoluir nos próximos anos, esperando-se um aumento da Esperança de Vida à Nascimento, em todas as regiões do Globo (Swift et al., 2017; Marques, 2011). Portugal, enquanto um dos países mais envelhecidos do continente Europeu, segue naturalmente esta tendência, tendo-se estimado uma Esperança de Vida à Nascimento de 80,80 anos, no período compreendido entre o ano de 2016 e o ano de 2018, o que indica um aumento de 0,48 meses em relação ao período de 2015-2017 (Instituto Nacional de Estatística, 2019a).

O aumento na Esperança Média de Vida, aliado à diminuição progressiva nas taxas de fecundidade, reflete-se nos elevados valores associados ao Índice de Envelhecimento da População, a nível mundial, europeu e português (Marques, 2011).

Este é um índice que estima o número de indivíduos com mais de 60 anos, por cada 100 crianças ou adolescentes, cuja idade se situa entre os 0 e os 14 anos, e era no ano de 2007, de 136,2 em termos europeus, existindo estimativas que apontam para que este valor venha a aumentar para 229,7, em 2050. No contexto português, também no ano de 2007, se registavam índices que apontavam para a existência de 112 pessoas idosas por cada 100 jovens, existindo previsões de que este rácio pudesse subir para 246 seniores por cada 100 jovens, nos 25 anos posteriores (Marques, 2011). Estas previsões de aumento, parecem ser confirmadas pelo Índice de Envelhecimento registado no ano de 2018, cujo valor foi de 159,4 (Instituto Nacional de Estatística, 2019b).

Assim, o grupo etário dos sujeitos com mais de 60 anos, é o que apresenta um crescimento mais acelerado, a ponto de a Organização Mundial de Saúde (2015) indicar que em 2050 represente cerca de 22% da população mundial (Levy & Macdonald, 2016). Para além disso, dentro deste grupo, as pessoas que se situam na faixa etária de 85 ou mais anos, são aquelas que se destacam, em termos de velocidade de crescimento (Kelchner, 2008).

Decorrente destas alterações demográficas, são exigidos cada vez mais cuidados à população idosa, e sendo que muitas nações não estavam preparadas para este acentuado envelhecimento da população, poderá estar em causa a inclusão íntegra e harmoniosa dos seniores, prejudicando a garantia de condições necessárias para o desenvolvimento do seu potencial humano, e a proteção e consideração pela sua dignidade e individualidade (Ferreira-Alves & Novo, 2006), o que por sua vez, pode resultar em idadismo face às pessoas idosas.

Em consonância, se em tempos passados os idosos eram entendidos como sábios e eram tratados com grande consideração pela sua experiência, nos anos 30 houve uma inversão destes valores, aguçando-se as perspetivas idadistas sobretudo nos anos 70 (Nelson, 2005; Robison & Howatson-Jones, 2014).

Tal inversão é notada nos dados provenientes do *European Social Survey* (2009), em que 24% dos cidadãos idosos indicam ter sofrido de discriminação, por causa da sua idade (Abrams et al., 2011). No que se refere ao nosso país, uma investigação cuja amostra era de 324 participantes, indica que 68% das pessoas idosas menciona ter sido sujeita a um ou mais episódios de discriminação idadista, destacando-se que é maior a percentagem de pessoas que viveram esses episódios “mais do que uma vez”, do que aquelas que viveram “apenas uma vez” (Ferreira-Alves & Novo, 2006).

O *European Social Survey* (2009), permitiu concluir que também em Portugal, 20,8% dos indivíduos entre os 65-79 anos e 31,6% com mais de 80 anos, relataram ter sido discriminados em função da sua idade (Marques, 2011), sendo que estes dados podem ser extrapolados para uma visão global do fenómeno, pelo que é passível afirmar que o idadismo é um construto transversal, uma vez que, ao contrário do esperado, não só os países ocidentais evidenciam a existência desta forma de preconceito, como também os países orientais, sendo mesmo nos países da Europa Oriental e do Sudeste, aqueles em que os idosos descrevem ter sido discriminados com maior frequência (Van den Heuvel & Van Santvoort, 2011).

No seguimento, os dados parecem evidenciar que o idadismo dirige-se essencialmente às pessoas idosas (Marques, 2011), a quem são atribuídos traços de doença física e mental, impotência, pouca atratividade, declínio cognitivo, inutilidade, isolamento, pobreza, depressão (Palmore, 1990 citado por Nemmers, 2004), dependência, solidão, esquecimento, lentidão e

incompetência (Marques, 2011), embora lhes sejam igualmente atribuídos traços positivos, como a gentileza, a sabedoria e a confiança (Palmore, 1990, citado por Nemmers, 2004). Resultados obtidos junto de uma amostra de cidadãos espanhóis, evidenciou a adjudicação das características “ativo”, “alegre”, “impulsivo” e “rápido” aos jovens, e dos atributos “lento”, “sereno”, “triste” e “passivo”, aos seniores (Fernández- Ballesteros, 2004).

Com efeito, alguns autores defendem que o idadismo pode ser facilmente descoberto a um nível macro e a um nível micro (Gendron, Welleford, Inker & White, 2015), ou em diferentes patamares: individual, institucional e social (Bodner, 2009).

Em termos individuais, destaca-se a forma como comunicamos verbalmente com as pessoas idosas, através da utilização da “*elderspeak*”, que é uma forma de linguagem não somente paternalista, como também assinalada por um ritmo lento e um vocabulário simplista, expresso com uma entoação exagerada e um volume elevado. Este tipo de comunicação, acarreta assim, o questionamento implícito das competências deste grupo etário e decorre do estereótipo de que os seniores de forma generalizada, apresentam problemas auditivos e declínios cognitivos e intelectuais (Gendron, Welleford, Inker, & White, 2015; Kite & Wagner, 2002 citados por Nelson, 2005). Adicionalmente, em função destes estereótipos, também é comum que os indivíduos se dirijam às pessoas idosas da mesma forma a que se dirigem a bebés, animais ou objetos inanimados, utilizando o conhecido “*Baby-Talk*” (Nelson, 2005). Para além disso, a expressão de idadismo a este nível, é notória através do evitamento de contacto, e pela negação do próprio envelhecimento (Bodner, 2009).

Já no que diz respeito às manifestações institucionais, o idadismo pode ter lugar no âmbito habitacional, político, de aposentadoria, de empregabilidade, de saúde, e em ambiente de cuidados (Bodner, 2009).

No seguimento, o preconceito etário é abundantemente estudado e vivenciado em contexto de cuidados de saúde, por se acreditar que, numa sociedade em que as pessoas vivem até cada vez mais tarde, as pessoas idosas acorram mais frequentemente a estes serviços, causando mais despesas estatais. Estas investigações admitiram assim constatar que, genericamente, os idosos são alvo de maus diagnósticos, de limitações no acesso a transplantes (Ayalon & Tesch-Römer, 2017), de lapsos na oferta de tratamentos inovadores e dispendiosos (Kagan, 2008), de menos indicações sobre estilos de vida saudáveis, e por um enviesamento a favor dos jovens (Wold, 2012). No ano de 2003, a *Aliance for Aging Research* reconheceu que os profissionais desta área, estavam mal preparados para tratar dos seniores adequadamente, que os idosos dificilmente beneficiavam de cuidados preventivos, que não era realizada uma triagem adequada aos problemas apresentados pelas pessoas idosas, e que devido à sua idade, os ditos

elementos da terceira idade não eram incluídos em intervenções medicamente comprovadas e em ensaios clínicos (Nemmers, 2004). Tais dados podem ser entendidos como atuais, já que parece existir uma prevalência de atitudes negativas face aos idosos, em profissões ligadas à saúde e cuidados (Chonody, Webb, Ranzijn, & Bryan, 2014), com médicos a assumirem assunções sobre os pacientes, tendo por base a sua idade cronológica (Alliance for Aging Research, 2003, citado por Nemmers, 2004), ao mesmo tempo que apresentam uma tendência para ver as pessoas idosas como senis, depressivas e intratáveis (Reyes- Ortiz, 1997).

Permanecendo na área dos cuidados médicos, destaca-se a especialidade de saúde mental, uma vez que a depressão, tão comum nesta população, é muitas vezes sub-diagnosticada, ou quando assumida, é tratada diferencialmente nos jovens, já que ao ser uma problemática considerada como menos séria, aos primeiros é recomendado um tratamento à base de fármacos, e aos segundos à base de psicoterapia (Cuddy, Norton, & Fiske, 2005; Nelson, 2005).

Em termos de empregabilidade, as pessoas idosas são entendidas como menos eficientes e produtivas em relação aos jovens, pelo que as identidades empregadoras as consideram como mão-de-obra injustificadamente dispendiosa (Ayalon & Tesch-Römer, 2017). Consequentemente, mesmo quando apresentam melhores qualificações, as entrevistas dos seniores são avaliadas menos favoravelmente que a dos restantes escalões etários, para além de que, quando empregadas, as pessoas idosas são vistas como mais difíceis de incutir novas aprendizagens e de evoluir na carreira, mais resistentes às mudanças, como tendo piores desempenhos e como sendo menos ouvidas (Avolio & Barret, 1987). Em suma, devido a crenças preconceituosas, esta população confronta-se com maiores dificuldades no acesso e manutenção de empregos (Cuddy et al., 2005).

Ao contrário do esperado, também nos serviços dedicados aos cuidados, são encontradas evidências de idadeísmo. Por exemplo, descobriu-se que os funcionários de Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas, utilizam uma linguagem paternalista e infantilizada no dia-a-dia com os seus utentes, independentemente da sua condição física e cognitiva (Bodner, 2009). Para além disso, a constatação de que os estudantes de Serviço Social consideram o trabalho com os idosos como deprimente e pouco desejado, leva a crer que a simples ideia de poder vir a desenvolver trabalho para este grupo de pessoas, pareça estar envolta em crenças idadeístas, até porque estes estudantes vêem estas pessoas como solitárias, deprimidas, e como tendo pouca higiene (Chonody et al., 2014).

Por fim, a um nível social, esta forma de preconceito parece encontrar-se profundamente estabelecida na nossa cultura. Nos media, apenas 1,5 % das pessoas idosas são representadas,

para além de que, junto desta pouca percentagem, são explorados estereótipos físicos, cognitivos e sexuais, colocando-as a representar papéis de comicidade (Zebrowitz & Montepare, 2000, citados por Cuddy & Fiske, 2002). Também a literatura, os filmes de animação, os cartões de felicitação e as músicas, fazem uso de uma imagem decadente das pessoas idosas, continuando igualmente a ser socialmente permitidas, as piadas assentes em imagens negativas do envelhecimento (Palmore, 2017).

O idadismo dirigido às pessoas idosas, é deste modo perpetuado nas diferentes esferas da vida dos indivíduos, e deverá despertar especial atenção uma vez que tem um impacto negativo na sua saúde física e mental (Lamont, Swift, & Abrams, 2015), na sua qualidade de vida, na sua longevidade, e na sua vivência social (Stuckelberger et al., 2012).

### **1.1.2 Diferentes Formas de Preconceito: Idadismo Flagrante e Idadismo Subtil**

A atenção despendida face ao preconceito intergrupar, nos seus primórdios, dirigiu-se essencialmente à sua vertente flagrante, sendo que apenas nas últimas décadas do século XX, o foco foi alargado para passar a incluir uma visão mais subtil do fenómeno, até porque se acredita que esta última dimensão do preconceito contribua para a manutenção da estratificação racial, étnica e religiosa (Pettigrew & Meertens, 1995).

No seguimento, o idadismo, enquanto uma das principais formas de preconceito, não se desvia desta tendência, pelo que as teorias referentes ao preconceito etário sugerem que, este se pode manifestar sob uma forma flagrante ou sob uma forma subtil, embora esta última seja pouco tida em conta pelos indivíduos (Cary, Chasteen, & Remédios, 2017; Marques, 2011).

A vertente flagrante é assim assumida como a forma mais tradicional de entender o preconceito, pelo que é classificada como próxima e direta (Pettigrew & Meertens, 1995), sendo perpetuada de forma consciente e articulada (Drury, Abrams, Swift, Lamont, & Geracova, 2017). Mais especificamente, esta tipologia de preconceito encontra-se fortemente associada à perceção de ameaça e à rejeição do exo-grupo, a quem é dirigida uma crença de inferioridade genética, encontrando-se igualmente relacionada com uma oposição à possibilidade de vir a manter um contacto íntimo com o grupo externo (Meertens & Pettigrew, 1997).

No ano de 2009 na Europa, 15,9% das pessoas entre os 65-79 anos e 26,8% dos sujeitos com mais de 80 anos, expuseram já ter sido sujeitas a diferentes formas de perpetuação de idadismo flagrante, como os maus-tratos, insultos, abusos, e recusa em certos serviços (Marques, 2011).

De forma contrastante, o preconceito subtil fundamenta-se na defesa de valores tradicionais do endogrupo, no exagero das diferenças culturais e na negação de emoções

positivas, ainda que esta negação seja encoberta, não se aceitando igualmente a expressão de emoções negativas. Dedutivamente, este preconceito aparece assim, como menos óbvio, assumindo-se como frio, distante e indireto (Pettigrew & Meertens, 1995).

O idadismo subtil refere-se a ações desrespeitosas, a atitudes paternalistas e ao facto de se ignorarem as pessoas com base na sua idade, sendo que 19,9 % dos indivíduos europeus entre os 65-79 anos e 30,6% com mais de 80 anos, relatou ter sido vítima destas atitudes, no ano de 2009 (Marques, 2011). Para além destas configurações atitudinais, também a negação da humanidade plena, conhecida por desumanização, tem vindo a ser entendida como uma vertente comum no idadismo subtil, dirigido às pessoas idosas (Haslam, 2006).

Contudo, ao contrário do idadismo flagrante, que é mais facilmente assumido como negativo, o idadismo subtil poderá estar envolto em processos complexos, uma vez que apresenta uma natureza reservada e em diversas vezes surge de boas intenções (Drury et al., 2017). De forma exemplificativa, é facilmente perceptível a tendência que grande parte dos sujeitos demonstra para comunicar com os idosos num tom de voz infantilizado, estabelecendo conversas paternalistas e fazendo considerações sobre as suas idades, que superficialmente poderão aparentar ser elogiosas (“Está ótima para a sua idade”, ou “Nem aparenta a idade que tem”) mas que na realidade, têm subjacente preconceitos etários (Gendron et al., 2015; Barber & Tan, 2018).

Cherry e Palmore (2008), ao desenvolverem uma medida para avaliação de discriminação dirigida às pessoas idosas, confrontaram-se com o facto de os participantes, genericamente, mencionarem exercer com maior assiduidade três tipos de comportamentos, representados em três itens: “Mantenho as portas abertas aos idosos, devido à sua idade” (94%), “Desfruto das conversas com as pessoas idosas por causa da sua idade” (93%) e “Elogio os idosos, por estarem tão bem, apesar da sua idade” (90%). Assim, apesar de os autores entenderem estes comportamentos como preconceituosos na sua essência (tendo em conta as suas premissas ocultadas, apoiadas numa visão limitada e estereotipada do envelhecimento), justificam a sua frequência, pelo facto de os indivíduos poderem entender essas condutas como cortesias ou ajustadas e não como idadismo (Cherry & Palmore, 2008).

Esta percepção é igualmente apontada como justificativa para a tendência de uma maior aceitação de afirmações subtilmente idadistas, do que afirmações flagrantemente idadistas, como Horhota, Chasteen e Crumley-Branyon (2018), evidenciaram na sua investigação.

Por fim, também os estereótipos positivos atribuídos às pessoas idosas, aparentam empatia, contudo, ancoram igualmente em conceções paternalistas e patrocinam comportamentos preconceituosos (Chonody, 2016).

Como supramencionado, no *European Social Survey* (2009), mediu-se o preconceito etário nas suas duas vertentes, e os resultados permitiram retirar a conclusão de que o idadismo subtil ocorre com maior frequência (39%), do que o idadismo flagrante (29%) (Abrams et al., 2011), daí que não se deva menosprezar o impacto do primeiro, enquanto sustentador de um preconceito benevolente e de uma exclusão social, difícil de combater e legislar (Stuckelberger et al., 2012).

Decorrente, torna-se evidente que as duas configurações não só podem, como devem ser medidas de forma independente (Meertens & Pettigrew, 1997), pelo que se torna imperativo destacar o trabalho desenvolvido por Cary, Chasteen e Remédios (2017).

Este trabalho, insurge-se contra a escassez de investigações que distingam as duas formas de idadismo e contra o facto de existir uma inúmera quantidade de medidas que medem diferenças atitudinais face ao idadismo flagrante, mas até à data, nenhuma que avaliasse o idadismo subtil, tendo deste modo, consistido no desenvolvimento e validação da *Ambivalent Ageism Scale* (AAS). Esta é uma medida de 13 itens, composta por uma subescala de idadismo subtil e uma subescala de idadismo flagrante, e foi desenvolvida com base nos estudos sobre o sexismo e a partir da premissa de que a medição distinta das duas formas de preconceito, é fundamental para a compreensão e redução das experiências de preconceito vivenciadas pelo grupo-alvo. No seguimento, os autores cumpriram os objetivos a que se propuseram, aquando o desenvolvimento da AAS, uma vez que, para além da escala apresentar uma excelente consistência interna ( $\alpha = 0,91$ ), tal como seria de esperar, mediante a pontuação obtida pelos participantes em cada uma das subescalas, as atitudes em relação às pessoas idosas revelaram-se distintas: pontuações mais elevadas na subescala de idadismo flagrante previram significativamente a atribuição de menor competência e afetuosidade ao grupo dos seniores, enquanto pontuações superiores na subescala de idadismo subtil, se encontraram associadas à maior atribuição do traço de afetuosidade, às pessoas idosas, o que vai ao encontro do defendido na Teoria do Conteúdo de Estereótipo, uma das teorias explicativas do idadismo (Cary et al., 2017).

### **1.2 Normas Sociais**

Apesar de as normas sociais serem um dos principais conceitos utilizados nas ciências sociais, enquanto construto fundamental a que se recorre para explicar o comportamento humano (Darby, 2008), parece não existir um consenso acerca da sua definição teórica.

Por exemplo, Sherif (1936) definiu as normas sociais como “os costumes, tradições, padrões, regras, valores, modas e todos os outros critérios de conduta, que são padronizados

como consequência do contacto com os indivíduos” (p. 3), pelo que as concebeu enquanto regras que guiam os comportamentos sociais e que são negociadas conjuntamente (Cialdini & Trost, 1998), sendo que Pepitone (1976) acrescentou a ideia de que “por meios normativos, o comportamento social é mais característico de uma unidade coletiva sociocultural, do que de indivíduos observados aleatoriamente” (p. 642). Por sua vez, Sherif e Sherif (1953) afirmaram que “as normas sociais são formadas em situações de grupo e subseqüentemente, servem como padrões para as percepções e julgamentos do indivíduo, quando ele não está numa situação de grupo” (p.202-203) e mais recentemente, Cialdini e Trost (1998) afirmaram que “as normas sociais são padrões e regras entendidas pelos membros de um grupo, e que guiam e/ou inibem o comportamento social, sem a força de leis” (p. 152).

No seguimento, ainda que lhes tenham sido atribuídas uma infinidade de definições, parece consensual a ideia de que as normas sociais se assumem enquanto estabelecedoras de um quadro de referência, que institui a forma como os indivíduos devem pensar e agir, consoante a seleção de um comportamento apropriado ou desejável para a situação (Pereira et al., 2009). No mesmo sentido, parece existir uma concordância em relação às propriedades que as normas sociais apresentam, sendo elas, 1) o facto de serem partilhadas e consensualmente aceites, no âmbito de uma dada unidade social, como poderá ser a família, os amigos, os grupos sociais ou instituições; 2) o facto de delimitarem o que são os comportamentos expectáveis, em função do anterior estabelecimento de padrões comportamentais ditos adequados ou inadequados para cada situação; e 3) o facto de serem suscetíveis a previsões de punição ou recompensa (Horne, 2001; Fishbein & Ajzen, 1975; citados por Rodrigues, 2011).

Para além disso, é reconhecido ainda que estas normas possam ser perpetuadas por múltiplas vias sociais, sejam elas a socialização com os outros, o apelo de pessoas influentes, a aprendizagem vicariante, ou o controlo social e que, para além de permitirem a previsão do comportamento dos outros, poderão igualmente contribuir para o estabelecimento de interações positivas, e para a proteção de ideias valorizadas (Brauer & Chaurand, 2010).

A não existência de um acordo em relação à sua definição, parece também estender-se à ausência de um método sistemático para a medição das normas sociais, uma vez que se denotam enviesamentos nas diferentes técnicas utilizadas, que especificamente passam pelo questionamento, pela suposição a partir do comportamento, pelos efeitos postulados e pelos documentos escritos (Labovitz & Hagedorn, 1973).

Em termos do questionamento, é sabido que este pode ser feito através da colocação de questões diretas, ou através da apresentação de situações hipotéticas, podendo igualmente realçar aspetos avaliativos das normas sociais e/ou possíveis sanções pelo seu incumprimento.

Assim, apesar de ser uma forma prática e pouco morosa de obter informações acerca das normas, poderá igualmente estar sujeita a inúmeros tipos de enviesamento, como sejam, a possibilidade de alguns inquiridos poderem mentir ou expressar falsas memórias, o facto de alguns indivíduos poderem não estar qualificados para providenciar determinados tipos de dados, ou ainda a elevada probabilidade de responderem de acordo com um fenómeno de desejabilidade social (Labovitz & Hagedorn, 1973).

A suposição a partir do comportamento, resulta de um processo, em que primeiramente ocorre a observação de determinado padrão de comportamento, e de seguida se atribui essa mesma conduta a uma norma, ou seja, assume-se, a partir da observação, que quando o mesmo comportamento se encontra padronizado e portanto, é comum em determinado contexto, que tal se deva à existência de uma norma que prescreve tal comportamento. Esta é uma metodologia que se assume como particularmente útil na definição de novas normas, contudo exige extremo cuidado na sua utilização. Um dos cuidados a ter ancora no facto de os dados poderem estar incorretos, não representando efetivamente o comportamento mais comum (e.g., Será que todas as pessoas mentem sobre as declarações de impostos? Qual a percentagem de pessoas que o faz em comparação com as que não o fazem?). Outra das preocupações, reside na possibilidade dos dados poderem não representar uma norma social, sendo que outros fatores que não a norma, poderão explicar o comportamento (e.g., a maioria das pessoas pode mentir sobre a declaração de impostos, não porque tal ação seja normativa, mas porque acreditam que a curto prazo lhes poderá trazer benefícios económicos). Por fim, esta metodologia poderá promover um raciocínio circular, em que se infere a norma a partir do comportamento e o comportamento através da norma (Labovitz & Hagedorn, 1973; Mackie, Moneti, Shakya, & Denny, 2015).

Uma forma menos direta de inferir as normas, diz respeito à medição das implicações de normas hipotéticas, uma vez que, apenas as consequências comportamentais das normas, que são induzidas pelo investigador, são medidas e utilizadas como prova da real existência dessa mesma norma. Deste modo, é compreensível que esta seja uma medida que se apresenta como mais problemática que as restantes, já que as consequências observadas poderão dever-se a outros fatores que não à norma induzida.

Por fim, a dedução de normas sociais a partir de documentos oficiais, que especificam leis e regras, pode ser realizada, devendo-se ter em atenção o facto de estes documentos poderem já se encontrar obsoletos ou não se aplicarem a determinado grupo em particular (Labovitz & Hagedorn, 1973).

Em consonância, parece que diferentes metodologias acedem a diferentes normas sociais, como é facilmente perceptível se compararmos a dedução das normas a partir do

comportamento, que mede aquilo que é realmente feito, com a dedução das normas a partir de documentos, que acede ao que deve ser feito, o que vai ao encontro do defendido por Cialdini, Reno e Kallgren (1990), quando defendem a necessidade de distinguir entre o que são as normas descritivas e o que são as normas prescritivas, já que a cada uma delas estão associadas diferentes fontes de motivação (Cialdini, Reno, & Kallgren, 1990).

As normas descritivas dizem respeito ao “que é feito”, ou seja, referem-se ao que é comum ou normal, tendo como base o comportamento adotado pela maioria das pessoas, e influencia a própria conduta do indivíduo, ao evidenciar o que são ações eficazes e adaptativas. Assim, tomar o comportamento do outro como referência para o meu próprio comportamento, foi tido por Cialdini (1988), como um processo vantajoso ao nível do processamento da informação e como um atalho preponderante no momento em que definimos a forma como nos vamos comportar, sendo por isso um método a que as pessoas recorrem com frequência, mesmo face a comportamentos aparentemente neutros (Cialdini et al., 1990).

Já as normas prescritivas podem ser conceptualizadas em termos de regras ou crenças sobre o que é um comportamento moralmente aprovado ou reprovado, sendo que se referem a valores morais e padrões da sociedade, não se cingindo à mera exposição de informação acerca do comportamento do outro. Deste modo, são normas que indicam o “que deve ser feito”, impondo-se através da previsão de sanções sociais (Cialdini et al., 1990).

Diversas investigações têm sido conduzidas para avaliar o impacto das normas sociais em diversos comportamentos, como sejam, a) os comportamentos de saúde – onde se inclui a utilização de escadas ao invés do elevador (Burger & Shelton, 2011), ou a escolha de uma opção alimentar saudável (Burger et al., 2010); b) os comportamentos de risco – como o consumo de álcool (Pereira, 2013), ou os comportamentos de segurança no local de trabalho (Fugas & Meliá, 2011); c) os comportamentos sociais – entre os quais a doação de dinheiro para caridade (Croson, Handy, & Shang, 2009) e a participação política (Gerber & Rogers, 2009); e d) os comportamentos relacionados com o meio ambiente – como a conservação da energia doméstica (Shultz, Nolan, Cialdini, Goldstein, & Griskevicius, 2007), a poluição/deitar lixo para o chão (Cialdini et al., 1990), ou a reutilização de toalhas num hotel (Cialdini, 2005), sendo que algumas destas investigações têm igualmente identificado as normas descritivas, como mais preponderantes na influência que exercem sobre a mudança comportamental.

Por exemplo, Cialdini (2005) confirmou esta preponderância através de um estudo acerca do impacto das normas sociais na reutilização de toalhas num hotel. Para isso, o autor recorreu aos típicos cartões acerca da conservação de recursos, que encontramos nos quartos dessas unidades, como forma de manipular a informação normativa apresentada aos hóspedes.

Como resultado, concluiu que em comparação com as três outras mensagens, incluindo a que transparecia uma norma prescritiva (“Ajude a salvar os recursos do planeta para as próximas gerações” acrescido de informações acerca da importância de preservar recursos naturais no futuro), a que apresentava a informação normativa descritiva (“Junte-se aos outros cidadãos que ajudam a conservar os recursos do planeta” mais informações sobre o facto da maioria dos hóspedes reutilizar quando lhes é pedido) foi aquela que mais teve efeito na variável em estudo, uma vez que nesta condição a reutilização das toalhas aumentou em 28,4%.

Tendencialmente, as medidas de normas descritivas percebidas acedem à percepção da prevalência de determinado comportamento, enquanto as normas prescritivas percebidas se direcionam para a medida em que certo comportamento é aprovado ou aceite (Pereira, 2013), como podemos ver a partir da investigação de Brauer e Chaurand (2010).

Estes autores foram dos primeiros a investigar o vínculo entre as normas prescritivas e descritivas entre diversos comportamentos não cívicos, pelo que, após apresentarem uma lista com esses comportamentos, recorreram a dois itens para a medição destas duas tipologias de normas: “Até que ponto o comportamento é desviante (ou seja, até que ponto ele contraria as normas da sociedade)?”, para avaliar a norma prescritiva e “Até que ponto o comportamento é comum (isto é, até que ponto é frequentemente observado no seu país?)” para medir a norma descritiva (Brauer & Chaurand, 2010).

Em suma, as normas sociais nas suas duas vertentes, são tidas como um dos principais conceitos utilizados pelas ciências sociais na explicação da ação humana, porque embora não exista uma relação causal entre as normas e os comportamentos (Walkera, Sinclaira, & Macarthur, 2015), existe uma forte associação entre eles nas mais diversas áreas da vida dos indivíduos, como é o caso das relações envolvidas em preconceito (e.g. Crandall et al, 2002).

### **1.2.1. Normas Sociais e Preconceito**

A intenção de diminuir ou eliminar o preconceito, tem sido uma das principais preocupações da Psicologia Social, pelo que o seu estudo se tem ramificado em três grandes dimensões, que individualmente contribuem em muito para a sua compreensão, mas que por si mesmas são incompletas. Estas categorias são o sistema de atitudes, as dinâmicas cognitivas, e as normas sociais (Crandall et al., 2002; Zitek & Hebl, 2006).

Focalizando nas normas sociais, Sherif e Sherif (1953), destacam-se por terem sido os primeiros autores a descrever a função normativa do preconceito, defendendo que este poderá ser resultado da interação com os membros de um grupo e não um reflexo das preferências individuais de cada sujeito, pelo que assume a existência de uma pressão grupal para o

conformismo normativo. Mais especificamente, as ideologias e crenças de cada indivíduo têm fundamento nas normas sociais defendidas pelo grupo com o qual se identifica, através de uma fusão entre conflitos internos e externos (Crandall et al., 2002).

Decorrente destas assunções, numa altura em que ainda era permitido e até considerado normativo expressar preconceitos étnicos, teve lugar um dos principais estudos clássicos, que veio confirmar o papel do contexto normativo na expressão de preconceito, que foi o estudo das minas de carvão de Pocahontas. Nesta investigação, Minard (1952) verificou que a socialização entre pessoas negras e caucasianas aquando a realização dos trabalhos no subsolo, era marcada por harmonia e ausência de conflitos. Contudo, quando estes mesmos sujeitos se encontravam fora do contexto de trabalho, e, portanto, acima do solo, constatou-se uma quase total segregação social e habitacional, o que levou o autor a atribuir tal disparidade ao facto de os mineiros caucasianos, fora do contexto de trabalho, se terem conformado com as normas pró-racistas defendidas na época. Acrescido, Pettigrew (1958) sublinhou o facto destes dois diferentes tipos de comportamento se terem baseado numa inconsistência normativa evidente entre os dois ambientes (Pereira et al., 2009).

O próprio Pettigrew (1958), acabou por deter a primazia de conduzir as primeiras análises empíricas sobre o impacto das normas na discriminação racista na África do Sul e nos Estados Unidos da América, e de concluir que esta forma de discriminação se devia em maior parte à pressão cultural e normativa, do que a fatores individuais de personalidade (Rodríguez, Betancor, & Delgado, 2009).

De forma contrastante a este encorajamento para a expressão de preconceito, existe na atualidade, uma norma que coíbe a sua manifestação explícita face a grupos minoritários, o que parece ter ajustado as conceptualizações modernas do preconceito (Monteith et al., 1996), como é facilmente perceptível se pensarmos no racismo.

A partir dos anos 90, decisões políticas de extrema importância foram tomadas, como é o caso da definição dos Direitos Civis, que passaram a assumir a discriminação racial enquanto um conjunto de atos ilegais, pelo que a exibição destes tipos de comportamentos preconceituosos, passou a ser socialmente inaceitável, favorecendo-se em contrapartida as pessoas negras, através da oferta de oportunidades e da defesa de um tratamento igualitário (Monteith et al., 1996). Assim, as atitudes auto relatadas das pessoas caucasianas em relação aos negros, tonaram-se marcadamente menos preconceituosas, o que tem sido recorrentemente associado às novas normas anti preconceito, que desaprovam e sancionam atitudes explicitamente preconceituosas (Plant & Devine, 1998).

No seguimento, diversos estudos experimentais têm sido levados a cabo, por forma a suportar esta hipótese de que as normas influenciam a expressão do preconceito na sociedade contemporânea (Blanchard, Crandall, Brigham, & Vaughn, 1994).

Blanchard, Lilly e Vaughn (1991), por exemplo, realizaram uma investigação em que confrontaram os participantes com a opinião de colegas acerca da problemática do racismo no contexto universitário. Estes colegas eram na realidade comparsas da investigação, sendo que, através deles se manipulava a influência normativa (em desfavorecimento da norma igualitária, neutro, ou em favorecimento da norma igualitária) e o número de influenciadores (um ou dois). Os seus resultados revelaram que, independentemente do número de influenciadores e do facto da expressão de opinião ser pública ou privada, observar os seus pares a evidenciarem aceitação do racismo, fez com que os participantes diminuíssem significativamente a manifestação de apoio a políticas antirracistas, o que torna saliente a existência de um efeito de conformidade, no sentido da tolerância do racismo (Blanchard et al., 1991).

Na mesma linha de pensamento, um outro estudo revelou que, apesar de os estudantes aparentarem estar numa posição intermédia entre aceitar ou não acontecimentos racistas, quando surgiu um comparsa da investigação, a resposta dos estudantes tendeu a convergir com a sua opinião, tanto no sentido do apoio a práticas racistas, como no sentido contrário. Ou seja, quando o comparsa aparentava uma concordância com atos racistas, os estudantes também evidenciaram aceitar tais diretivas, mas quando o comparsa exprimia visões antirracistas, ocorreu uma redução na tolerância a estes atos, por parte dos alunos. Esta manipulação da norma social, condicionou as respostas dos participantes quer a nível público, quer a nível privado (Blanchard et al., 1994; Crandall, Miller, & White, 2018).

Tais evidências têm sido replicadas ao longo do tempo e em diversos países (e.g., Stangor, Sechrist & Jost, 2001), sendo de destacar o trabalho desenvolvido por Monteith e colaboradores (1996). Estes autores expandiram o estudo sobre o impacto das normas sociais no preconceito, analisando não só este fenómeno em termos de racismo, como também em termos de homofobia, sendo que um dos grandes objetivos desta investigação foi testar as diferenças da exposição a posições anti preconceituosas ou pró preconceituosas, na redução de sentimentos preconceituosos e na maior expressão destes mesmos sentimentos, respetivamente. Monteith et al. (1996), propunham que as revelações anti preconceito teriam um impacto mais forte do que as expressões pró preconceito, já que na sociedade contemporânea, as normas que se opõem aos diversos tipos de preconceito são mais fortes do que as que os apoiam. À semelhança do que aconteceu nas investigações anteriores, neste estudo também foram utilizados comparsas para manipular as normas sociais, tendo-se também testado a influência

pública e privada, e os resultados vieram corroborar a hipótese dos autores. Assim, perante uma condição em que o cúmplice introduzia uma perspectiva preconceituosa, não se denotaram diferenças significativas na expressão de preconceito entre o grupo de controlo e o grupo experimental todavia, quando o comparsa apresentava uma visão anti preconceituosa, denotou-se que os elementos do grupo experimental proferiam opiniões menos preconceituosas, que os participantes do grupo de controlo. Em suma, estes dados permitem confirmar que ouvir revelações não preconceituosas é suficiente para ativar uma norma social preponderante nos tempos de hoje, que sugere que não se deve ser preconceituoso (Monteith, et al., 1996).

Partindo dos resultados obtidos durante anos de investigação, parece deste modo existir uma tendência para um aumento progressivo nas atitudes positivas dirigidas em relação às minorias étnicas e raciais, que psicólogos e sociólogos interpretam como uma prova de que o clima social normativo se opôs ao preconceito (Crandall & Eshleman, 2003).

Contudo, e tendo em conta as investigações supramencionadas, é facilmente perceptível que os investigadores tendem a assumir a existência de uma norma sobre o preconceito, através de meros processos inferenciais, em que partem de fenómenos teoricamente relacionados para a sua interpretação enquanto um produto da influência normativa, o que pode não ser completamente fiável. Estas evidências não se estabelecem como uma demonstração inequívoca de que os sujeitos tivessem conscientes e/ou sob uma real influência de uma norma anti preconceito, pelo que se constata que a medição efetiva das normas, que demonstra que os entrevistados reconhecem que grande parte dos indivíduos da sociedade consideram o preconceito como socialmente inaceitável (Rodrigues, 2011), deva ser explorada em maior grau, tal como Crandall e colaboradores (2002) fizeram.

Estes autores realizaram uma investigação sobre a adequação social de várias formas de preconceito, solicitando aos participantes que classificassem os grupos em termos de ser “Completamente Aceitável”, “Talvez Aceitável”, e “Definitivamente não Aceitável” na sociedade, deter sentimentos negativos em relação a eles, sendo que posteriormente avaliaram a forma como essa adequação determinava quais os preconceitos que são suprimidos ou declarados em público. Na sequência, esta investigação permitiu o reconhecimento de que algumas formas de preconceito são contrárias à norma, como é o caso do preconceito dirigido a grupos étnicos ou a indivíduos portadores de deficiência física, enquanto outras são socialmente aceites, como aquelas que se referem a pedófilos ou ladrões (Crandall et al., 2002). Estes resultados foram também encontrados noutras investigações, que demonstraram a normatividade face a expressar preconceito em relação a delinquentes, psicopatas, abusadores sexuais e terroristas, mas a oposição face a manter atitudes preconceituosas explícitas, em

relação a pessoas com deficiência, vítimas de violência doméstica ou pessoas idosas (Rodríguez et al., 2009).

Assim, com base nestas descobertas, Crandall, Ferguson e Bahns (2013) categorizaram os grupos sociais em grupos sobre os quais existe um consenso universal de que se deve ter preconceito, grupos cujo consenso universal é de que não devem existir preconceitos, e grupos em que a aceitação do preconceito é dúbia. Os mesmos autores traçaram ainda um conjunto de considerações que fundamentam esta classificação e que assentam no facto de 1) existir um continuum de aceitação dos vários tipos de preconceito, que varia entre completamente inaceitável e completamente aceitável; 2) de o preconceito alvo de interesse para estudo, estar marcadamente relacionado com o seu estatuto normativo; 3) de se estimar a existência de uma propensão para que os diversos grupos se dirijam para a aceitação social; 4) de o preconceito despertar o interesse dos investigadores; e de 5) as atitudes deixarem de ser consideradas preconceito, passando antes a ser tidas como visões distorcidas de alguém irracional, quando os grupo alcançam uma aceitação social.

Regressando aos estudos de Crandall et al. (2002), extraiu-se a importante conclusão de que as atitudes negativas face a certos grupos sociais eram melhor previstas pelo seu cunho normativo, daí que quanto mais socialmente aceitável é expressar preconceito contra alguns grupos, maior a rejeição desses mesmos grupos, ou seja, menor a sua aceitação pessoal em diversos cenários (encontros amorosos, arrendamento de habitação, emprego), sendo que tal fenómeno é denotado precocemente na vida das pessoas, com crianças caucasianas de nove e dez anos a referirem não gostar dos grupos que as suas mães aceitavam discriminar, e gostar daqueles que as mãe condenavam as atitudes preconceituosas (França & Monteiro, 2004).

Em suma, a investigação conduzida por Crandall et al. (2002), destaca-se como um exemplo representativo de como o acesso às normas sociais de preconceito beneficia de medidas mais diretas, naquilo que Rodrigues (2011) considerou: “uma medição efetiva das normas sociais” (p. 83), pelo que mais recentemente alguns autores têm investido nesta forma de medição, como é o caso de Falomir-Pichastor, Mugny, Frederic, Berent e Lalot (2018) e Crandall et al. (2018).

Os primeiros autores estavam interessados em perceber de que forma a licença moral para o preconceito, face às pessoas imigrantes na Suíça, se encontrava condicionada pelas normas sociais e pela motivação intrínseca para não se ser preconceituoso. No seguimento, enquanto a motivação intrínseca foi medida através de uma adaptação da subescala de motivação interna de Plant e Devine (1998), a norma social foi experimentalmente manipulada, tendo sido descritos aos participantes, os resultados hipotéticos de uma investigação realizada

junto da população suíça. Esta manipulação fornecia assim, informações descritivas e normativas sobre as respostas dadas pelos suíços a quatro questões: “1. Você favorece a população suíça em vez dos imigrantes?”, “2. Pode uma pessoa que prefere o povo suíço ao invés dos imigrantes ser considerado justo?”, “3. (...) equitativo?”, “4. (...) respeitador dos direitos humanos?”. As supostas respostas do povo suíço apresentavam-se como tendo sido recolhidas através de uma escala de três pontos (“Sim”, “Não”, “Não sei”) e consoante a condição experimental que se lhes atribuíra, os participantes liam que nas quatro questões, aproximadamente 80% da população suíça se opôs (norma igualitária) ou apoiou (norma de preconceito) a preferência pelo povo suíço em detrimento das pessoas imigrantes. Assim, os autores parecem utilizar o mesmo paradigma já comumente utilizado da manipulação da apresentação da norma contudo, desta vez não se cingiram à simples inferência das normas em função das respostas dos participantes às condições experimentais, já que imediatamente após a apresentação da manipulação, dois itens acederam à percepção da norma social: “1. Na sua opinião, a maioria da população suíça favorece o povo suíço, em vez dos imigrantes?”, “2. A maioria da população suíça prefere que seja dado um tratamento igual ao povo suíço e aos imigrantes?”. Como resultado, Falomir-Pichastor et al. (2018) confirmaram a existência de um efeito de licença moral somente na condição da norma igualitária, quando a motivação intrínseca para o preconceito era elevada.

Por seu turno, Crandall et al. (2018) interessaram-se em perceber de que forma o crescimento de movimentos políticos de extrema-direita, e em particular a eleição de um presidente norte-americano que defendia, entre vários aspetos, a expressão de preconceito em relação a diversos grupos sociais, conduziu a uma maior aceitabilidade social do preconceito, especialmente dirigido aos grupos que Donald Trump atingiu na sua campanha política. Para tal, os autores recrutaram uma amostra de apoiantes de Donald Trump e um grupo de apoiantes de Hillary Clinton, num momento prévio às eleições e num momento posterior às eleições, para participarem em dois estudos paralelos que pretendiam aceder ao preconceito pessoal e à percepção da normatividade do preconceito. Em qualquer um dos estudos, foi apresentada uma lista de 19 grupos sociais que incluíam aqueles que tinham sido mencionados pelo presidente norte-americano e outros não mencionados, sendo que no estudo sobre o auto-preconceito, os participantes foram convidados a, através de uma escala de 100 pontos, indicarem as suas próprias atitudes em relação a cada um desses grupos, e na investigação sobre a percepção de normas sociais, foi solicitado aos participantes que não se focassem nos seus próprios sentimentos, mas sim na norma social global, e utilizassem igualmente uma escala de 100 pontos para manifestar se “Não é aceitável” ou é “Completamente aceitável” expressar sentimentos

negativos em relação a cada um dos grupos. Os resultados desta investigação, revelaram-se alarmantes, uma vez que, apesar de não se verificarem alterações no preconceito dirigido a alguns grupos, se confirmou um aumento da aceitação do preconceito dirigido aos grupos sociais que o atual presidente dos EUA visou nos seus discursos de campanha, o que pode justificar o aumento considerável de incidentes relativos ao preconceito, que se seguiram ao período das eleições presidenciais. Deste modo, este é um estudo de salientar, uma vez que dá conta da natureza mutável das normas sociais e da sua importância no que diz respeito ao preconceito, tal como as outras investigações já tinham avançado.

Finalizando, parecem existir diversas investigações sobre a normatividade social de vários preconceitos, contudo, pelo que se sabe, o impacto das normas sociais na expressão e aceitação do idadismo nunca foi estudado, sendo que os dados a partir dos quais se poderia inferir este fenómeno aparentam ser contraditórios: alguns autores incluíram a população sénior no grupo das pessoas sobre as quais não é aceitável deter preconceitos (Crandall et al., 2002; Rodríguez et al., 2009), sendo que outros indicaram que o preconceito dirigido às pessoas idosas é largamente aceite e considerado normativo na maioria das culturas (Baduroglu, Yoon, Luo, & Park, 2006). Uma hipótese interessante que se poderá colocar é a de que existirão normas sociais distintas em relação à aceitação do idadismo flagrante ou subtil. De facto, os dados indicam que existe uma maior expressão de idadismo subtil do que flagrante (Abrams et al., 2011) o que poderá estar de acordo com esta hipótese, pelo que esta questão – dimensão flagrante ou subtil do idadismo – parece ser um fator crucial a considerar no estudo desta temática.

### **1.2.2 Normas Sociais e Preconceito Flagrante e Subtil**

Como referido anteriormente, nos primórdios do século XX, imperavam as manifestações explícitas de preconceito por parte dos americanos caucasianos em direção aos afro-americanos, tendo tal fenómeno sofrido uma viragem na segunda metade do século, com a introdução de uma norma anti preconceito (Monteith et al., 1996).

Ainda assim, com a evolução do tempo e de forma aparentemente contraditória, regista-se igualmente um acréscimo da violência racial e a permanência de disparidades socioeconómicas, desfavoráveis às minorias raciais, demonstrando que as assimetrias entre grupo maioritários e minoritários ainda se mantêm, apesar de se defender a ausência de preconceito (Forscher, Cox, Graetz, & Devine, 2015; Lacerda, Pereira, & Camino, 2002). Para além disso, a um nível mais micro, estudos europeus e norte americanos, sublinham o facto de persistir entre os indivíduos, uma preferência pelo seu próprio grupo, ainda que isso não implique a discriminação do exo-grupo (Vala, Brito, & Lopes, 2015).

No sentido de mitigar esta aparente dualidade, algumas teorias têm defendido que a pressão normativa para a não expressão de preconceito, originou um processo mais aprimorado de discriminação, que tem conduzido os indivíduos a aprenderem a não expressar os seus preconceitos, ou então a revelá-los de formas mais simbólicas, secretas ou subtis (Gaertner & Dovidio, 1986), como forma de se defenderem face ao seu próprio preconceito, ou como forma de conferir as desvantagens do exo-grupo a outras causas, que não sejam a discriminação (Meertens & Pettigrew, 1997).

Em conformidade, no âmbito de uma investigação sobre indivíduos europeus em quatro países diferentes, uma análise fatorial identificou cinco dimensões, organizadas em dois fatores correlacionados, que eram então o preconceito flagrante e o preconceito subtil. Assim, se ao preconceito flagrante estão associadas as dimensões da rejeição do exo-grupo e da percepção de ameaça, à vertente subtil do preconceito, coligam-se a defesa dos valores tradicionais, a ampliação das diferenças culturais e a negação de emoções positivas dirigidas ao exo-grupo (Pettigrew & Meertens, 1995).

Decorrente deste estudo, Pettigrew e Meertens (1995) identificaram três configurações de relação raciais, que subdividem os indivíduos em flagrantes, subtis e igualitários, tendo previsto que estes, de uma maneira geral, pontuassem em maior escala nas medidas de preconceito subtil, do que nas medidas de preconceito flagrante (Vala et al., 2015).

Assim, os indivíduos cuja pontuação excedeu o ponto médio das escalas de preconceito flagrante e das escalas de preconceito subtil, foram classificados como “flagrantes”, e são um grupo de pessoas que se destacam por não aceitarem, ou por ignorarem, a norma social que defende o igualitarismo (Vala et al., 2015; Pereira et al., 2009).

Já os “igualitários”, apresentam um padrão de resposta completamente contrário, já que as suas pontuações se encontram abaixo do ponto médio em ambas as escalas, pelo que se pode assumir que são sujeitos que não só aceitam, como internalizam, a norma igualitária, evidenciando uma reduzida rejeição à intimidade e a capacidade de expressar emoções positivas em direção ao exo-grupo (Pettigrew & Meertens, 1995; Pereira et al., 2009).

De destacar, são as pessoas que apresentam reduzidas pontuações nas medidas de preconceito flagrante, sugerindo que estes cidadãos estão em acordo com a norma vigente, mas elevadas classificações no preconceito subtil, o que indica que a norma não foi internalizada de tal modo, que continuam a expressar as suas atitudes negativas em contextos específicos e de um modo aparentemente não preconceituoso (Pettigrew & Meertens, 1995; Pereira et al., 2009). Estas pessoas foram caracterizadas como “subtis” e sucintamente, poder-se-á afirmar, que o preconceito subtil resulta de uma combinação de preconceito flagrante e normas sociais que o

condenam, pelo que o preconceito subtil escapa a essa forma mais hostil da discriminação (Crandall et al., 2002; Meertens & Pettigrew, 1997).

As análises conduzidas por Pettigrew e Meertens (1995), alertaram então, para a extrema importância de se distinguir as formas subtis, das formas flagrantes de preconceito, associando as primeiras à defesa dos valores tradicionais do endo-grupo, ao exagero das diferenças culturais e à negação de respostas emocionais positivas dirigidas ao exo-grupo (i.e., às distinções no campo emocional e valorativo), e as segundas à percepção de ameaça, à rejeição do exo-grupo, à oposição ao contacto íntimo com elementos de grupos minoritários e à crença da inferioridade genética do exogrupo (i.e., às diferenciações no cenário biológico).

Indo além destes resultados, evidencia-se o facto de, em todas as amostras dos países europeus, se registarem valores mais elevados de filiação ao racismo subtil do que ao racismo flagrante, demonstrando que o primeiro é mais normativamente aceite que o segundo (Vala et al., 2015), sendo que todos estes resultados foram igualmente replicados no contexto português, comprovando-se uma maior incidência de preconceito subtil do que preconceito flagrante, que sublinha a existência de uma norma antirracista inibidora da expressão de racismo flagrante, mas não do racismo subtil (Vala et al., 2015).

Acrescido ao racismo, outras formas de preconceito se destacam pela supremacia da sua vertente subtil em detrimento da sua dimensão flagrante, como é o caso do sexismo (Glick & Fiske, 1996), pelo que Barreto e Ellemers (2005), se interessaram em descodificar se, de facto, esta dimensão subtil do sexismo era tida pelos indivíduos comuns como uma real forma de preconceito, e quais os processos psicológicos que mediavam essas percepções.

Assim, os autores colocavam a hipótese de que, quando comparados com os sexistas hostis/flagrantes, os sexistas benevolentes/subtis, apresentavam menor probabilidade de ser entendidos como tendo opiniões sexistas, e que a fonte dessas expressões de sexismo era responsável por mediar a percepção dos perpetradores como sendo efetivamente sexistas. Para o efeito, os autores desenvolveram um estudo 2 (sexismo hostil vs sexismo flagrante) X 2 (género do participante) X 2 (género do perpetrador) sob a forma de um questionário. Neste questionário, os participantes foram expostos a uma breve descrição de resultados, que supostamente, tinham sido recolhidos num estudo de opinião acerca da posição da mulher na sociedade holandesa, sendo que o género da fonte foi manipulado através da variação da descrição da amostra do suposto estudo anterior, e o tipo de sexismo foi manipulado na apresentação dos seus resultados. Esses resultados, correspondentes à manipulação, foram desenvolvidos com base nas questões do “*The Ambivalent Sexism Inventory*” – com a utilização dos itens da subescala de sexismo subtil na construção da condição de sexismo subtil, e com

recurso aos itens da subescala de sexismo flagrante para a definição da condição de sexismo flagrante – e após a apresentação da manipulação, foram colocadas diversas questões sobre o sexismo percebido e a fonte das declarações sexistas. Com esta investigação, os autores comprovaram que, independentemente do género, os participantes consideraram as pessoas com visões de sexismo hostil como significativamente mais sexistas, do que as que expressavam sexismo benevolente, para além de que mostraram que essa percepção é mediada pela avaliação positiva que é feita em relação ao sexismo benevolente, que não se enquadra no protótipo comumente difundido acerca dos perpetuadores de sexismo (Barreto & Ellemers, 2005).

Em termos do preconceito em função da idade, como já foi mencionado, regista-se uma maior ocorrência de idadeismo subtil do que idadeismo flagrante (Abrams et al., 2011), pelo que a questão que se coloca é: Será que a maior incidência de idadeismo subtil, tal como no racismo ou no sexismo, se deve à existência de uma pressão normativa para a inibição do idadeismo nas suas formas mais flagrantes?

### **1.3 Motivações para Responder sem Preconceito**

As visões atuais sobre o preconceito, defendem que mesmo perante a existência de uma norma social que inibe a sua expressão aberta, permanecem as diferenças individuais em termos de quão bem-sucedidos são os indivíduos nesse processo de supressão (Thijs, Gharaei, & Vroome, 2016). Por conseguinte, o modo como as pessoas suprimem ou não, declarações explícitas de preconceito, dependerá de fatores motivacionais que poderão conduzir os sujeitos a evitarem demonstrar preconceito, com vista a cumprir a pressão social e evitar sanções, ou com vista a agir em concordância com os seus padrões pessoais de igualitarismo (Butz & Plant, 2009). Efetivamente, as investigações levadas a cabo a partir do século XXI, divulgam que a fonte motivacional para a supressão do preconceito e as características situacionais, fornecem uma série de condicionantes para a forma como se responde em interações inter-raciais, e para a forma como os indivíduos expressam preconceitos (Butz & Plant, 2009), pelo que, deste modo, se torna imperativo isolar os efeitos de cada uma das fontes motivacionais, por forma a perceber-se a sua importância nas respostas dos indivíduos (Palma & Maroco, 2008).

Neste sentido, Dunton e Fazio (1997) foram dos primeiros autores a desenvolver e validar uma escala de autorrelato, relativa à motivação para controlar reações preconceituosas face às pessoas negras (*Motivation to Control Prejudice Reactions*). Esta escala contava com itens que aparentavam distinguir a motivação interna da motivação externa para suprimir o preconceito, sendo que, no caso da motivação interna, os itens incidiram sobre as implicações de aparentar ser preconceituoso para si próprio (e.g., “fico com raiva de mim mesmo, quando

tenho sentimentos ou pensamentos que podem ser considerados preconceituosos”), e no caso da motivação externa, as questões focaram-se nas consequências de parecer preconceituoso aos olhos dos outros (e.g., “é importante para mim que as outras pessoas não pensem que sou preconceituoso”) (Dunton & Fazio, 1997).

Um ano mais tarde, Plant e Devine (1998), partindo de igual premissa, de que tanto a motivação interna, como a motivação externa, condicionam as reações preconceituosas e não preconceituosas dos sujeitos, desenvolveram duas escalas que possibilitaram isolar validamente as duas fontes de motivação: a Escala de Motivação Interna para Responder sem Preconceito e a Escala de Motivação Externa para Responder sem Preconceito.

Neste sentido, a primeira pressupõe que a resposta não preconceituosa dos indivíduos advém de um conjunto de padrões internalizados de anti preconceito, que são importantes para o autoconceito do sujeito, enquanto que a segunda surge da ideia de que os sujeitos são levados a não manifestar preconceito, por estarem socialmente pressionados a cumprir a norma igualitária, pelo que tentam evitar reações negativas por parte dos outros (Plant & Devine, 1998; Plant & Devine, 2001).

Através desta escala, os autores chegaram à conclusão que as pessoas poderão encontrar-se motivadas para responder sem preconceito, principalmente por razões internas, principalmente por razões externas, pela combinação das duas razões, ou podem simplesmente não se encontrarem motivadas (Butz & Plant, 2009; Plant & Devine, 2001), sendo que estes dados se referem a minorias raciais mas também se poderão extrapolar para o sexismo (Klonis, Plant, & Devine, 2005), preconceito face ao HIV (Pryor, Reeder, & Landau, 1999), ou preconceito face aos imigrantes (Falomir-Pichastor et al., 2018).

Partindo desta distinção entre as duas fontes de motivação, diversos estudos e hipóteses têm sido desenvolvidas para explicar os seus efeitos diferenciados na expressão ou supressão do preconceito, sendo de destacar a aplicação da Teoria da Autodeterminação no controlo do preconceito (Butz & Plant, 2009).

Esta teoria defende que as pessoas que apresentam uma elevada motivação interna, mas reduzida motivação externa, serão aquelas mais efetivas em responder de forma não preconceituosa em qualquer situação, inclusive em situações pouco marcadas pela pressão social e quando a distinção entre grupos é difícil de controlar, uma vez que internalizaram a tal ponto a norma igualitária que deverão responder sempre em consonância com as suas metas pessoais. Já os sujeitos que aparentam estar motivados para responder sem preconceito pela combinação das duas razões, poderão ser menos bem-sucedidos em situações em que o controlo é mais difícil, porque o seu comportamento, ao ser regulado por uma força externa, não reflete

em tamanha proporção uma autodeterminação, pelo que se torna menos eficaz na inibição do preconceito. Por sua vez, os indivíduos unicamente motivados por fatores externos, deverão evidenciar esforços menos sólidos para inibir o preconceito, já que apesar de estarem preocupados em ocultar o preconceito na presença de pressões sociais, na sua ausência tal supressão não tende a acontecer, devido à sua falta de autodeterminação. Por fim, quem pontua de forma reduzida nas duas escalas, não aparenta preocupar-se com a inibição do preconceito seja em que situação for, pelo que não é esperado que o controlem (Deci, 2000; citado por Butz & Plant, 2009).

Finalizando e indo ao encontro do defendido nesta teoria, verificou-se que a escala de motivação interna se encontrava negativamente relacionada com diversas medidas de preconceito, sendo que o mesmo não ocorreu com a escala de motivação externa, em que por vezes até se registou uma associação positiva entre ela e as medidas de preconceito (Plant & Devine, 1998).

## Capítulo II- O Presente Estudo: Objetivos e Hipóteses

A função normativa do preconceito é discutida há várias décadas, assumindo-se que o preconceito poderá resultar da interação com membros de um grupo que defendem determinadas normas sociais (Sherif & Sherif, 1953), sendo que tal efeito tem vindo a ser replicado junto de diversas formas de preconceito, como sejam o racismo ou a homofobia (Monteith et al., 1996). Para além disso, as investigações parecem indicar que, na atualidade, se defende uma norma social de anti preconceito que originou um processo mais alindado de discriminação, conduzindo os indivíduos a revelarem o preconceito sob formas mais subtis (Gaertner & Dovidio, 1986).

Assim, partindo destas evidências e assumindo alguns resultados provenientes de uma vasta revisão de literatura, especificamos os objetivos deste estudo, como estando centrados: (i) na aferição da existência de normas sociais idadistas na sociedade portuguesa, e em particular na verificação da influência que a ativação de um tipo de idadismo flagrante ou subtil pode ter na ativação de diferentes normas idadistas; (ii) na aferição do modo em que as normas sociais, descritivas e prescritivas, afetam a aceitação pessoal de idadismo; e (iii) no possível efeito moderador da motivação interna e externa para responder sem idadismo, na relação entre as normas sociais idadistas e a aceitação pessoal do idadismo.

Esta é assim uma investigação inovadora, uma vez que seja do nosso conhecimento, representa a primeira investigação desenvolvida especialmente com estes objetivos na literatura deste domínio, tendo para o efeito, incidindo no contexto de um discurso hipotético proferido por um indivíduo e tendo medido as seguintes variáveis: aceitação pessoal de preconceito, motivação para responder sem idadismo, aceitação pessoal de discursos idadistas, normas descritivas e prescritivas percebidas no discurso, normas descritivas e prescritivas percebidas na sociedade portuguesa em geral. A utilização de diversas medidas de normas, persegue o objetivo exploratório de aferir quais as medidas mais fiáveis na medição deste construto, uma vez que a literatura tem demonstrado incoerências neste sentido.

No seguimento, adotando como referência a investigação de Barreto e Ellemers (2005), que remete para a ideia de que tendencialmente é feita uma avaliação positiva em relação ao sexismo benevolente, e os resultados obtidos por Horhota et al. (2018), que demonstram uma maior aceitação de afirmações subtilmente idadistas em comparação com afirmações flagrantemente idadistas, propõe-se que:

**Hipótese 1:** O idadismo será mais pessoalmente aceite na condição de idadismo subtil do que na condição de idadismo flagrante.

Para além disso, tendo em conta os dados provenientes de diversas amostras europeias, que demonstram a existência de valores superiores de filiação ao preconceito subtil do que ao preconceito flagrante, e a possível atribuição desse fenómeno a uma maior normatividade social atribuída mais à primeira forma do que à segunda (Vala et al., 2015), sugere-se que:

**Hipótese 2:** O idadismo será percebido como normativamente mais aceite na condição subtil do que na condição flagrante. Este efeito ocorre quer no caso da norma descritiva, quer no caso da norma prescritiva.

Esta hipótese, em conjunto com os resultados obtidos por Crandall et al. (2002), acerca da associação entre as normas sociais de preconceito e a sua aceitação pessoal, conduzem-nos a uma terceira proposta de resultados:

**Hipótese 3:** A existência de uma norma social, descritiva e prescritiva, anti-idadista conduzirá a uma menor aceitação do idadismo na condição de idadismo flagrante, mas não na condição de idadismo subtil.

Acrescido, cruzando a informação de que elevados valores de motivação interna se encontram negativamente relacionados com diversas medidas de preconceito (Plant & Devine, 1998), com a informação de que potencialmente o idadismo subtil, tal como acontece com o sexismo subtil, não é entendido como uma real forma de preconceito (Barreto e Ellemers, 2005), hipotetizamos que:

**Hipótese 4:** Os indivíduos com maior motivação intrínseca para não serem idadistas terão menores níveis de aceitação pessoal do idadismo em termos flagrantes, mas não em termos subtis.

Por fim, e uma vez que Plant e Devine (1998) defenderam que os indivíduos externamente motivados apenas são levados a não manifestar preconceito por estarem socialmente pressionados, enquanto os sujeitos internamente motivados suprimem esse preconceito por autodeterminação, propomos que:

**Hipótese 5:** A motivação externa para responder sem idadismo modera a relação entre as normas sociais, descritivas e prescritivas, e a aceitação pessoal do idadismo, no sentido em que, quanto menor a perceção da existência de normas sociais anti-idadistas, descritivas e prescritivas, maior a aceitação pessoal do idadismo, nos indivíduos com elevada motivação externa para responder sem preconceito. Não se esperam estes efeitos de moderação para o caso da motivação intrínseca.

## Capítulo III - Método

### 3.1 Design da Investigação

Por forma a testar as hipóteses sugeridas, foi conduzido um estudo experimental em formato de questionário online, em que os participantes foram distribuídos aleatoriamente por uma das três condições, num desenho uni fatorial: idadeismo flagrante ( $N = 60$ ), idadeismo subtil ( $N = 51$ ) e uma condição de ausência de idadeismo, que abordava aspetos relacionados com o meio ambiente ( $N = 59$ ).

### 3.2 Participantes

O estudo contou com 170 participantes, com idades compreendidas entre os 18 e os 58 anos, registando-se um valor médio de 30 anos de idade ( $M = 29,59$ ,  $DP = 9,701$ ).

Destes participantes, 131 eram do sexo feminino (77,1%) e apenas 39, pertenciam ao sexo masculino (22,9%). A maioria detinha nacionalidade portuguesa (97,6%), sendo que apenas quatro participantes referiram ter outra nacionalidade, nomeadamente nacionalidade brasileira (1,77%) e nacionalidade cabo-verdiana (0,59%).

No que diz respeito às habilitações literárias, metade dos respondentes evidencia deter uma licenciatura (50%), destacando-se igualmente os participantes que indicam ter como nível máximo de escolaridade, o ensino secundário (31,2%). Com valores mais reduzidos, surgem os sujeitos com mestrado (10%), 3º ciclo (5,3%) e 2º ciclo (2,4%), sendo que dois participantes referiram ainda ter completado um curso profissional (1,2%).

Em termos profissionais, grande parte dos participantes encontra-se empregado (56,5%), sendo que a situação profissional “estudante” é a segunda (24,1%) mais mencionada. Concluiu-se ainda, que alguns respondentes são trabalhadores-estudantes (11,2%), desempregados (6,5%), e domésticos (1,2%), registando-se igualmente a participação de um indivíduo reformado (0,6%) (Quadro 3.1.).

A frequência e qualidade do contacto estabelecido com pessoas idosas também foi avaliada. No seguimento, no que se refere à frequência de contacto, apenas 2,4% dos inquiridos referem não ter nenhum contacto com as pessoas idosas no seu dia-a-dia, enquanto 33,5% mencionou ter muito contacto, sendo que se regista uma média de contacto com pessoas idosas no dia-a-dia, superior ao ponto médio da escala ( $M = 5,09$ ,  $DP = 1,768$ ). Ainda em termos de frequência de contacto, a maioria dos inquiridos refere conhecer muitas pessoas idosas (54,1%), sendo que apenas um respondente diz não conhecer nenhum sénior (0,6%), registando-se um nível médio, superior ao ponto médio da escala ( $M = 5,89$ ,  $DP = 1,449$ ).

## ACEITAÇÃO PESSOAL E SOCIAL DO IDADISMO FLAGRANTE E SUBTIL

Por fim, em termos de qualidade do contacto estabelecido com a população idosa, a grande maioria classifica-o como positivo (61,8%), sendo de destacar que o valor mínimo registado em termos de qualidade de contacto foi de 3 pontos (0,6%). Assim, em média os participantes registam uma pontuação próxima ao ponto mais elevado da escala ( $M = 6,36$ ,  $DP = 0,946$ ).

*Quadro 3.1.- Características Sociodemográficas dos Participantes*

	Variáveis Sócio- Demográficas	%
Idade	[18-23]	37,6%
	[24-25]	15,3%
	[26-35]	23,5%
	[36-58]	23,5%
Sexo	Feminino	77,1%
	Masculino	22,9%
Nacionalidade	Portuguesa	97,6%
	Outra	2,4%
Habilitações Literárias	Ensino Preparatório ou 2º Ciclo	2,4%
	Ensino Unificado ou 3º Ciclo	5,3%
	Ensino Secundário	31,2%
	Licenciatura	50%
	Mestrado	10%
	Outra	1,2%
Situação Profissional	Empregado	56,5%
	Desempregado	6,5%
	Estudante	24,1%
	Trabalhador-Estudante	11,2%
	Doméstico	1,2%
	Reformado	0,6%

### 3.3 Instrumentos e Medidas

**3.3.1 Questões sociodemográficas.** Os dados sociodemográficos foram recolhidos através da colocação de questões de índole pessoal, tais como o sexo, a idade, a nacionalidade, as habilitações académicas e a situação profissional.

Para além disso, foi solicitado aos inquiridos que respondessem a três questões relativas à frequência e qualidade de contacto que mantinham com as pessoas idosas.

Assim, para medir a frequência de contacto que os respondentes estabelecem com pessoas idosas, foram utilizados dois itens retirados do trabalho de Drury et al. (2017): “1. No seu dia-a-dia, quanto contacto mantém com as pessoas idosas?” e “2. Quantas pessoas idosas conhece?”, cuja escala de resposta utilizada, foi uma escala do tipo Likert de 7 pontos, que variava entre “1- Nada” e “7- Muito” (Anexo A).

No seguimento, uma vez que a medida de adaptação da amostragem de KMO para os dois itens que medem a frequência de contacto com pessoas idosas é de 0,500, podemos concluir que a recomendação face à realização de uma Análise Fatorial Exploratória é aceitável, sendo que para além desta medida, também o teste de Esfericidade de Bartlett evidencia a existência de correlações significativas entre as variáveis ( $\chi^2_{(1)} = 37,860, p < 0,001$ ). Deste modo, foi aplicado o método de ACP, com rotação ortogonal *Varimax*, aos 2 itens em análise, que permitiu, de acordo com o critério de Kaiser (*eigenvalue* > 1) e com o *Scree Plot*, a extração de uma componente que explica 72,489% da variância total.

Por fim, em termos de consistência interna, foi utilizada a medida de associação Ró de Spearman, por se tratarem de dois itens de natureza ordinal, que revelou um coeficiente de correlação aceitável ( $r^s = 0,620$ ).

Na mesma lógica utilizada nos itens de avaliação da frequência de contacto com pessoas idosas, a qualidade do contacto estabelecido com pessoas idosas, foi também avaliado através da utilização de um item de Drury et al. (2017): “1. Quando está com pessoas idosas, pensa que o contacto que mantém com elas é...”, cuja escala de resposta utilizada, tal como na versão original, foi uma escala de tipo *Likert* de 7 pontos, que variava entre “1- Negativo” e “7- Positivo” (Anexo A).

**3.3.2 Aceitação pessoal, em geral, do preconceito dirigido a diferentes grupos sociais.** Por forma a avaliar a aceitação do preconceito dirigido a diferentes grupos sociais, por parte de cada participante, recorreu-se ao método utilizado por Crandall et al. (2002). No seu estudo 1, primeiramente os autores criaram uma lista de 105 grupos sociais, sendo que a listagem contava com grupos sociais sobre os quais era normativamente proibido expressar preconceito na sociedade americana, grupos sociais sobre os quais era normativamente aceite expressar preconceito e grupos sociais que se encontravam na denominada “janela normativa”. No seguimento, para o presente estudo, foram seleccionados doze destes grupos (Fumadores, Portadores de HIV, Abusadores Sexuais, Pessoas Homossexuais com Filhos, Imigrantes Ilegais, Terroristas, Pessoas Negras, Testemunhas de Jeová, Pessoas Idosas, Pessoas Obesas,

Agressores de Violência Doméstica e Pessoas Invisuais), que foram eleitos por forma a ser representativos da sociedade portuguesa e como forma de exibir os diferentes níveis de aceitação da escala original e comparar com a nossa realidade nacional. Apresentada a lista dos diferentes grupos sociais, era então solicitado aos respondentes que indicassem “Em que grau é aceitável ter sentimentos negativos em relação a esse grupo?”, através de uma adaptação da versão de Crandall et al. (2002), em que a escala original de três pontos foi substituída por uma escala do tipo *Likert* de sete pontos, que variava entre “1- Não é de todo aceitável ter sentimentos negativos em relação a este grupo” e “7- É totalmente aceitável ter sentimentos negativos em relação a este grupo” (Anexo A).

**3.3.3 Motivação intrínseca e extrínseca para responder sem idadismo.** Para medir a motivação interna e externa para responder sem preconceito em relação à idade, foi aplicada uma adaptação para o contexto do idadismo, da *Internal and External Motivation to Respond Without Prejudice Scale* de Plant e Devine (1998), tendo-se substituído o grupo das pessoas negras, da escala original, pelo grupo das pessoas idosas, em todos os itens. Assim, os 5 itens relativos à motivação intrínseca para não ser preconceituoso em relação às pessoas negras, foram substituídos por cinco afirmações referentes à motivação intrínseca para não ser preconceituoso em relação às pessoas idosas: “1. Tento agir de forma não preconceituosa face a pessoas idosas porque é um assunto muito importante para mim”, “2. Segundo os meus valores pessoais, o uso de estereótipos contra a população idosa é aceitável”, “3. São as minhas crenças pessoais que me motivam a ser não preconceituoso(a)”, “4. Devido aos meus valores pessoais creio que é errado usar estereótipos acerca das pessoas idosas” e “5. Ser não preconceituoso(a) face aos seniores é importante para o meu autoconceito (quem eu penso que sou)”. Também os 5 itens referentes à motivação extrínseca para ser não preconceituoso em relação às pessoas negras, foram adaptados por forma a representarem 5 afirmações de motivação extrínseca para ser não preconceituoso em relação à população sénior: “6. Tendo em conta a pressão atual para ser politicamente correto, tento parecer não preconceituoso(a) face à população idosa”, “7. Tento esconder quaisquer pensamentos negativos sobre os idosos, de modo a evitar reações negativas por parte de outras pessoas”, “8. Se eu agisse de forma preconceituosa com pessoas seniores preocupar-me-ia que as outras pessoas se irritassem comigo”, “9. Tento parecer não preconceituoso(a) face às pessoas idosas de modo a evitar censura por parte de outras pessoas” e “10. Tento agir de forma não preconceituosa face aos idosos devido à pressão de outras pessoas”. Tal como na escala original, a resposta aos itens foi dada através de uma escala tipo *Likert* de 9 pontos, que variava entre “1- Discordo Fortemente” e “9- Concordo Fortemente”

(Anexo A), sendo que para o item 2, a escala foi invertida para que pontuações mais elevadas neste item pudessem indicar maior motivação para responder sem idadismo.

No seguimento, tendo-se recorrido à medida de adaptação da amostragem de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO), bem como ao teste de Esfericidade de Bartlett, confirmaram-se as condições necessárias à realização de uma Análise em Componentes Principais (ACP), contudo, ao contrário do esperado, em que se supunha a extração de duas componentes, esta análise conduziu-nos à extração de três fatores, com muito reduzida consistência interna (Anexo B).

No entanto, considerando a análise da consistência interna das subescalas originais, conseguiu-se um coeficiente de correlação aceitável para as dimensões de medição da motivação intrínseca para responder sem idadismo ( $\alpha = 0,627$ ) e boa para as dimensões de motivação extrínseca para responder sem idadismo ( $\alpha = 0,831$ ), pelo que optámos pelo uso das escalas originais. Esta opção prendeu-se com o facto do presente estudo constituir uma primeira tentativa de adaptação desta escala para o contexto do idadismo em Portugal.

**3.3.4 Manipulação do idadismo flagrante e subtil.** A manipulação do idadismo foi realizada através da apresentação, a cada participante, de um de três textos, que poderiam aludir: ao idadismo flagrante, ao idadismo subtil, ou à ausência de idadismo.

Assim, tomando como referência a investigação de Barreto e Ellemers (2005), em que os autores utilizaram os itens do *Ambivalent Sexism Inventory*, para construir as suas manipulações de sexismo flagrante e sexismo subtil, no presente estudo, foram utilizados alguns itens da *The Ambivalent Ageism Scale* (Cary et al., 2017), para o desenvolvimento dos cenários de idadismo flagrante e idadismo subtil. Este foi o método considerado mais adequado para o desenvolvimento das manipulações, uma vez que apresentava a vantagem de se utilizarem materiais já construídos e adaptados. Por sua vez, no que concerne à condição de ausência de idadismo, optou-se por produzir um cenário que não incluísse quaisquer aspetos sobre o envelhecimento ou a idade, por forma a evitar a ativação de noções idadistas, utilizando-se em contrapartida, um cenário referente ao meio ambiente e aos espaços verdes na cidade.

Nos três cenários, foi solicitado aos participantes que lessem um pequeno texto, representativo de um discurso proferido por um indivíduo, num local público, aquando a visualização de uma notícia na televisão.

No seguimento, para a construção da condição de idadismo flagrante, foram utilizados todos os quatro itens da subescala de idadismo hostil, da *The Ambivalente Ageism Scale* (Cary et al., 2017): “11. A maioria das pessoas interpreta observações e atos inocentes, como sendo idadismo”; “12. Os idosos sentem-se facilmente ofendidos”; “13. As pessoas idosas exageram os problemas que têm no trabalho”; e “14. As pessoas idosas são um peso para o sistema de

saúde e para a economia”, que aludem a uma visão das pessoas idosas, como sendo demasiado exageradas, facilmente vulneráveis e como sendo fonte de numerosas despesas públicas (“Os idosos são um peso para o sistema de saúde e para o sistema económico... Decorrente da minha experiência, o que posso afirmar é que os idosos exageram nos problemas que têm no trabalho. Para além disso, a maioria das pessoas idosas interpreta observações e atos inocentes, como sendo preconceito face à sua idade, e sentem-se logo facilmente ofendidas”). (Anexo C).

Para a condição de idadeismo subtil, sublinhava-se o facto de as pessoas idosas serem frágeis, necessitarem de ajuda e já não deverem trabalhar, uma vez que foram utilizados os itens: “2. Mesmo que queriam, as pessoas idosas não deveriam ser consideradas para trabalhar, porque já pagaram a sua dívida à sociedade”; “5. As pessoas devem proteger os idosos de notícias tristes porque estes choram facilmente”; “6. As pessoas idosas precisam de ser protegidas das duras realidades da sociedade”; e “7. Mesmo que não a peçam, deve ser sempre oferecida ajuda às pessoas idosas”, da subescala de idadeismo benevolente (“Mesmo que queiram, as pessoas idosas não deveriam ser consideradas para trabalhar, uma vez que já pagaram a sua dívida à sociedade. Assim, ao invés de trabalharem, as pessoas idosas precisam é de ser protegidas das duras realidades da sociedade e de notícias tristes, até porque estas pessoas choram facilmente. O que deveria ser transmitido na televisão é que mesmo que as pessoas idosas não peçam, deve ser sempre oferecida ajuda a estas pessoas!”) (Anexo D).

Por fim, para a condição de ausência de idadeismo, foi criado um discurso hipotético, que representava uma visão positiva acerca da construção de mais espaços verdes na cidade de Lisboa (“Efetivamente, considero que a construção de mais espaços verdes na cidade de Lisboa é fundamental. Claro que tal investimento irá acarretar bastantes custos em termos económicos, mas que custos terá, a ausência destes espaços, para o nosso futuro?! A aposta na natureza é essencial para o equilíbrio do nosso ecossistema e nós não podemos ficar indiferentes a isto!”) (Anexo E).

Como forma de garantir a total atenção dos participantes às condições, estes eram convidados a tentar memorizar o discurso e a pensarem criticamente sobre ele.

**3.3.5 Aceitação do discurso.** Tendo por finalidade, avaliar o nível de aceitação que os participantes evidenciavam em relação ao discurso apresentado textualmente na manipulação, foram utilizados os itens de Crandall et al. (2002), no seu estudo dois: “1. Em que grau o discurso do indivíduo foi aceitável para si?” e “2. Em que grau estaria disposto a proferir o mesmo discurso que o indivíduo?”, sendo que as respostas aos dois itens foram dadas, através de uma escala tipo *Likert* de 7 pontos que variava entre “1- Nada” e “7- Muito” (Anexo A).

Uma vez que a medida de adaptação da amostragem de KMO em relação aos itens que medem a aceitação do discurso do indivíduo é de 0,500, podemos considerar a realização da Análise Fatorial Exploratória aceitável, até porque também o teste de Esfericidade de Bartlett esclarece a existência de correlações significativas entre as variáveis ( $\chi^2_{(1)} = 273,573, p < 0,001$ ). Decorrente, foi aplicado o método de ACP, com rotação ortogonal *Varimax*, aos 2 itens em análise, que possibilitou, a partir do critério de Kaiser (*eigenvalue* > 1) e de acordo com o *Scree Plot*, a extração de um fator que explica 94,853% da variância total. Em termos de consistência interna, uma vez que se tratam de dois itens de natureza ordinal, foi utilizada a medida de associação Ró de Spearman que revelou um excelente coeficiente de correlação ( $r^s = 0,946$ ).

**3.3.6 Norma prescritiva percebida sobre o discurso do indivíduo.** A norma prescritiva percebida sobre o discurso apresentado na manipulação, foi avaliada através de uma adaptação dos itens utilizados por Brauer e Chaurand (2010), no seu estudo transcultural sobre a percepção de normas associadas a diversos comportamentos civicamente impróprios. Assim, ao invés de colocar a questão em termos de desviância do discurso, que poderia influenciar a percepção dos indivíduos nesse sentido, modificou-se ligeiramente o item, por forma a avaliar a sua adequação: “3. Até que ponto este discurso é adequado? Ou seja, até que ponto este discurso vai ao encontro do que é normal na sociedade portuguesa?”. Para além disso, a escala original de 9 pontos, foi encurtada, tendo-se utilizado uma escala tipo *Likert* de 7 pontos, compreendida entre “1- Nada” e “7- Muito” (Anexo A).

**3.3.7 Norma descritiva percebida sobre o discurso do indivíduo.** Seguindo novamente os itens utilizados por Brauer e Chaurand (2010), recorreu-se à questão: “4. Até que ponto este discurso é comum? Ou seja, até que ponto se observa este tipo de discurso em Portugal?”, para medir a norma descritiva percebida sobre o discurso do indivíduo, tendo-se recorrido novamente a uma escala tipo *Likert* de 7 pontos, cuja resposta poderia ser dada de “1- Nada” a “7- Muito” (Anexo A).

**3.3.8 Norma descritiva percebida sobre o idadismo na sociedade portuguesa, de um modo geral.** Para medir a percepção da norma descritiva sobre o idadismo na sociedade portuguesa, foi solicitado aos participantes que se focassem no contexto português e respondessem em primeira instância a um item retirado de Crandall et al. (2018), ajustado à população portuguesa e ao idadismo: “Até que ponto é comum na nossa sociedade expressar sentimentos negativos face ao grupo das pessoas idosas?”. Para a resposta, era disponibilizado aos respondentes uma escala com controlo de deslocamento, que variava entre “0- Nada Normal” e “100- Perfeitamente Normal”.

Em segunda instância, um outro item foi adaptado de Falomir-Pichastor et al. (2018), por forma a medir a norma descritiva percebida sobre o idadismo na sociedade portuguesa. Na sua versão original, os autores utilizam dois itens para avaliar as normas sociais numa visão global do fenómeno, contudo, considerámos que tendo em conta a definição teórica do conceito de norma descritivas, um desses itens aludia a este construto específico. Assim, originalmente os autores avaliaram o favorecimento dado pela população suíça aos seus nativos ou às pessoas imigrantes, sendo que a escala foi ajustada por forma a medir uma norma de favorecimento da população jovem ou população idosa: “1. Na sua opinião, a maioria da população favorece os jovens em comparação com os idosos?”. Os participantes responderam a este item com recurso a uma escala do tipo *Likert* de 7 pontos, que variava entre “1- Nada” e “7- Muito” (Anexo A).

**3.3.9 Norma prescritiva percebida sobre o idadismo na sociedade portuguesa, de um modo geral.** A norma prescritiva percebida sobre o idadismo na sociedade portuguesa, foi avaliada com recurso à adaptação do outro item de Falomir-Pichastor et al. (2018). Na versão dos autores, era avaliada a preferência por uma forma de tratamento igualitária ou diferenciada entre cidadãos suíços e imigrantes, tendo sido uma vez mais, adaptada para o contexto dos escalões etários: “2. A maioria da população prefere que seja dado um tratamento igual aos idosos e aos jovens?”. Pelo seu conteúdo, considerámos que contemplava uma forma de avaliação das normas prescritivas e a escala de resposta manteve-se do tipo *Likert* de 7 pontos que variava entre “1- Nada” e “7- Muito” (Anexo A), sendo que para efeitos de análise, neste item, a escala foi invertida, para que pontuações mais elevadas fossem indicativas de uma norma prescritiva idadista, e não de uma norma anti-idadista, na sociedade portuguesa.

**3.3.10 Verificação da Manipulação.** Para a realização da verificação da manipulação foi utilizada a *The Ambivalent Ageism Scale* (Cary et al., 2017), da qual se tinham retirado os itens para a construção da manipulação, e à qual foram acrescentados quatro itens sobre a construção de espaços verdes na cidade, por forma a ir ao encontro dos participantes que responderam à condição de ausência de idadismo. Assim, após a apresentação das manipulações aos respondentes, foram colocadas outras questões, e só posteriormente foram aplicados os itens desta escala, tendo-se pedido aos participantes para relembrar o discurso que tinham lido e pensarem até que ponto as afirmações estavam presentes nesse discurso, respondendo aos diferentes itens através de uma escala tipo *Likert* de 7 pontos, que variava entre “1- Esta afirmação não estava de todo presente no discurso” e “7- Esta afirmação estava totalmente presente no discurso”.

Os itens que pertencem à escala original e medem o idadismo subtil são: “1. É bom dizer às pessoas idosas que elas são demasiado idosas para fazer certas coisas; de outra forma elas podem sentir-se magoadas quando eventualmente falharem.”, “2. Mesmo que queiram, as pessoas idosas não deveriam de ser consideradas para trabalhar, porque já pagaram a sua dívida à sociedade”, “4. É bom falar devagar com as pessoas idosas, porque estas podem levar algum tempo a entender aquilo que lhe é dito”, “5. Mesmo que queiram, as pessoas idosas não deveriam de ser consideradas para trabalhar, porque são frágeis e podem ficar doentes”, “6. As pessoas idosas precisam de ser protegidas das duras realidades da sociedade”, “7. Ajuda repetir as coisas às pessoas idosas porque elas raramente percebem à primeira”, “8. Mesmo que não a peçam, deve ser sempre oferecida ajuda às pessoas idosas”, “9. Mesmo que não peçam ajuda, as pessoas idosas devem ser sempre ajudadas com as suas compras” e “10. As pessoas devem proteger os adultos mais velhos de notícias tristes porque elas choram facilmente”.

Já os itens que pertencem igualmente à escala original e que medem o idadismo flagrantes são: “11. A maioria das pessoas idosas interpreta observações e atos inocentes, como sendo idadismo (preconceito face à idade)”, “12. Os idosos sentem-se facilmente ofendidos”, “15. As pessoas idosas são um peso para o sistema de saúde e para a economia” e “16. As pessoas idosas exageram os problemas que têm no trabalho”.

Por fim, os quatro itens acrescentados à escala original foram: “3. A construção de mais espaços verdes em Lisboa é muito importante”, “13. É mais importante o custo da ausência de espaços verdes na cidade, do que os custos económicos gastos no investimento nestes espaços”, “14. A aposta na natureza e nos espaços verdes é essencial” e “17. A natureza é importante para o equilíbrio do nosso ecossistema” (Anexo A).

Através da medida de adaptação da amostragem de KMO e do teste de Esfericidade de Bartlett, confirmaram-se as condições necessárias à realização de uma Análise Fatorial Exploratória aos 17 itens em análise, com recurso ao método de ACP com rotação ortogonal *Varimax*. Deste procedimento, resultou a eliminação de 1 item original (item 1), uma vez que apresentava um valor de comunalidade inferior a 0,5, indicativo de uma má representação da variável, na solução em análise. Após a extração do primeiro item, incidiu-se novamente no critério de KMO para os itens sobrantes, tendo-se obtido um valor de 0,876 indicativo de uma boa recomendação face à Análise Fatorial Exploratória. Acrescido, o teste de Esfericidade de Bartlett, permite concluir que as variáveis estão significativamente correlacionadas ( $\chi^2_{(120)} = 2436,948, p < 0,001$ ). No seguimento, foi aplicado o método de ACP com rotação ortogonal *Varimax*, aos 17 itens em análise, que possibilitou, segundo o critério de Kaiser (*eigenvalue* > 1) e de acordo com o *Scree Plot*, a extração de três componentes que explicam 78,925% da

variância total: avaliação do idadismo subtil (itens 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10), avaliação do idadismo flagrante (11, 12, 15 e 16) e avaliação da ausência de idadismo (3, 13, 14 e 17).

No que se refere à consistência interna, esta indicou a existência de excelentes coeficientes de correlação para as dimensões de avaliação do idadismo subtil ( $\alpha = 0,918$ ), de avaliação do idadismo flagrante ( $\alpha = 0,911$ ) e de avaliação da ausência de idadismo ( $\alpha = 0,914$ ).

### 3.4 Procedimento

Para a elaboração do questionário, foi realizada uma vasta revisão de literatura, a partir da qual foi possível a seleção de escalas e itens que mediam o pretendido, tendo em conta as hipóteses formuladas.

Na sua totalidade, estas medidas apresentavam-se originalmente descritas na língua inglesa, pelo que foram sujeitas a um processo de tradução, que pretendeu ir além da simples reprodução literal dos termos descrito na versão original, tendo sido prestada especial atenção, ao conteúdo dos itens e à familiaridade dos termos, no contexto português. Assim, todas as medidas foram traduzidas individualmente por três indivíduos, de áreas profissionais diferentes, tendo-se alcançado as versões consideradas mais adequadas de cada escala, a partir de um acordo inter-juízes.

Selecionadas as medidas e manipulações a utilizar, precedeu-se a construção de um questionário online, na plataforma *Qualtrics- Online Survey Software & Insight Platform*, cujo link foi distribuído via redes sociais, por três participantes, por forma a pré-testar o instrumento. Cada uma destas pessoas, foi assim sujeita a uma condição diferente, que poderia ser referente ao idadismo flagrante, ao idadismo subtil ou à condição de ausência de idadismo. Depois de completado o pré-teste, foi solicitado aos respondentes que apresentassem as suas dúvidas e sugestões de melhorias, que serviram de base à alteração de alguns aspetos do questionário. Uma das modificações prendeu-se com a alteração do grupo “pessoas racistas” pelo grupo “terroristas” na medida de avaliação da norma social de Crandall et al. (2002), uma vez que os participantes apresentaram alguma dificuldade na compreensão do seu significado. A outra principal alteração, resultou das dúvidas apresentadas pelos participantes em relação à escala utilizada para verificação da manipulação. As instruções apresentadas juntamente com esta medida, solicitavam aos participantes que relembressem o discurso proferido pelo sujeito, num local público (manipulação) e provocou especial confusão junto do participante da condição de ausência de idadismo, uma vez que esta medida apenas contava com itens de idadismo flagrante e idadismo subtil, não contando com qualquer item referente à temática do meio ambiente. Assim, às subescalas de idadismo flagrante e idadismo subtil, já presentes na medida de

verificação da manipulação, foram acrescentados quatro itens sobre a criação de espaços verdes na cidade de Lisboa, tendo sido igualmente reforçada a noção de que a escala pretendia avaliar o que o “o indivíduo” queria transmitir com o seu discurso (manipulação) e não a opinião pessoal de cada participante.

Realizadas as devidas alterações ao questionário, teve lugar um novo pré-teste, com três participantes diferentes, não tendo daí surgido nenhuma outra modificação.

Na sua versão melhorada e final, o questionário iniciava com a apresentação do consentimento informado, em que se garantia o anonimato e confidencialidade dos dados, tal como se reforçava a natureza voluntária da participação (Anexo F), sendo que as primeiras questões apresentadas, eram de natureza sociodemográfica. De seguida, era solicitado aos participantes que classificassem diferentes grupos sociais em termos da aceitabilidade pessoal do preconceito, tal como sugerido por Crandall et al. (2002), para avaliar as atitudes individuais face às diferentes minorias. Partindo dessa medida, teve lugar uma *Cover Story*, em que era comunicado aos participantes, que dos grupos que tinham classificado anteriormente, lhes seria atribuído, aleatoriamente, um deles, pelo que teriam de clicar na seta para avançar e descobrir qual seria esse grupo, sobre o qual as questões se focariam. Avançando no questionário, todos os participantes eram informados de lhes ter sido atribuído o grupo das pessoas idosas, embora pensassem que essa atribuição tivesse sido aleatória (Anexo G). No seguimento, depois de tomarem conhecimento de que o grupo a avaliar seria o das pessoas idosas, foram apresentadas as escalas de motivação interna e motivação externa de Plant e Devine (1998), adaptadas ao fenómeno do idadismo. Findos os itens das escalas de motivação interna e externa, teve lugar a apresentação de uma das três manipulações em formato textual, seguidas pelas medidas de avaliação da aceitação do discurso, adaptadas da investigação de Crandall et al. (2002) e pela medição das normas sociais, descritivas e prescritivas (Brauer & Chaurand, 2010; Crandall et al., 2018; Falomir-Pichastor et al., 2018). A verificação da manipulação, através da *Ambivalent Ageism Scale* com itens sobre o meio ambiente, seguiu estas medidas, tendo o preenchimento do questionário findado com algumas questões sobre a quantidade e qualidade do contacto que os participantes mantinham com as pessoas idosas (Drury et al., 2017) (Anexo A).

Para além disso, foi disponibilizado um *debriefing* no final do questionário, em que os participantes eram informados sobre a *Cover Story*, a aleatorização dos cenários e os objetivos da investigação, tendo sido igualmente disponibilizado um contacto de e-mail, para o esclarecimento de alguma dúvida ou acrescento de informações (Anexo H).

## ACEITAÇÃO PESSOAL E SOCIAL DO IDADISMO FLAGRANTE E SUBTIL

A recolha dos dados decorreu entre Junho e Julho de 2019, sendo que os participantes tiveram acesso ao questionário através de diferentes redes sociais, como o *Facebook*, *LinkedIn* e *Instagram*, ou através de endereço de e-mail.

## Capítulo IV- Resultados

Previamente à realização dos testes paramétricos utilizados, procedeu-se a análise dos seus pressupostos. No seguimento, no que se refere às *One-way* ANOVAS, em algumas situações não se verificou o cumprimento quer do pressuposto da normalidade, quer do pressuposto da homogeneidade de variâncias. Contudo, por estarmos perante uma amostra de elevada dimensão, foi em alguns casos possível evocar o Teorema do Limite Central, sendo que nos restantes casos, se considerou não ser necessária a realização de transformações matematicamente corretivas, por a ANOVA ser robusta à violação deste pressuposto (Field, 2005). Esta análise também é robusta à violação do pressuposto da homogeneidade de variâncias se as amostras tiverem dimensão semelhante (Field, 2005), o que se confirma.

Os pressupostos associados aos *testes t*, foram igualmente testados.

Todas estas análises foram realizadas com recurso ao programa estatístico *SPSS (IBM-Statistics 25)*, sendo que os modelos de moderação que também serão explanados, foram testados através da *Macro Process 3.0* desenvolvida por Hayes (2018).

### 4.1 Variáveis Sociodemográficas

Com o objetivo de identificar o efeito das variáveis sociodemográficas nas diversas variáveis em estudo (aceitação do discurso do indivíduo para cada nível da manipulação, norma prescritiva percebida sobre o discurso para cada nível da manipulação, norma descritiva percebida sobre o discurso para cada nível da manipulação, norma descritiva percebida sobre o idadismo na sociedade portuguesa em geral, e norma prescritiva percebida sobre o idadismo na sociedade portuguesa em geral), foram levadas a cabo um conjunto de análises estatísticas, que permitiram a identificação de apenas três efeitos estatisticamente consideráveis.

Assim, para a variável Sexo, foi realizado um teste paramétrico, teste *t* para amostras independentes, cujas análises não revelaram efeitos significativos, em nenhuma das variáveis dependentes (Anexo J).

A mesma ausência de resultados estatisticamente significativos, foi denotada através da análise aos resultados obtidos numa correlação bivariada de Pearson para a variável Idade, e a variável Nacionalidade não foi submetida a nenhuma análise estatística, uma vez que apenas existiam quatro participantes de outra nacionalidade, pelo que à priori estava subentendido a inexistência de resultados.

No que diz respeito à variável Habilitações Literárias, através de uma correlação bivariada de Spearman, foi possível identificar uma correlação significativa e de sentido

negativo com a dimensão Aceitação do Discurso para a condição de idadeismo subtil ( $r^s_{(51)} = -0,462, p = 0,001$ ), e com a variável Norma Prescritiva Percebida sobre o Discurso também para a condição de idadeismo subtil ( $r^s_{(51)} = -0,289, p = 0,040$ ). Estes resultados revelam que quanto maior o nível de habilitações literárias, menor a aceitação do discurso que se apresenta como subtilmente idadista, bem como menor a perceção da sua adequação na sociedade portuguesa. Em relação às correlações entre as Habilitações Literárias e as restantes variáveis dependentes, não se registaram indicadores significativos ( $p > 0,05$ ).

Para a variável Situação Profissional, foi conduzida uma *One-way* ANOVA, a partir da qual foi possível verificar o efeito desse fator, na Norma Descritiva Percebida sobre o Discurso para a condição de ausência de idadeismo ( $F(3,55) = 3,233, p = 0,029$ ), sendo que, em média os respondentes que se classificaram enquanto trabalhadores-estudantes, e que apresentam um valor inferior na variável dependente ( $M = 2,80, DP = 0,837$ ), se diferenciam significativamente dos indivíduos desempregados ( $M = 5,25, DP = 0,500$ ) e dos estudantes ( $M = 4,79, DP = 1,273$ ), que apresentam a maior média e segunda maior média, respetivamente, na Norma Descritiva Percebida sobre o Discurso na condição de ausência de idadeismo.

Por fim, para avaliar o efeito da Frequência de Contacto e da Qualidade de Contacto nas variáveis dependentes, foram realizadas correlações bivariadas de Pearson, que evidenciaram uma ausência de resultados estatisticamente significativos.

Nas restantes análises, sempre que se considerou relevante, levou-se a cabo o controlo das variáveis sociodemográficas, tendo sido possível de verificar a não existência de diferenças no padrão de resultados, existindo ou não controlo das variáveis sociodemográficas.

### **4.2 Aceitação Pessoal do Preconceito Dirigido a Diferentes Grupos Sociais**

Como é passível de verificar através do Quadro 4.1, os diferentes grupos sociais foram organizados por ordem decrescente de aceitabilidade pessoal do preconceito.

Assim, e recordando que para a avaliação destes construtos foi utilizada uma escala do tipo Likert de 7 pontos, que variava entre “1- Não é de todo aceitável ter sentimentos negativos em relação a este grupo” e “7- É totalmente aceitável ter sentimentos negativos em relação a este grupo”, denota-se que os grupos que se encontram no extremo superior do quadro, tal como Crandall et al. (2002) referiram, não são de todo surpreendentes, já que os Abusadores Sexuais ( $M = 6,20, DP = 1,911; t_{(169)} = 15,010, p < 0,001$ ), os Terroristas ( $M = 6,04, DP = 1,932; t_{(169)} = 13,776, p < 0,001$ ) e os Agressores de Violência Doméstica ( $M = 5,99, DP = 1,937; t_{(169)} = 13,384, p < 0,001$ ), são aqueles aos quais é dirigida uma maior aceitabilidade de preconceito, sendo que os respondentes se posicionaram significativamente acima do ponto médio da escala. Em contrapartida, apesar de ser observável que as Pessoas Negras ( $M = 1,70, DP = 1,595; t_{(169)}$

## ACEITAÇÃO PESSOAL E SOCIAL DO IDADISMO FLAGRANTE E SUBTIL

= -18,807,  $p < 0,001$ ), as Pessoas Idosas ( $M = 1,73$ ,  $DP = 1,685$ ;  $t_{(169)} = -17,575$ ,  $p < 0,001$ ) e as Pessoas Invisuais ( $M = 1,73$ ,  $DP = 1,777$ ;  $t_{(169)} = -16,662$ ,  $p < 0,001$ ), são aquelas sobre as quais é menos aceitável expressar preconceito, a verdade é que também para os restantes grupos parece existir uma reduzida aceitabilidade à expressão do preconceito, já que lhes são associados valor significativamente diferentes e inferiores do ponto médio da escala, como é possível de verificar através das medidas descritivas associadas aos Imigrantes Ilegais ( $M = 2,89$ ,  $DP = 1,675$ ;  $t_{(169)} = -8,609$ ,  $p < 0,001$ ).

*Quadro 4.1- Medidas descritivas da Aceitação Pessoal do Preconceito Dirigido a Diferentes Grupos Sociais*

	Média	Desvio- Padrão	Intervalo de Confiança 95%	
			Limite-Inferior	Limite- Superior
Abusadores Sexuais	6,20	1,911	5,91	6,49
Terroristas	6,04	1,932	5,75	6,33
Agressores de Violência Doméstica	5,99	1,937	5,69	6,28
Imigrantes Ilegais	2,89	1,675	2,64	3,15
Fumadores	2,58	1,787	2,31	2,85
Testemunhas de Jeová	2,49	1,654	2,24	2,74
Portadores de HIV	2,18	1,652	1,93	2,43
Pessoas Obesas	1,96	1,655	1,71	2,21
Pessoas Homossexuais com Filhos	1,89	1,659	1,64	2,14
Pessoas Invisuais	1,73	1,777	1,46	2,00
Pessoas Idosas	1,73	1,685	1,47	1,98
Pessoas Negras	1,70	1,595	1,46	1,94

### 4.3 Motivação intrínseca e extrínseca para responder sem idadismo

No que se refere às diferentes fontes de motivação para responder sem idadismo, os resultados indicam-nos que em média, os participantes se encontram significativamente mais intrinsecamente motivados ( $M = 7,56$ ,  $DP = 1,368$ ), do que extrinsecamente motivados ( $M = 3,28$ ,  $DP = 2,041$ ), para responder sem idadismo ( $t_{(169)} = 21,172$ ,  $p < 0,001$ ) (Quadro 4.2). Assim, na primeira subescala, os indivíduos posicionam-se significativamente acima do ponto médio ( $t_{(169)} = 24,396$ ,  $p < 0,001$ ) em relação à concordância com as afirmações alusivas à motivação

intrínseca, enquanto para a segunda subescala, os respondentes se localizam abaixo do ponto médio ( $t_{(169)} = -10,987, p < 0,001$ ) quanto à concordância face a afirmações de carácter extrinsecamente motivacional.

*Quadro 4.2- Medidas descritivas e comparativas da Motivação Intrínseca e Extrínseca para Responder sem Idadismo*

	Média	Desvio-Padrão	Teste t para a igualdade de duas médias (amostras emparelhadas)		
			t	df	p
Motivação Intrínseca	7,56	1,368	21,172	169	< 0,001
Motivação Extrínseca	3,28	2,041			

#### 4.4 Verificação da Manipulação

De modo a verificar os efeitos das manipulações, recorreu-se a três *One-way* ANOVAS, sendo que em todas elas se definiu como fator a condição experimental (idadismo subtil, idadismo flagrante e condição de ausência de idadismo), e para cada uma delas se seleccionou como variável dependente, uma das três subescalas de avaliação da presença de idadismo flagrante, de idadismo subtil e de uma opinião ambiental no discurso, transformadas em variáveis compósitas.

No seguimento, constatou-se a existência de um efeito estatisticamente significativo da condição experimental sobre a avaliação da presença de idadismo flagrante no discurso ( $F_{(2,167)} = 130,586, p < 0,001, \eta^2_p = 0,610$ ). O teste *post-hoc* HSD de Tukey foi o seleccionado para a realização das comparações múltiplas, uma vez que se confirmou o pressuposto da homogeneidade de variâncias, e revelou que na condição de idadismo flagrante ( $M = 5,69, DP = 1,284$ ), os indivíduos avaliaram a presença do idadismo flagrante no discurso, em maior grau, que os indivíduos sujeitos à condição de idadismo subtil ( $M = 2,23, DP = 1,362; p < 0,001$ ) e que os respondentes da condição de ausência de idadismo ( $M = 1,99, DP = 1,504; p < 0,001$ ). Em contrapartida, os respondentes da condição de ausência de idadismo, não se diferenciam significativamente dos da condição de idadismo subtil nesta variável ( $p = 0,678$ ).

Para além disso, constatou-se igualmente um efeito significativo da condição experimental sobre a avaliação da presença de idadismo subtil no discurso ( $F_{(2,167)} = 35,784, p < 0,001; \eta^2_p = 0,300$ ). Utilizando-se o teste de Scheffé, que é robusto à violação do pressuposto da homogeneidade das variâncias, foi possível de verificar que os inquiridos sujeitos à condição de idadismo subtil ( $M = 4,54, DP = 1,077$ ) se diferenciam significativamente dos sujeitos da

## ACEITAÇÃO PESSOAL E SOCIAL DO IDADISMO FLAGRANTE E SUBTIL

condição de ausência de idadeísmo ( $M = 2,29$ ,  $DP = 1,839$ ;  $p < 0,001$ ) e dos sujeitos da condição de idadeísmo flagrante ( $M = 2,35$ ,  $DP = 1,638$ ;  $p < 0,001$ ), uma vez que apresentam uma maior percepção da presença de idadeísmo sutil no discurso. Já entre os participantes da condição de idadeísmo flagrante e os participantes da condição de ausência de idadeísmo, não se registaram diferenças significativas em termos da percepção de idadeísmo sutil no discurso ( $p = 0,977$ ).

Por fim, o efeito da condição experimental sobre a avaliação da presença de uma opinião ambiental no discurso, também se revelou estatisticamente significativo ( $F_{(2,167)} = 132,035$ ,  $p < 0,001$ ,  $\eta^2_p = 0,613$ ). Não se tendo confirmado a homogeneidade de variâncias da avaliação da presença de uma opinião ambiental no discurso nas três condições experimentais, foi realizado o teste *post-hoc* de Scheffé, que permitiu concluir que os participantes da condição de ausência de idadeísmo avaliaram a opinião ambiental como estando significativamente mais presente no discurso ( $M = 5,95$ ,  $DP = 1,045$ ), do que os respondentes da condição de idadeísmo sutil ( $M = 2,16$ ,  $DP = 1,852$ ,  $p < 0,001$ ), e do que os participantes da condição de idadeísmo flagrante ( $M = 2,08$ ,  $DP = 1,448$ ,  $p < 0,001$ ). Os sujeitos da condição de idadeísmo sutil e da condição de idadeísmo flagrante, foram aqueles que apresentaram uma menor percepção da presença de uma opinião ambiental no discurso, não se registrando diferenças significativas entre si ( $p = 0,966$ ) (Quadro 4.3).

Quadro 4.3- Verificação da Manipulação

	Condição Experimental			F (df = 2, 167)	p
	Idadismo Flagrante	Idadismo Sutil	Ausência de Idadismo		
Avaliação da presença do Idadismo Flagrante no Discurso	5,69 (1,284) <sup>a</sup>	2,23 (1,362) <sup>b</sup>	1,99 (1,504) <sup>b</sup>	130,586	< 0,001
Avaliação da presença do Idadismo Sutil no Discurso	2,35 (1,638) <sup>b</sup>	4,54 (1,077) <sup>a</sup>	2,29 (1,839) <sup>b</sup>	35,784	< 0,001
Avaliação de uma opinião ambiental no Discurso	2,08 (1,448) <sup>b</sup>	2,16 (1,852) <sup>b</sup>	5,95 (1,045) <sup>a</sup>	132,035	< 0,001

*Nota.* Os valores apresentados dentro de parênteses dizem respeito ao desvio-padrão de cada condição em cada uma das variáveis dependentes. As médias com diferentes subscritos (<sup>a</sup>) diferem significativamente das restantes, num nível de  $p < 0,05$ . As comparações são feitas dentro de cada linha.

#### 4.5 Aceitação do Discurso

Com o intuito de analisar o efeito das manipulações no nível de aceitação do discurso, procedeu-se à realização de uma Análise de Variância Simples Paramétrica, *One-way* ANOVA, seguindo-se o teste *post-hoc* de Scheffé.

Assim, a partir destas análises foi possível concluir a existência de um efeito estatisticamente significativo da condição experimental sobre a aceitação do discurso apresentado na manipulação ( $F_{(2,167)} = 82,148, p < 0,001, \eta^2_p = 0,496$ ). A análise de comparação múltipla de Scheffé, que é robusta à violação do pressuposto da homogeneidade das variâncias, revelou a existência de diferenças significativas em termos de aceitação do discurso, entre todas as condições experimentais. No seguimento, torna-se fiável a constatação de que existe uma maior aceitação do discurso apresentado na condição de ausência de idadeísmo, sobre a defesa da construção de espaços verdes na cidade ( $M = 5,53, DP = 1,408$ ), do que existe aceitação de um discurso que apresenta afirmações subtilmente idadeístas ( $M = 4,17, DP = 2,002, p < 0,001$ ), ou do discurso apresentado na condição de idadeísmo flagrante, que é inclusive a forma de elocução menos aceite ( $M = 1,83, DP = 1,352, p < 0,001$ ). Plausível é também a conclusão de que a condição de idadeísmo subtil, que representa uma média de aceitação próxima ao ponto médio da escala, se diferencia significativamente da condição de idadeísmo flagrante ( $p < 0,001$ ) (Figura 4.1).

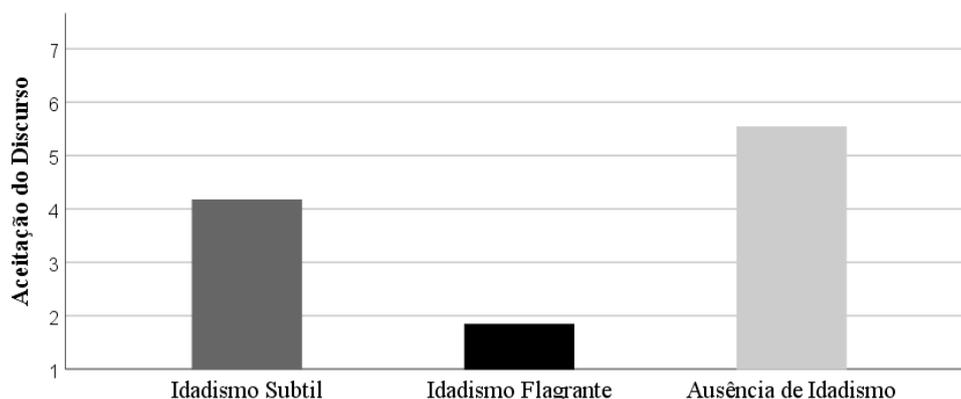


Figura 4.1- Efeito da Condição Experimental na Aceitação do Discurso

#### 4.6 Norma Prescritiva Percebida sobre o Discurso do Indivíduo

Por forma a verificar o efeito da condição experimental na norma prescritiva percebida sobre o discurso do indivíduo, recorreu-se à *One-way* ANOVA, complementada com o teste *post-hoc* HSD de Tukey.

A partir desta análise, registou-se a presença de um efeito estatisticamente significativo da manipulação na norma prescritiva percebida sobre o discurso do indivíduo ( $F_{(2,167)} = 21,151$ ,  $p < 0,001$ ,  $\eta^2_p = 0,202$ ). Este efeito foi assim esclarecido através da análise de comparações múltiplas HSD de Tukey, que revelou uma perceção de menor adequação do discurso da condição de idadeismo flagrante ( $M = 3,10$ ,  $DP = 1,820$ ) e da condição de idadeismo subtil ( $M = 3,63$ ,  $DP = 1,685$ ), quando comparados com a condição de ausência de idadeismo ( $M = 5,07$ ,  $DP = 1,585$ ), que é a condição cujo discurso é considerado mais adequado na sociedade portuguesa. Deste modo, as diferenças estatisticamente significativas para esta variável dependente, localizam-se entre a condição de controlo e a condição de idadeismo flagrante ( $p < 0,001$ ) e entre a condição de controlo e a condição de idadeismo subtil ( $p < 0,001$ ), enquanto as diferenças registadas entre a condição de idadeismo flagrante e a condição de idadeismo subtil não são significativas ( $p = 0,268$ ) (Figura 4.2).

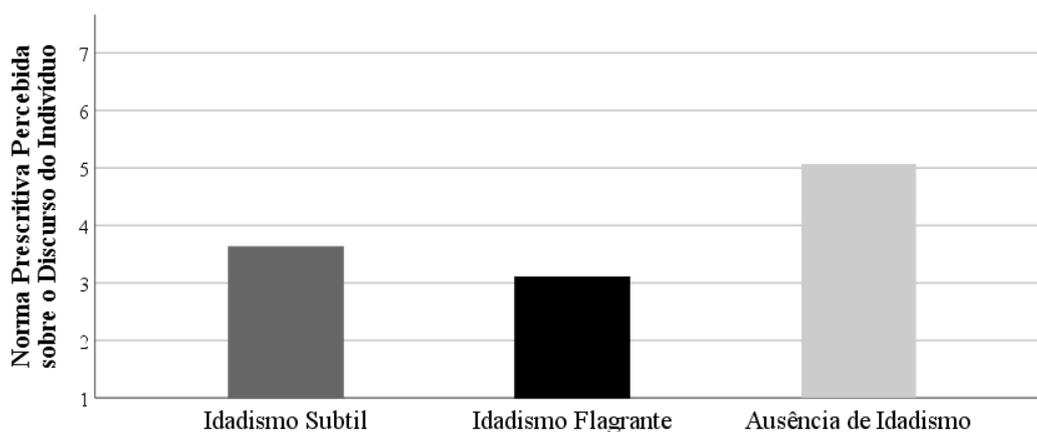


Figura 4.2- Efeito da Condição Experimental na Norma Prescritiva Percebida sobre o Discurso do Indivíduo

#### 4.7 Norma Descritiva Percebida sobre o Discurso do Indivíduo

Para avaliar o efeito da condição experimental na norma descritiva percebida sobre o discurso do indivíduo, foi realizada uma *One-way* ANOVA, que demonstrou a existência de um efeito estatisticamente significativo da condição experimental na norma descritiva percebida sobre o discurso ( $F_{(2,167)} = 6,306$ ,  $p = 0,002$ ,  $\eta^2_p = 0,070$ ), sendo que as diferenças entre manipulações foram identificadas através de um teste de comparação múltipla à posteriori HSD de Tukey.

Assim, é possível de constatar que as diferenças estatisticamente significativas na norma descritiva percebida sobre o discurso do indivíduo, se estabelecem entre a condição de idadeismo subtil e a condição de idadeismo flagrante ( $p = 0,005$ ), e entre a condição de idadeismo subtil e a condição de ausência de idadeismo ( $p = 0,016$ ), sendo que não se registaram diferenças significativas entre a condição de ausência de idadeismo e a condição de idadeismo flagrante ( $p = 0,928$ ). Mais especificamente, os participantes percecionam o discurso referido na condição de idadeismo subtil como significativamente menos comum na sociedade portuguesa ( $M = 3,47$   $DP = 1,654$ ), do que o discurso sobre o ambiente, da condição de ausência de idadeismo ( $M = 4,34$ ,  $DP = 1,504$ ), e o discurso flagrantemente idadeista ( $M = 4,45$ ,  $DP = 1,545$ ), que é o percecionado como mais comum (Figura 4.3).

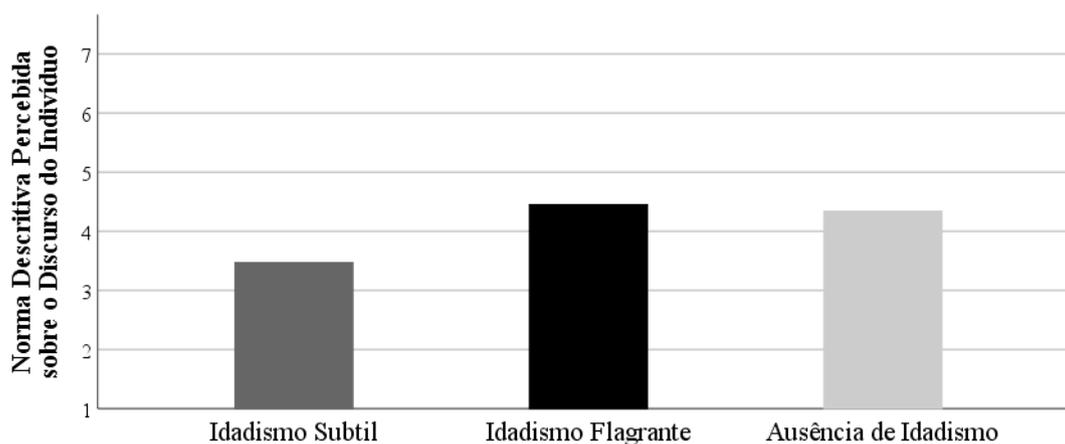


Figura 4.3- Efeito da Condição Experimental na Norma Descritiva Percebida sobre o Discurso do Indivíduo

#### 4.8 Norma Descritiva Percebida sobre o Idadismo na Sociedade Portuguesa em geral

Como forma de averiguar o efeito da condição experimental na norma descritiva percebida sobre o idadeismo na sociedade portuguesa, recorreu-se a duas *One-way* ANOVAS, uma a cada questão subjacente a esta variável dependente.

No seguimento, não foram observados efeitos estatisticamente significativos da manipulação sobre a norma descritiva percebida sobre o idadeismo na sociedade portuguesa em geral, medida através do item: “Até que ponto é comum na nossa sociedade, expressar sentimentos negativos face ao grupo das pessoas idosas?” (Medida 1) ( $F_{(2,167)} = 0,746$ ,  $p = 0,476$ ,  $\eta^2_p = 0,009$ ), o que nos indica que em média, a norma descritiva percebida sobre o idadeismo na sociedade portuguesa em geral, medida desta forma, é igual em todas as condições experimentais.

Assim, a média de respostas dos participantes a esta questão foi de 48,25 pontos ( $DP = 26,578$ ) para a condição de ausência de idadeismo, de 52,22 pontos ( $DP = 23,881$ ), para a

condição de idadeismo subtil, e de 53,53 ( $DP = 22,552$ ) para a condição de idadeismo flagrante, o que perfaz uma média global – sem controlo da condição experimental – de 51,31 pontos ( $DP = 24,375$ ), que nos indica uma perceção média da norma descritiva percebida sobre o idadeismo na sociedade portuguesa em geral ( $t_{(169)} = 0,699$ ,  $p = 0,486$ ), quando medida desta forma.

De forma semelhante, não foram encontrados efeitos estatisticamente significativos da condição experimental sobre a norma descritiva percebida sobre o idadeismo na sociedade portuguesa, medida através da questão: “Na sua opinião, a maioria da população favorece os jovens em comparação com os idosos” (Medida 2) ( $F_{(2,167)} = 2,343$   $p = 0,099$ ,  $\eta^2_p = 0,027$ ), o que se torna indicativo de que também medida sob esta forma, a norma descritiva percebida sobre o idadeismo na sociedade portuguesa é igual em todas as manipulações.

Em média, os participantes sujeitos à condição de idadeismo flagrante apresentaram 4,87 pontos ( $DP = 1,799$ ) neste item, sendo que os inquiridos da condição de idadeismo subtil apresentaram em média 5,04 pontos ( $DP = 1,743$ ), e os participantes da condição de ausência de idadeismo apresentaram 5,51 pontos ( $DP = 1,443$ ), perfazendo uma média global de 5,14 pontos ( $DP = 1,679$ ), que reflete uma acentuada norma descritiva percebida sobre o idadeismo na sociedade portuguesa em geral ( $t_{(169)} = 8,860$ ,  $p < 0,001$ ), medida através deste item.

#### **4.9 Norma Prescritiva Percebida sobre o Idadismo na Sociedade Portuguesa em geral**

Com o objetivo de examinar o efeito das manipulações sobre a norma prescritiva percebida sobre o idadeismo na sociedade portuguesa em geral, conduziu-se a realização de uma Análise de Variância Simples Paramétrica, *One-way* ANOVA.

Consequentemente, não se registaram efeitos estatisticamente significativos da condição experimental sobre esta variável ( $F_{(2,167)} = 0,842$ ,  $p = 0,433$ ,  $\eta^2_p = 0,010$ ), o que significa que em média, a norma prescritiva percebida sobre o idadeismo na sociedade portuguesa é igual nas três condições experimentais.

Por conseguinte, os indivíduos da condição de idadeismo subtil apresentaram uma média de 4,94 pontos ( $DP = 1,580$ ), os sujeitos da condição de idadeismo flagrante apresentaram uma média de 4,92 pontos ( $DP = 1,690$ ), e os inquiridos da condição de ausência de idadeismo apresentaram uma média de 4,59 pontos ( $DP = 1,533$ ) no item que avaliava a norma prescritiva percebida sobre o idadeismo na sociedade portuguesa em geral, o que resulta numa média global de 4,81 pontos ( $DP = 1,602$ ), que nos sugere uma acentuada norma prescritiva percebida sobre o idadeismo na sociedade portuguesa em geral ( $t_{(169)} = 6,605$ ,  $p < 0,001$ ).

#### 4.10 Correlações entre todas as variáveis

Através da medida de correlação  $R$  de Pearson e do nível de significância que se lhe associa, foi possível aprofundar o conhecimento acerca das relações entre as variáveis em estudo nesta investigação, tendo sido identificadas correlações significativas entre elas, algumas de sentido positivo e outras de sentido negativo (Quadro 4.4).

Em consonância, verifica-se a existência de uma correlação positiva e significativa entre a Norma Prescritiva Percebida sobre o Discurso do Indivíduo e a Aceitação do Discurso ( $r = 0,488$ ;  $p < 0,001$ ), que nos indica que quanto maior a perceção da adequabilidade do discurso na sociedade portuguesa, maior a aceitação pessoal desse mesmo discurso.

No sentido contrário, encontra-se a correlação entre a Norma Descritiva Percebida sobre o Discurso do Indivíduo e a Aceitação desse Discurso, uma vez que se destaca uma correlação negativa e significativa entre as variáveis ( $r = -0,196$ ;  $p = 0,011$ ). Assim, quanto maior a perceção de que esse discurso é comum, ou seja, observável em Portugal, menor a aceitação pessoal desse mesmo discurso.

Relativamente à avaliação das duas conceções das normas sociais (prescritivas e descritivas) percebidas sobre o discurso, destaca-se uma correlação positiva e significativa entre a Norma Prescritiva Percebida sobre o Discurso do Indivíduo e a Norma Descritiva Percebida sobre o Discurso do Indivíduo ( $r = 0,345$ ;  $p < 0,001$ ), o que nos conduz à conclusão de que, quanto maior a perceção da adequabilidade do discurso na sociedade portuguesa, maior a perceção da tipicidade de ocorrência desse mesmo discurso em Portugal.

No que se refere às normas sociais percebidas sobre o idadismo na sociedade portuguesa, verificou-se a existência de uma correlação positiva e significativa entre os dois itens independentes utilizados para medir as normas descritivas ( $r = 0,251$ ;  $p < 0,001$ ), pelo que quanto maior a perceção da tipicidade da expressão de sentimentos negativos face ao grupo das pessoas idosas em Portugal (Medida 1), maior a perceção de que a população portuguesa favorece os jovens em detrimento dos seniores (Medida 2).

Destaca-se igualmente a existência de uma correlação positiva e significativa entre a segunda medida de avaliação da Norma Descritiva Percebida sobre o Idadismo na Sociedade Portuguesa (Medida 2) e a Norma Prescritiva Percebida sobre o Idadismo na Sociedade Portuguesa ( $r = 0,179$ ;  $p = 0,019$ ). Especificando, e tendo em conta que o item utilizado na avaliação da norma prescritiva percebida sobre o idadismo na sociedade portuguesa se encontra invertido, podemos concluir que quanto maior a perceção de que a população portuguesa favorece os jovens em comparação com os idosos, menor a perceção de que a maioria da população portuguesa prefere que seja dado um tratamento igualitário a jovens e idosos.

## ACEITAÇÃO PESSOAL E SOCIAL DO IDADISMO FLAGRANTE E SUBTIL

Em termos da Motivação Intrínseca para Responder Sem Idadismo, constata-se que esta se encontra negativa e significativamente associada com a Norma Prescritiva Percebida sobre o Discurso ( $r = -0,170$ ;  $p = 0,027$ ), o que nos indica que quanto mais intrinsecamente motivados os inquiridos se encontram para responder sem idadismo, menor a sua perceção da adequabilidade do discurso na sociedade portuguesa. Para além disso, é evidente uma correlação positiva e significativa ( $r = 0,281$ ;  $p < 0,001$ ), entre a Motivação Intrínseca para Responder sem Idadismo e a Norma Descritiva Percebida sobre o Idadismo na Sociedade Portuguesa (Medida 2), o que conduz à conclusão de que quanto maior a motivação intrínseca dos indivíduos para responder sem idadismo, maior a perceção de que a maioria da população portuguesa favorece os jovens em comparação com os idosos.

Finalizando, destaca-se uma correlação negativa e significativa entre a Motivação Intrínseca e a Motivação Extrínseca para responder sem idadismo ( $r = -0,163$ ;  $p = 0,034$ ), que nos indica que, quanto maior a motivação intrínseca, menor a motivação extrínseca para responder sem preconceito.

*Quadro 4.4- Matriz de Correlações entre as Variáveis*

	1	2	3	4	5	6	7	8
1. Aceitação do Discurso	-							
2. Norma Prescritiva percebida sobre o discurso do indivíduo	.488**	-						
3. Norma Descritiva percebida sobre o discurso do indivíduo	-.196*	.345**	-					
4. Norma Descritiva percebida sobre o idadismo na sociedade portuguesa (Medida 1)	-.022	.026	.133	-				
5. Norma Descritiva percebida sobre o idadismo na sociedade portuguesa (Medida 2)	.056	-.048	.116	.251**	-			
6. Norma Prescritiva percebida sobre o idadismo na sociedade portuguesa	.000	-.123	-.044	.128	.179*	-		
7. Motivação Intrínseca para responder sem idadismo	-.117	-.170*	-.085	.018	.281**	.006	-	
8. Motivação Extrínseca para responder sem idadismo	.130	.078	.029	.054	-.014	-.118	-.163*	-

*Nota.* Os valores apresentados dizem respeito ao  $R$  de Pearson. \* $p < .05$ , \*\* $p < .01$

#### 4.11 Análise do tipo de idadeísmo como moderador da relação entre as normas sociais e a aceitação do discurso idadeísta

Com o objetivo de testar se o efeito das normas sociais percebidas sobre o discurso na aceitação desse mesmo discurso, acontece de forma semelhante na condição de idadeísmo subtil e na condição de idadeísmo flagrante, por comparação com a condição de ausência de idadeísmo, foram realizados dois testes de moderação (“a” e “b”; Figura 4.4).

Em ambos os modelos, a variável moderadora diz respeito à condição experimental que se assume como uma variável categórica, pelo que se recorreu a um modelo de regressão, em que as variáveis g-1 foram construídas, através de uma codificação *dummy*, cuja categoria de referência utilizada foi a condição de ausência de idadeísmo.

Assim, destaca-se o facto de todas as análises seguintes que incluam a variável “Condição Experimental”, estarem codificadas numa Primeira *Dummy* – 1: Idadismo Flagrante, 0: Ausência de Idadismo; e numa Segunda *Dummy* – 1: Idadismo Subtil, 0: Ausência de idadeísmo. Este processo foi realizado através da *Macro Process 3.0* (Hayes, 2018), pelo que o próprio programa estatístico se incumbiu de realizar todas as computações necessárias.

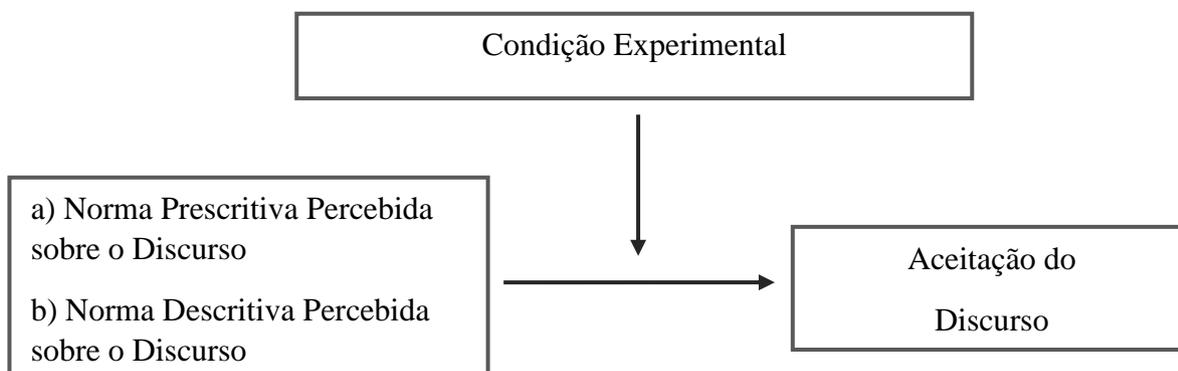


Figura 4.4- Modelos representativos do efeito das normas sociais na aceitação do discurso em função da condição experimental (“a” e “b”)

No modelo a) de moderação, assumimos a “Norma Prescritiva Percebida sobre o Discurso” como a variável independente, a “Aceitação do Discurso” como variável dependente e a “Condição Experimental” como a moderadora (Figura 4.4).

Assim, importa iniciar por comprovar a qualidade e adequabilidade do modelo, verificando-se que este explica 54,8% ( $R^2 = 0,548$ ) da variação da “Aceitação do Discurso” e é significativo ( $F_{(5,164)} = 39,792, p < 0,001$ ). No seguimento, os resultados do modelo vieram corroborar alguns dados já obtidos nas análises anteriormente realizadas neste trabalho – referentes ao nível médio de aceitação do discurso por condição experimental – vindo igualmente evidenciar a existência de um efeito principal positivo e significativo ( $B = 0,349, t$

## ACEITAÇÃO PESSOAL E SOCIAL DO IDADISMO FLAGRANTE E SUBTIL

= 2,771,  $p = 0,006$ ), que nos indica que quanto maior a norma prescritiva percebida sobre o discurso, ou seja, quanto maior a adequação percebida do discurso na sociedade portuguesa, maior a aceitação pessoal desse mesmo discurso na condição de referência, ou seja, na condição de ausência de idadismo. Por fim, não se registaram efeitos de moderação significativos, quer na interação “norma prescritiva percebida sobre o discurso X primeira *dummy*” ( $B = - 0,009$ ,  $t = - 0,052$ ,  $p = 0,958$ ), quer na interação “norma prescritiva percebida sobre o discurso X segunda *dummy*” ( $B = - 0,193$ ,  $t = - 1,075$ ,  $p = 0,284$ ), o que nos sugere que a norma prescritiva percebida sobre o discurso afeta a aceitação desse mesmo discurso de forma semelhante, na condição de idadismo flagrante e na condição de idadismo subtil, por comparação à condição de ausência de idadismo (Quadro 4.5).

*Quadro 4.5- Resultados da regressão da aceitação do discurso na norma prescritiva percebida sobre o discurso e na moderadora condição experimental*

	Aceitação do Discurso	
	B	Erro-Padrão
Constante	5,141***	0,244
Norma prescritiva percebida sobre o discurso	0,349**	0,126
Discurso Idadismo Flagrante	-3,021***	0,326
Discurso Idadismo Subtil	-0,925**	0,326
Norma prescritiva * Discurso Idadismo Flagrante <sup>a</sup>	-0,009	0,166
Norma prescritiva * Discurso Idadismo Subtil <sup>a</sup>	-0,193	0,179
	R <sup>2</sup> Ajustado	0,548***
	F (5, 164)	39,792

\* $p < .05$ , \*\* $p < .01$ , \*\*\* $p < .001$ , <sup>a</sup> Condição de Ausência de Idadismo- categoria de referência

Já em relação ao modelo b) de moderação, definimos a “Norma Descritiva Percebida sobre o Discurso” como a variável independente, a “Aceitação do Discurso” como variável dependente e a “Condição Experimental” como variável moderadora categórica (Figura 4.4).

Este é um modelo que explica 53% ( $R^2 = 0,530$ ) da variação da “Aceitação do Discurso” e é significativo ( $F_{(5,164)} = 37,022$ ,  $p < 0,001$ ). Mais uma vez, este modelo veio confirmar os dados obtidos anteriormente em relação ao nível médio de aceitação do discurso em cada condição experimental, sendo que ao contrário do esperado, não se constata a existência de um efeito principal da norma descritiva percebida no discurso sobre a aceitação desse mesmo discurso na condição de ausência de idadismo, já que apesar do coeficiente ser negativo, não é significativo ( $B = - 0,158$ ,  $t = -1,164$ ,  $p = 0,246$ ).

## ACEITAÇÃO PESSOAL E SOCIAL DO IDADISMO FLAGRANTE E SUBTIL

Para além disso, não se assinalaram efeitos de moderação significativos, quer na interação “norma descritiva percebida sobre o discurso X primeira *dummy*” ( $B = 0,076$ ,  $t = 0,404$ ,  $p = 0,687$ ), quer na interação “norma descritiva percebida sobre o discurso X segunda *dummy*” ( $B = - 0,267$ ,  $t = - 1,407$ ,  $p = 0,161$ ) (Quadro 4.6).

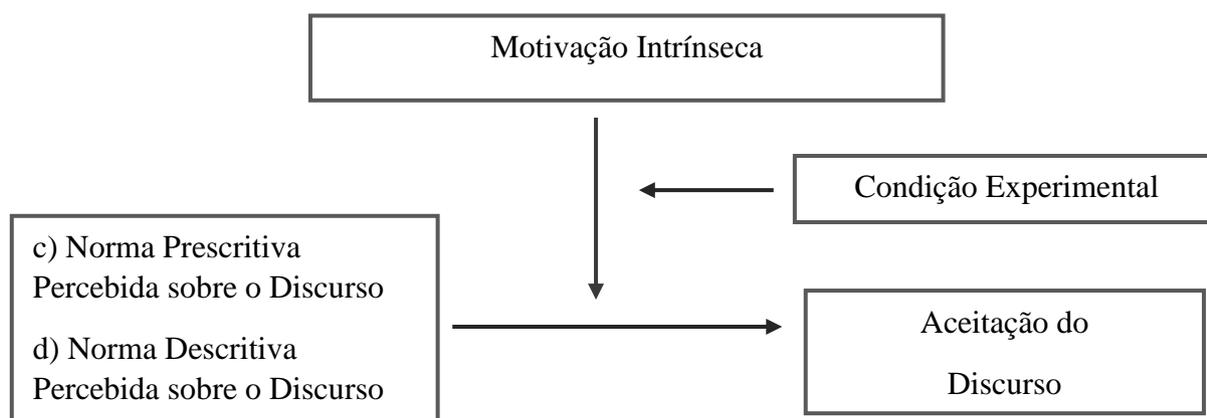
*Quadro 4.6- Resultados da regressão da aceitação do discurso na norma descritiva percebida sobre o discurso e na moderadora condição experimental*

	Aceitação do Discurso	
	B	Erro-Padrão
Constante	5,569***	0,204
Norma descritiva percebida sobre o discurso	-0,158	0,135
Discurso Idadismo Flagrante	-3,708***	0,289
Discurso Idadismo Subtil	-1,677***	0,310
Norma descritiva * Discurso Idadismo Flagrante <sup>a</sup>	0,076	0,188
Norma descritiva * Discurso Idadismo Subtil <sup>a</sup>	-0,267	0,189
	R <sup>2</sup> Ajustado	0,530***
	F (5, 164)	37,022

\* $p < .05$ , \*\* $p < .01$ , \*\*\* $p < .001$ , <sup>a</sup> Condição de Ausência de Idadismo- categoria de referência

### 4.12 Análise da motivação intrínseca como moderadora da relação entre as normas sociais e a aceitação do discurso idadista, por condição experimental

Tendo por finalidade testar se o efeito das normas sociais percebidas sobre o discurso na aceitação desse mesmo discurso, não é de facto moderado pela motivação intrínseca em cada condição experimental, foram realizados dois modelos de moderação moderada (“c” e “d”; Figura 4.5).



*Figura 4.5- Modelos representativos do efeito das normas sociais na aceitação do discurso em função da motivação intrínseca e da condição experimental (“c” e “d”)*

No modelo c) de moderação moderada, utilizámos a “Norma Prescritiva Percebida sobre o Discurso” como variável independente, a “Aceitação do Discurso” como variável dependente e a “Motivação Intrínseca” e a “Condição Experimental” como variáveis moderadoras (Figura 4.5).

O modelo explica 57,3% ( $R^2 = 0,573$ ) da variação da “Aceitação do Discurso” e é significativo ( $F_{(11,158)} = 19,263$ ,  $p < 0,001$ ). Este é um modelo que providencia informações acerca de potenciais moderações de segundo e terceiro grau, bem como sobre a inexistência de um efeito da motivação intrínseca sobre a aceitação do discurso na variável de referência ( $B = 0,292$ ,  $t = 1,559$ ,  $p = 0,121$ ). Assim, não se registaram interações significativas de terceira ordem, quer em termos da interação “norma prescritiva percebida sobre o discurso X motivação intrínseca X primeira *dummy*” ( $B = -0,004$ ,  $t = -0,034$ ,  $p = 0,973$ ), quer em relação à interação “norma prescritiva percebida sobre o discurso X motivação intrínseca X segunda *dummy*” ( $B = 0,092$ ,  $t = 0,654$ ,  $p = 0,514$ ). Em relação às interações de segunda ordem, não se regista igualmente um efeito de interação entre a norma prescritiva percebida sobre o discurso e a motivação intrínseca ( $B = -0,025$ ,  $t = -0,242$ ,  $p = 0,809$ ), embora se confirmem efeitos de interação negativos e significativos entre “motivação intrínseca X primeira *dummy*” ( $B = -0,566$ ,  $t = -2,269$ ,  $p = 0,025$ ) e entre “motivação intrínseca X segunda *dummy*” ( $B = -0,552$ ,  $t = -2,219$ ,  $p = 0,028$ ).

Já em relação ao modelo d) de moderação moderada, definimos a “Norma Descritiva Percebida sobre o Discurso” como a variável independente, a “Aceitação do Discurso” como variável dependente e a “Motivação Intrínseca” e a “Condição Experimental” como variáveis moderadoras (Figura 4.5).

Este é um modelo que explica 56,6% ( $R^2 = 0,530$ ) da variação da “Aceitação do Discurso” e é significativo ( $F_{(11,158)} = 18,730$ ,  $p < 0,001$ ), sendo que veio acrescentar informações acerca da interação entre a norma descritiva percebida sobre o discurso e a motivação intrínseca, que é negativa, mas não significativa ( $B = -0,055$ ,  $t = -0,565$ ,  $p = 0,573$ ), e sobre algumas interações de terceiro grau também não significativas, como é o caso da interação “norma descritiva percebida sobre o discurso X motivação intrínseca X primeira *dummy*” ( $B = 0,071$ ,  $t = 0,504$ ,  $p = 0,615$ ) e da interação “norma descritiva percebida sobre o discurso X motivação intrínseca X segunda *dummy*” ( $B = 0,136$ ,  $t = 0,994$ ,  $p = 0,322$ ). Para além disso, este modelo veio reforçar os efeitos de interação negativos e significativos entre a “motivação intrínseca X primeira *dummy*” ( $B = -0,720$ ,  $t = -2,961$ ,  $p = 0,004$ ) e entre a “motivação intrínseca X segunda *dummy*” ( $B = -0,502$ ,  $t = -2,139$ ,  $p = 0,034$ ).

#### 4.13 Análise do tipo de idadeísmo como moderador da relação entre a motivação intrínseca e a aceitação do discurso

Com o objetivo de testar se o efeito da motivação intrínseca na aceitação do discurso, acontece de forma semelhante na condição de idadeísmo sutil e na condição de idadeísmo flagrante, por comparação com a condição de ausência de idadeísmo, foi realizado um modelo de moderação, com uma variável moderadora categórica, cuja variável independente diz respeito à “Motivação Intrínseca”, a variável dependente diz respeito à “Aceitação do Discurso” e a variável moderadora diz respeito à “Condição Experimental” (Figura 4.6).

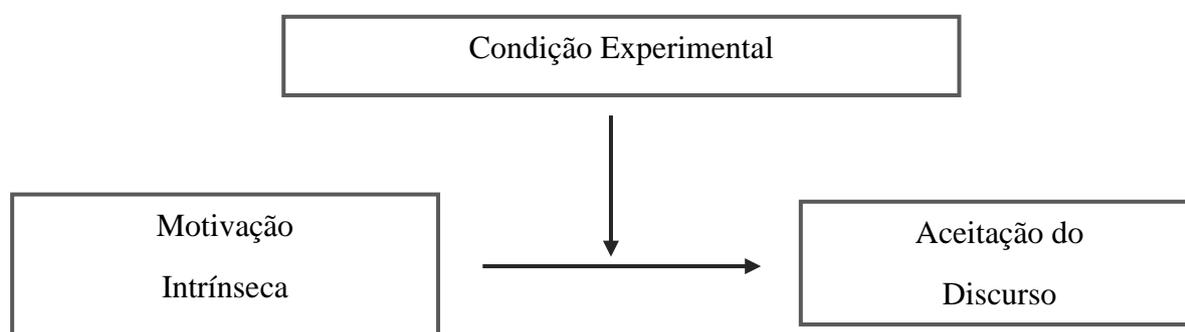
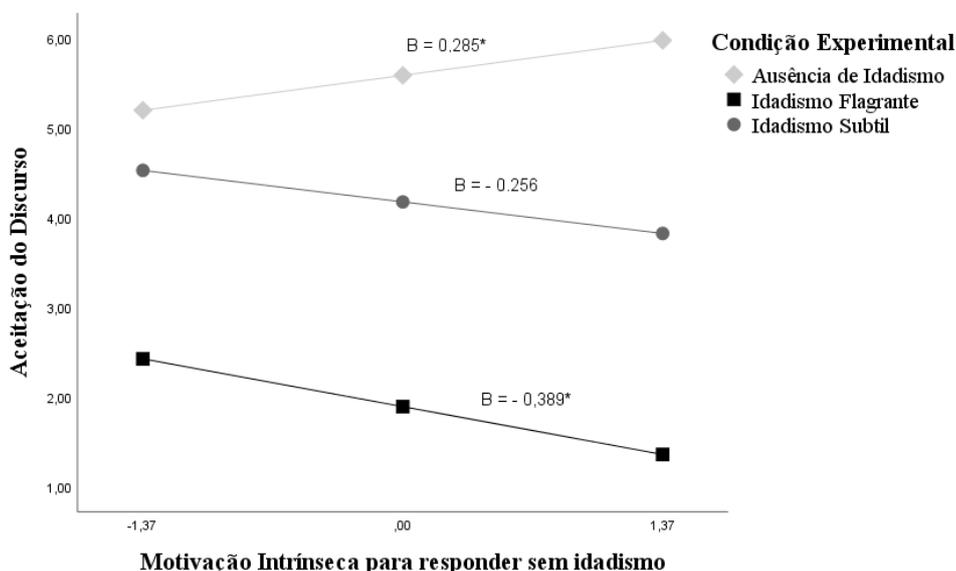


Figura 4.6- Modelos representativos do efeito da motivação intrínseca na aceitação do discurso em função da condição experimental

O modelo explica 53,2% ( $R^2 = 0,532$ ) da variação da “Aceitação do Discurso” e é significativo ( $F_{(5,164)} = 37,315, p < 0,001$ ). Os resultados destacam a existência de um efeito de interação negativo e significativo entre a motivação interna e a primeira *dummy* ( $B = -0,674, t = -3,171, p = 0,002$ ), pelo que podemos concluir que a relação entre a motivação intrínseca e a aceitação do discurso, difere entre os indivíduos sujeitos à condição de ausência de idadeísmo e os indivíduos da condição de idadeísmo flagrante. Para além disso, é igualmente evidente um efeito de interação negativo e significativo entre a motivação intrínseca e a segunda *dummy* ( $B = -0,541, t = -2,578, p = 0,011$ ), o que nos indica que a relação entre a motivação intrínseca e a aceitação do discurso também difere entre os inquiridos da condição de ausência de idadeísmo e os da condição de idadeísmo sutil.

Concomitantemente, o efeito da motivação intrínseca para responder sem idadeísmo na aceitação do discurso é positivo e significativo quando os participantes foram sujeitos à condição de ausência de idadeísmo ( $B = 0,285, t = 2,047, p = 0,042$ ), o que faz com que nestes indivíduos, quanto maior a motivação intrínseca para responder sem idadeísmo, maior a aceitação de um discurso que não tem presente crenças idadeístas. Acrescido, constata-se um efeito negativo e significativo da motivação intrínseca para responder sem idadeísmo na aceitação do discurso, na condição de idadeísmo flagrante ( $B = -0,389, t = -2,422, p = 0,017$ ), indicativo de

que quanto maior a motivação intrínseca para responder sem idadismo, menor a aceitação de um discurso flagrantemente idadista. Por fim, o efeito da motivação intrínseca para responder sem idadismo na aceitação do discurso, apesar de negativo, não é significativo na condição de idadismo sutil ( $B = -0,256$ ,  $t = -1,630$ ,  $p = 0,105$ ), registrando-se que quando os indivíduos são sujeitos a uma condição de idadismo sutil, apresentam uma aceitação do discurso constante e superior à apresentada pelos indivíduos da condição de idadismo flagrante, independentemente do nível de motivação intrínseca para responder sem preconceito (Figura 4.7).



\* $p < .05$ , \*\* $p < .01$ , \*\*\* $p < .001$

Figura 4.7- Resultados do efeito da motivação intrínseca na aceitação do discurso, em função da condição experimental

#### 4.14 Análise da motivação extrínseca como moderadora da relação entre as normas sociais e a aceitação do discurso idadista, por condição experimental

Com o intuito de medir se o efeito das normas sociais percebidas sobre o discurso na aceitação desse mesmo discurso, é moderado pela motivação extrínseca em cada condição experimental, foram realizados dois modelos de moderação moderada (“e” e “f”; Figura 4.8).

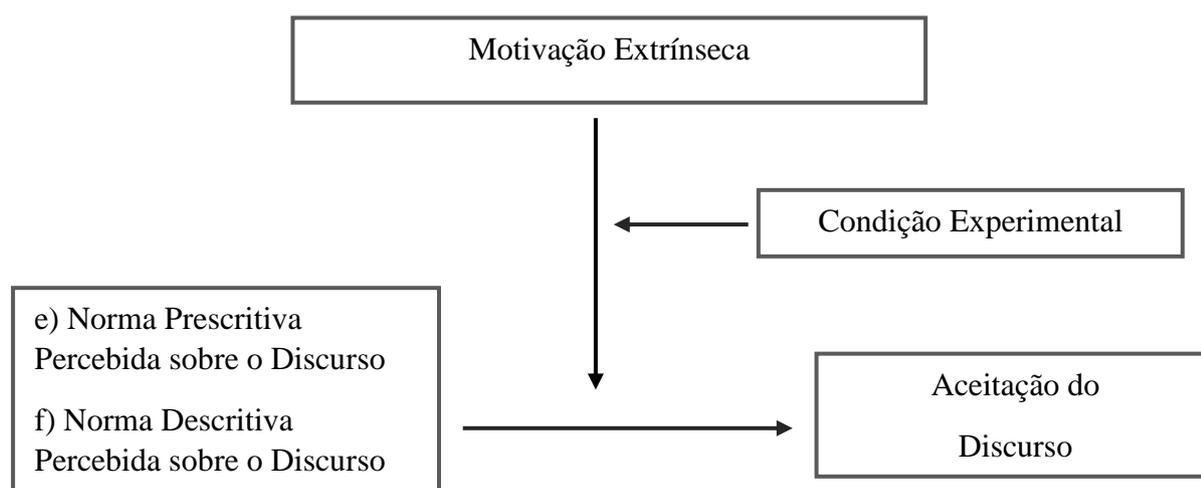


Figura 4.8- Modelos representativos do efeito das normas sociais na aceitação do discurso em função da motivação extrínseca e da condição experimental (“e” e “f”)

No modelo e) de moderação moderada, utilizámos a “Norma Prescritiva Percebida sobre o Discurso” como variável independente, a “Aceitação do Discurso” como variável dependente e a “Motivação Extrínseca” e a “Condição Experimental” como variáveis moderadoras (Figura 4.8).

O modelo explica 59,3% ( $R^2 = 0,593$ ) da variação da “Aceitação do Discurso” e é significativo ( $F_{(11,158)} = 20,964, p < 0,001$ ), tendo vindo acrescentar informações sobre o efeito da motivação extrínseca na aceitação do discurso, que é negativo mas não significativo ( $B = -0,211, t = -1,838, p = 0,068$ ), e sobre algumas interações de terceiro e segundo grau. No seguimento, não se constata a existência de efeitos significativos de terceira ordem, quer na interação “norma prescritiva percebida sobre o discurso X motivação extrínseca X primeira *dummy*” ( $B = -0,048, t = -0,610, p = 0,543$ ), quer na interação “norma prescritiva percebida sobre o discurso X motivação extrínseca X segunda *dummy*” ( $B = -0,083, t = -0,980, p = 0,328$ ), sendo que a interação de segunda ordem “norma prescritiva percebida sobre o discurso X motivação extrínseca” também não é significativa ( $B = 0,115, t = 1,832, p = 0,069$ ). Em contrapartida, torna-se saliente um efeito de interação positivo e significativo entre a “motivação extrínseca para responder sem idadismo X primeira *dummy*” ( $B = 0,396, t = 2,618, p = 0,010$ ) e entre a “motivação extrínseca para responder sem idadismo X segunda *dummy*” ( $B = 0,522, t = 3,372, p = 0,001$ ).

No modelo f) definimos a “Norma Descritiva percebida sobre o discurso” como variável independente, a “Aceitação do Discurso” como variável dependente e a “Motivação Extrínseca para responder sem idadismo” e a “Condição Experimental” como variáveis moderadoras (Figura 4.8).

Neste caso, o modelo explica 58,7% ( $R^2 = 0,587$ ) da variação da “Aceitação do Discurso” e é significativo ( $F_{(11,158)} = 20,389, p < 0,001$ ), sendo útil no fornecimento de informações sobre a interação entre a norma descritiva percebida sobre o discurso e a motivação extrínseca, que é positiva, mas não significativa ( $B = 0,141, t = 1,822, p = 0,070$ ), bem como sobre as interações de terceiro grau também não significativas, entre a “norma descritiva percebida sobre o discurso X motivação extrínseca para responder sem idadismo X primeira *dummy*” ( $B = - 0,074, t = - 0,783, p = 0,435$ ) e entre a “norma descritiva percebida sobre o discurso X motivação extrínseca para responder sem idadismo X segunda *dummy*” ( $B = 0,019, t = 0,155, p = 0,877$ ). No que diz respeito às restantes interações de segundo grau, denota-se a existência de um efeito positivo e significativo entre a “motivação extrínseca para responder sem idadismo X segunda *dummy*” ( $B = 0,534, t = 3,450, p = 0,001$ ) e de um efeito semelhantemente positivo mas não significativo entre a “motivação extrínseca para responder sem idadismo X primeira *dummy*” ( $B = 0, 152, t = 1,096, p = 0,275$ ).

Estas interações entre a Motivação Externa para responder sem idadismo e as condições experimentais tornam-se, deste modo, interessantes de explorar.

#### 4.15 Análise do tipo de idadismo como moderador da relação entre a motivação extrínseca e a aceitação do discurso

Tendo por finalidade testar se o efeito da motivação extrínseca para responder sem idadismo na aceitação do discurso, se estabelece de forma semelhante na condição de idadismo sutil e na condição de idadismo flagrante, por comparação com a condição de ausência de idadismo, foi realizada uma moderação com moderadora categórica, cuja variável independente é a “Motivação extrínseca para responder sem idadismo”, a variável dependente é a “Aceitação do Discurso” e a variável moderadora é a “Condição Experimental” (Figura 4.9).

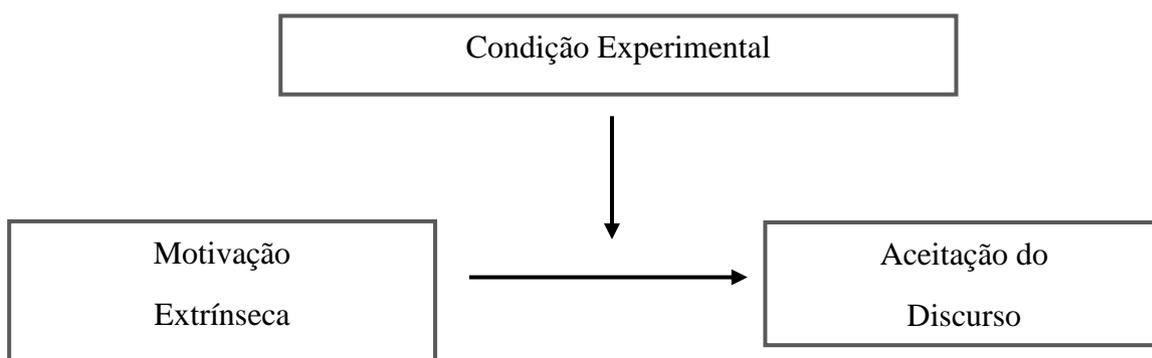
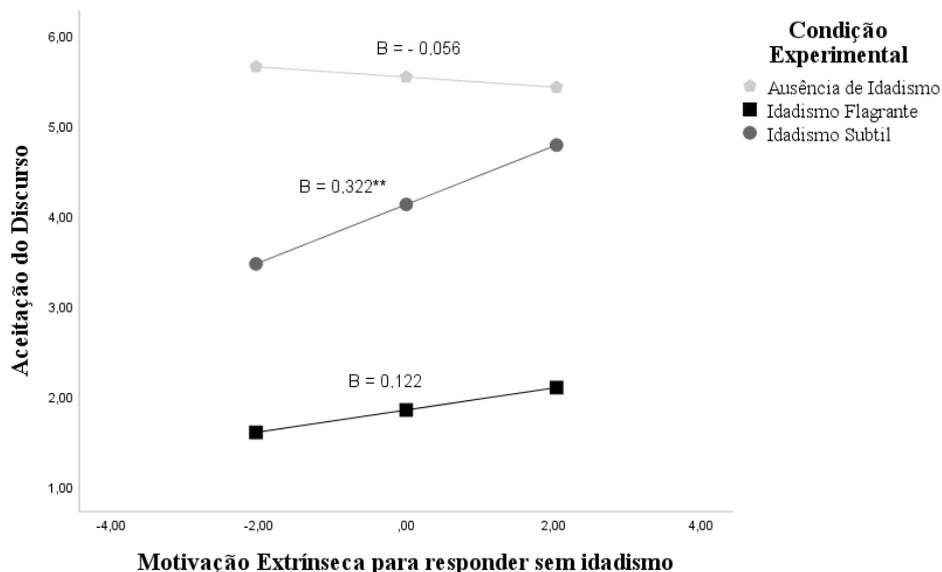


Figura 4.9- Modelo representativo do efeito da motivação extrínseca na aceitação do discurso em função da condição experimental

## ACEITAÇÃO PESSOAL E SOCIAL DO IDADISMO FLAGRANTE E SUBTIL

O modelo explica 52,7% ( $R^2 = 0,527$ ) da variação da “Aceitação do Discurso” e é significativo ( $F_{(2,164)} = 36,560$ ,  $p < 0,001$ ). Os resultados demonstram a existência de um efeito de interação positivo e significativo entre a motivação externa e a segunda *dummy* ( $B = 0,378$ ,  $t = 2,562$ ,  $p = 0,011$ ), o que nos indica que a relação entre a motivação extrínseca para responder sem idadismo e a aceitação do discurso, difere entre os inquiridos expostos à condição de ausência de idadismo e os indivíduos expostos à condição de idadismo sutil. O mesmo não pode ser dito em relação à interação entre a motivação externa e a primeira *dummy*, uma vez que apesar de positiva, esta interação não é significativa ( $B = 0,177$ ,  $t = 1,264$ ,  $p = 0,208$ ).

No seguimento, o efeito da motivação extrínseca para responder sem idadismo na aceitação do discurso, é positivo e significativo quando os indivíduos foram sujeitos à condição de idadismo sutil ( $B = 0,322$ ,  $t = 2,992$ ,  $p = 0,003$ ), o que faz com que nestes inquiridos, quanto maior a motivação extrínseca para responder sem idadismo, maior a aceitação de um discurso subtilmente idadista. Adicionalmente, verifica-se uma relação positiva mas não significativa entre a motivação extrínseca e a aceitação do discurso, na condição de idadismo flagrante ( $B = 0,122$ ,  $t = 1,248$ ,  $p = 0,214$ ), e negativa e não significativa na condição de ausência de idadismo ( $B = -0,056$ ,  $t = -0,551$ ,  $p = 0,582$ ) (Figura 4.10).



\* $p < .05$ , \*\* $p < .01$ , \*\*\* $p < .001$

Figura 4.10- Resultados do efeito da motivação extrínseca na aceitação do discurso, em função da condição experimental

## Capítulo V- Discussão

O objetivo do presente estudo incidiu sobre a aferição da existência de normas sociais idadistas na sociedade portuguesa, e de que maneira estas variáveis afetavam a aceitação pessoal do idadismo. De um modo mais concreto, procurou-se verificar se a manipulação do idadismo, nas suas diversas formas – idadismo flagrante, idadismo subtil, ou ausência de idadismo –, exercia efeitos distintos na ativação de normas sociais, descritivas e prescritivas, em relação ao idadismo. Estas normas foram acedidas com recurso a diversas medidas diferenciadas, cumprindo assim o propósito exploratório de averiguar quais aparentam ser os métodos mais eficazes na sua medição. Acrescido, o presente estudo tomou ainda em consideração o potencial impacto das motivações pessoais enquanto moderadoras da relação entre as normas sociais percebidas e a aceitação pessoal do idadismo.

Em termos da verificação da manipulação, como supramencionado, após um período de latência preenchido com outras questões, recorreu-se aos itens da *The Ambivalent Ageism Scale* (Cary et al., 2017), acrescidos de alguns itens sobre o ambiente, já anteriormente utilizados na construção das respetivas manipulações, como forma de aferir se as condições experimentais acediam ao pretendido e se diferenciavam significativamente entre si. No seguimento, verificou-se que na condição de idadismo flagrante, os indivíduos avaliaram a presença de idadismo flagrante no discurso em maior grau, na condição de idadismo subtil a presença de idadismo subtil no discurso foi a mais notada pelos participantes, e na condição de ausência de idadismo, destacou-se a perceção da presença de uma opinião ambiental como mais preponderante. Foi assim possível verificar a adequação da manipulação utilizada no presente estudo, como forma de ativação das diferentes formas de manifestação do idadismo.

No que se refere ao nível de aceitação do discurso, salienta-se um efeito estatisticamente significativo da condição experimental, no sentido em que os participantes sujeitos à condição de idadismo flagrante afirmaram aceitar menos esse discurso, do que os indivíduos expostos à condição de idadismo subtil, destacando-se como o discurso mais aceite, o de ausência de idadismo.

Assim, tendo em conta que um discurso de idadismo subtil foi percebido como mais aceite, do que um discurso de idadismo flagrante, podemos considerar a Hipótese 1 como estando confirmada, o que representa uma primeira replicação nacional dos dados obtidos por Horhota et al. (2018).

Estes são assim resultados que deverão funcionar enquanto sinal de alarme, uma vez que apesar de o discurso de idadismo subtil ser menos aceite do que um discurso geral, as suas médias de aceitação não aparentam ser assim tão diferenciadas, o que poderá ser indicativo de

que, tal como Barreto e Ellemers (2005) descobriram em relação ao sexismo, o discurso de idadismo subtil não seja entendido pelos indivíduos como uma real forma de preconceito que acarreta consequências nocivas para o grupo alvo, e ao invés, seja avaliado como um discurso positivo, envolto em boas intenções.

Relativamente às normas sociais percebidas no discurso, constata-se que a comunicação de idadismo flagrante e a comunicação de idadismo subtil, são semelhantemente percebidas como sendo pouco adequadas na sociedade portuguesa – norma prescritiva –, e como menos adequadas do que o discurso de ausência de idadismo. Contudo, no que se refere à tipicidade dos diferentes discursos na sociedade portuguesa – norma descritiva –, os resultados demonstram algumas diferenças, nomeadamente com o discurso de idadismo subtil a ser percebido como menos típico, enquanto o discurso de idadismo flagrante é percecionado como tão comum na nossa sociedade, quanto um discurso sobre a defesa de espaços verdes.

Estes são resultados que surgem como fundamento para a rejeição da nossa Hipótese 2, uma vez que parece existir uma norma prescritiva semelhante para as duas formas de idadismo – subtil e flagrante –, e uma norma descritiva que reflete uma tendência para uma maior preponderância do idadismo flagrante face ao idadismo subtil.

Desta forma, o preconceito etário parece não seguir a tendência global para a supressão das suas vertentes flagrantes (e.g., Monteith, 1996), uma vez que apesar de ser pouco adequado, é tido como bastante comum, destacando-se uma inconsistência entre o defendido pela norma prescritiva e a norma descritiva.

Já em termos do idadismo subtil, os resultados também se destacam como opostos ao esperado, sendo percecionado como pouco comum e pouco adequado na nossa sociedade. Uma possível explicação, porém, pode ser por nós avançada, cruzando estes resultados com os obtidos em termos da aceitação do discurso. Efetivamente, um discurso de idadismo subtil é relativamente bem aceite pelos indivíduos, pelo que estando perante uma sociedade que consideram flagrantemente idadista nas suas ações, poder-se-á dar o caso de os sujeitos acreditarem não estar a ser realizado, e considerado adequado, um discurso que, pessoalmente, consideram ser o mais aceitável de proferir em relação às pessoas idosas.

Já no que concerne às normas sociais percebidas sobre o idadismo na sociedade portuguesa em geral, verifica-se que estas não sofrem efeito da condição experimental, pelo que nos é possível afirmar que medidas mais gerais de medição das normas, parecem não ser influenciadas por discursos flagrantes ou subtis. Uma possível explicação para estes resultados, como explorámos anteriormente, poder-se-á dever à estratégia de medição utilizada (Labovitz & Hagedorn, 1973), pois apesar de em ambos os casos ser realizada uma medição efetiva – com

demonstração da percepção do defendido pela sociedade –, no caso das normas percebidas no discurso, foram colocadas questões relacionadas com um discurso hipotético, e no caso das normas percebidas na sociedade, foram apenas colocadas questões diretas. Desta forma, as medidas assentes em discursos dos indivíduos como a de Monteith et al. (1996), parecem funcionar melhor e ser mais eficazes a detetar diferenças entre formas subtis e flagrantes de preconceito, do que medidas gerais sobre o defendido na sociedade portuguesa.

Adicionalmente, outra potencial explicação, poderá ser que os participantes, numa primeira instância, tenham respondido às questões sobre o discurso, e depois tenham partido para as restantes questões com uma tendência de resposta mais geral, sem influência das manipulações.

No que concerne ao impacto das normas sociais na aceitação pessoal dos discursos idadistas, o padrão de correlações salienta que a aceitação pessoal é influenciada de forma positiva pela norma prescritiva, e de forma negativa pela norma descritiva, o que nos mostra que os participantes “fazem o que acham que está correto de fazer” e “o contrário do que pensam fazer-se habitualmente na sociedade portuguesa”.

Ainda assim, de forma aparentemente contraditória, denota-se a existência de uma relação positiva entre a norma prescritiva e a norma descritiva percebidas no discurso, que salienta a congruência entre as duas normas.

Estas aparentes contradições poderão porém, estar a ser influenciadas, em grande parte, pela manipulação do idadismo flagrante, que é a única condição que apresenta uma reduzida norma prescritiva, mas elevada norma descritiva de idadismo, sendo que no caso do idadismo subtil se registam reduzidos valores em ambas as normas, ao contrário da condição de ausência de idadismo, onde se registam elevados valores em ambas. Efetivamente, e de acordo com Smith & Louis (2008), em determinados comportamentos e atitudes (e.g., questões políticas), quando sobressai uma incongruência entre os dois tipos de normas, as pessoas tendem a seguir nas suas atitudes e comportamentos, “o que deve ser feito” e não o que “realmente se faz”, justificando-o com um sentimento de obrigação, por cumprir “o que o grupo defende, mas não executa”.

No seguimento, foram realizadas análises de moderação, com o intuito de testar se o efeito das normas sociais percebidas no discurso na aceitação desse mesmo discurso, diferia para a condição de idadismo subtil e para a condição de idadismo flagrante, em comparação com a condição de ausência de idadismo (Hipótese 3), tendo-se aferido que a percepção de adequação do discurso na sociedade portuguesa – norma prescritiva – afetava positivamente a aceitação desse mesmo discurso, mas de forma idêntica em ambas as condições, e que a percepção da tipicidade do discurso na sociedade portuguesa – norma descritiva – não tinha efeitos

significativos na aceitação pessoal do discurso, pelo que a nossa terceira hipótese não se confirma.

Estes resultados, para além de se oporem à perspectiva de um efeito diferenciado das normas sociais sobre a aceitação de diferentes formas de idadeísmo, opõem-se igualmente ao padrão de correlações encontrado anteriormente, em relação à norma descritiva percebida no discurso, uma vez que, no padrão de correlações se verifica a existência de uma relação negativa e significativa entre a norma descritiva e a aceitação do discurso e na análise de moderação, esta relação deixa de ser significativa. A explicação para estas disparidades, pode ancorar no facto de, no modelo de moderação, se estar a introduzir mais variáveis na análise enquanto o número de participantes se mantém, o que pode gerar um menor poder de teste. Para além de que, na análise de correlações a condição experimental não está a ser controlada, enquanto no modelo de moderação está.

Incidindo na componente da motivação intrínseca, denotou-se que o efeito que esta exercia sobre a aceitação pessoal do discurso, diferia em função da condição experimental a que o inquirido estava exposto, no sentido em que, os sujeitos com maiores níveis de motivação interna para responder sem idadeísmo reportaram maiores níveis de aceitação de um discurso marcado pela ausência de idadeísmo e revelaram menores níveis de aceitação pessoal do idadeísmo em termos flagrantes, mas não em termos subtis, evidenciando uma corroboração da Hipótese 4.

Tais evidências confirmam a importância da motivação interna na não aceitação de discursos de idadeísmo flagrante, o que nos sugere que os indivíduos intrinsecamente motivados internalizaram um conjunto de padrões de anti-idadeísmo, que são relevantes para o seu autoconceito (Plant & Devine, 1998), mas apenas no que diz respeito à vertente flagrante do preconceito etário. Em contrapartida, não se denotou que a motivação interna fosse relevante para a não aceitação de discursos subtilmente idadeístas, o que mais uma vez, parece ir ao encontro da ideia de que na realidade, tal como no sexismo, é realizada uma avaliação positiva desta forma de idadeísmo, que inibe que este seja tido como preconceito em si mesmo (Barreto & Ellemers, 2005).

Já no constante ao efeito moderador da motivação extrínseca e intrínseca para responder sem preconceito, na relação entre as normas sociais percebidas no discurso – descritivas e prescritivas – e a aceitação pessoal do discurso idadeísta, não se verificaram efeitos de interação para ambos os casos, pelo que a Hipótese 4, apenas se encontra parcialmente sustentada.

Neste sentido, tal como se previa, a motivação intrínseca para responder sem idadeísmo, não moderou a relação entre as normas sociais e a aceitação de discursos de idadeísmo, o que

mais uma vez poderá evidenciar que esta forma de motivação impele os sujeitos a responderem de forma não preconceituosa em qualquer situação, inclusive em situações onde não se destacam as pressões sociais. Contrariamente, por a motivação externa para responder sem preconceito se encontrar intimamente ligada a essas mesmas pressões sociais, esperava-se que esta exercesse um efeito moderador na relação entre as normas sociais e a aceitação de discursos idadistas, o que não se verificou.

Ainda assim, esta análise evidenciou uma interação de segunda ordem com interesse, que se prende com a existência de uma interação entre a motivação extrínseca e a condição experimental na previsão da aceitação do discurso. Esta interação sugeriu que, quanto maior a motivação extrínseca, maior a aceitação de um discurso de idadismo subtil, sendo que para as restantes condições experimentais, a aceitação do discurso permaneceu constante, independentemente dos níveis pessoais de motivação externa.

Tal como Plant e Devine (1998) já tinham adiantado, frequentemente a motivação externa para responder sem preconceito não se encontra relacionada com as medidas pessoais de preconceito, o que neste caso se confirmou em termos da aceitação do discurso de idadismo flagrante, e por vezes até se encontra positivamente relacionada com essas medidas, como se apurou em termos da aceitação pessoal do idadismo subtil.

De destacar, são as evidências que nos surgem quando cruzamos estes dados com os obtidos em relação ao efeito moderador da condição experimental, na relação entre a motivação interna e a aceitação do discurso, que se encontra supramencionada nesta secção: enquanto a motivação interna parece influenciar a aceitação de discursos de idadismo flagrante ou ausência de idadismo, a motivação externa parece apenas influenciar a aceitação de discursos de idadismo subtil. Assim, parece sobressair um efeito distinto das duas formas de motivação nas diferentes tipologias de preconceito, que pelo que temos conhecimento, ainda não foi explorado.

Em suma, este estudo de carácter inovador na literatura deste domínio, apesar de não ter ido ao encontro de algumas hipóteses propostas, confirmou outras, para além de que permitiu ainda uma reflexão sobre diversos aspetos não diretamente postulados, que merecem igual destaque nesta secção da dissertação.

Seguindo a ordem em que estas evidências foram encontradas, salienta-se os resultados que nos sugerem que quanto mais baixa é a escolaridade dos indivíduos, maior a aceitação de um discurso de idadismo subtil, bem como maior a perceção da adequação deste tipo de discurso na sociedade portuguesa. De facto, algumas investigações têm comprovado a capacidade que a educação apresenta para prever diversas formas de preconceito, justificando-o com a ideia de que uma reduzida escolaridade limita a compreensão dos diferentes grupos e ideais (Carvacho

et al., 2013), pelo que uma forma de idadismo mais “disfarçada”, numa sociedade anti preconceito, aparenta ainda necessitar da educação para a sua identificação enquanto real forma de preconceito.

Outros dados importantes de destacar nesta dissertação advêm da medição da aceitação pessoal do preconceito dirigido a diferentes grupos sociais, sendo que centrar-nos-emos em particular no grupo dos seniores, por comparação aos restantes grupos. Decorrente, os dados parecem indicar-nos uma média de aceitabilidade de sentimentos negativos superior em relação às pessoas idosas e às pessoas invisuais, do que às pessoas negras, o que poderá evidenciar um maior trabalho de consciencialização desenvolvido no âmbito da temática do racismo, por comparação à temática do idadismo e de outros tipos de preconceito, que apesar de menos consciencializados, são igualmente importantes. O elevado número de investigações realizadas no campo do racismo, por comparação com a menor pesquisa na área do idadismo (Nelson, 2005), são prova disso mesmo.

Avançando, apesar das medidas de medição das normas sociais percebidas na sociedade portuguesa em geral, como mencionado anteriormente, não terem sido susceptíveis às manipulações flagrantes e subtis de preconceito, permitiram-nos ainda assim, extrair algumas considerações importantes sobre as normas sociais relativas ao idadismo na nossa sociedade e sobre as disparidades provocadas pelas diferentes metodologias utilizadas.

Especificando, as médias associadas às medidas de idadismo percebido na sociedade portuguesa em geral, adaptadas de Falomir- Pischastor et al., (2018), indicaram-nos que existe uma norma descritiva e prescritiva idadista na nossa sociedade, com a população a favorecer os jovens em comparação com os idosos, e com a maioria dos portugueses a não preferir que seja dado um tratamento igualitário a jovens e seniores.

Estes são mais uma vez, resultados que chamam a atenção para a existência de uma legitimidade na perpetuação do idadismo, o que contraria os resultados obtidos por Crandall et al. (2002), dado que os autores relataram que o grupo das pessoas idosas se enquadrava na classe de minorias, sobre as quais não seria aceitável deter sentimentos negativos.

Estas disparidades poderão dever-se não só a possíveis diferenças culturais, existentes entre a cultura Americana e a cultura Portuguesa, como também e mais uma vez referido, a diferenças causadas pela tipologia de medição utilizada, sendo de destacar o facto de a medida de Crandall et al. (2002) parecer medir exclusivamente uma norma prescritiva de preconceito, e ainda realizar esta medição por comparação entre grupos, o que poderá enviesar os resultados. Acrescido, a adaptação da escala de Crandall et al. (2018), utilizada e classificada por nós como a “Medida 1”, para medir a norma descritiva percebida sobre o idadismo na sociedade

portuguesa em geral, provavelmente por ser uma escala com uma elevada possibilidade de respostas (entre 0 e 100 pontos), não se revelou útil na definição da existência ou não, de uma norma idadista na nossa sociedade, com os valores a indicarem uma posição intermédia.

Tais dados reforçam a necessidade de aprofundamento do impacto que diferentes medidas de normas têm nos resultados que produzem, e a importância de se chegar a um acordo sobre quais os melhores métodos a utilizar.

Um outro cenário interessante de explorar, emerge do quadro de correlações que se desenha entre a motivação interna para responder sem idadismo e as diferentes medidas das normas sociais. De entre cinco diferentes medidas de normas, a motivação interna apenas se correlacionou significativamente e de forma negativa com a norma prescritiva percebida sobre o discurso, e de forma positiva com a norma descritiva percebida sobre o idadismo na sociedade portuguesa em geral, o que faz com que os inquiridos mais internamente motivados para responder sem idadismo, apresentem uma menor percepção da adequabilidade dos discursos e uma maior percepção de que a maioria da população portuguesa favorece os jovens, em comparação com os idosos. Este padrão de resultados parece demonstrar uma maior consciencialização por parte dos indivíduos intrinsecamente motivados para denunciarem a existência de um padrão comum de preconceito e de considerarem, simultaneamente, que essa tipologia de preconceito não é adequada.

### **5.1. Limitações e Sugestões Futuras**

Ainda que o presente estudo represente um avanço científico na compreensão da existência de normas sociais idadistas na sociedade portuguesa, e na forma como estas normas influenciam a aceitação pessoal do idadismo, permanecem ainda algumas limitações e sugestões, que carecem de aprofundamento.

No seguimento, atribuímos grande parte das limitações desta investigação, à inexistência de um consenso na literatura em relação à melhor forma de medição das normas sociais. Efetivamente, por considerarmos que diferentes medidas poderiam originar resultados distintos, optámos por investir na inclusão de diversas escalas de medição das normas sociais, ainda que o facto das escalas não se encontrarem validadas para a população portuguesa e terem sido adaptadas da medição de outras formas de preconceito (e.g., escala de Crandall et. al, 2018; Falomir-Pischastor et al., 2018), ou comportamentos não cívicos (Brauer & Chaurand, 2010), possa ter condicionado a validade e/ou fidelidade das medidas.

Estudos futuros, deveriam assim, investir no aprofundamento do conhecimento sobre qual a estratégia de medição mais apropriada para avaliar as normas sociais, sendo que, a partir dos nossos resultados, a colocação de questões subsequente à apresentação de uma situação/discurso hipotético, parece ser a estratégia de medição mais adequada.

Outra das limitações reside na escala de motivação para responder sem preconceito, que foi pela primeira vez adaptada ao contexto do idadismo, e que aquando a realização da Análise em Componentes Principais, não originou os dois fatores expectáveis e observáveis noutras formas de preconceito, pelo que a sua adaptação ao preconceito etário necessita de aprofundamento.

Também a simples medição da aceitação pessoal dos discursos idadistas, pode ter sido redutora na aferição do impacto que as normas sociais poderiam ter nos níveis de idadismo pessoais dos participantes. Pesquisas futuras deveriam colmatar esta ausência, através da inclusão, no seu instrumento, de medidas de autorrelato, ou até de medidas implícitas de idadismo.

Igualmente interessante de sugerir, é a inclusão de uma escala que avalie a identificação e sentimento de pertença dos indivíduos em relação ao grupo que está na base das normas sociais, uma vez que, diversos estudos têm destacado a saliência da norma enquanto um determinante preponderante da sua influência sobre o comportamento e atitudes dos indivíduos (e.g., Terry & Hogg, 1996). Seria enriquecedor uma replicação do nosso estudo com o controlo destas variáveis, por forma a testar se efetivamente a identificação e sentimento de pertença à sociedade portuguesa, modera a relação entre as normas sociais idadistas da nossa sociedade e a aceitação de discursos idadistas.

Por fim, chama-se a atenção para que em investigações futuras se invista no alcance de um equilíbrio da amostra, em termos de género, já que uma das nossas limitações reside na reduzida representatividade de elementos do sexo masculino, por comparação ao número de participantes do sexo feminino, o que condiciona a generalização dos resultados.

### Conclusão

A presente investigação recaiu sobre a aferição da existência de normas sociais idadistas na sociedade portuguesa, e em particular, no estudo do potencial efeito diferenciado que as distintas tipologias de idadismo – idadismo flagrante, idadismo subtil ou ausência de idadismo – poderiam ter na ativação de normas sociais, descritivas e prescritivas. Acrescido, pretendeu ainda verificar, de que forma as normas sociais percebidas – no discurso ou na sociedade portuguesa em geral – condicionavam a aceitação pessoal do preconceito etário, sendo que as motivações pessoais, internas e externas, para responder sem idadismo, também foram incluídas na equação, por forma a testar o seu potencial efeito moderador neste modelo.

Por não existir um consenso acerca de quais as medidas mais privilegiadas no acesso às normas sociais, este estudo recorreu a diferentes instrumentos e metodologias, selecionadas a partir de uma vasta revisão de literatura, perseguindo deste modo, o objetivo exploratório de averiguar quais as medidas mais eficazes e viáveis no estudo desta temática.

Numa primeira instância, tomámos como referência o paradigma de Monteith et al. (1996) e o trabalho desenvolvido por Barreto & Ellemers (2005), para o desenvolvimento das nossas manipulações, que aludiam a discursos de idadismo flagrante, idadismo subtil, ou ausência de idadismo, e a partir das quais avaliámos não só a aceitação pessoal do idadismo, como também as normas sociais percebidas nesse discurso. Acrescido, foram colocadas outras questões mais gerais de medição das normas percebidas sobre o idadismo na sociedade portuguesa em geral.

Uma vez que Barreto & Ellemers (2005) aferiram, através da apresentação de discursos ou de sexismo flagrante ou de sexismo subtil, que o sexismo subtil não era entendido como uma real forma de preconceito de género, e que Horhota et al. (2018) confirmaram uma maior aceitação de afirmações de idadismo subtil, em comparação com as afirmações de idadismo flagrante, esperávamos que os dados se replicassem no contexto português, e que os participantes aceitassem em maior grau um discurso de idadismo subtil do que um discurso de idadismo flagrante, o que efetivamente se confirmou e é em parte alarmante.

No que diz respeito às normas sociais, tendo em conta as propostas de Vala et al. (2015) acerca da maior normatividade do preconceito subtil em detrimento do preconceito flagrante, propusemos que o idadismo seria percebido como normativamente mais aceite, em termos descritivos e prescritivos, na condição subtil do que na condição flagrante. Contudo, ao contrário do esperado, o idadismo subtil foi percebido como pouco adequado (norma prescritiva) e pouco comum (norma descritiva) na nossa sociedade, o que à primeira vista nos parece indicar uma norma anti idadismo subtil, mas que poderá antes, ser atribuído à percepção de que na sociedade

não é defendido um discurso que em termos pessoais consideram aceitável. Já o idadismo flagrante foi, como esperado, igualmente considerado pouco adequado, mas contra todas as expectativas, percebido como bastante comum na sociedade portuguesa, pelo que estes dados ilustram que em Portugal, a percepção da pouca adequação de um discurso flagrantemente idadista não é suficiente para inibir a sua perpetuação.

Estas conclusões apenas foram retiradas das medidas de normas assentes no discurso hipotético, uma vez que as medidas sobre as normas sociais na sociedade portuguesa em geral, não parecem ter sido influenciadas pela manipulação. De qualquer forma, estas medidas mais gerais foram relevantes para corroborar a prevalência de normas idadistas na nossa sociedade, o que faz com que apesar de vivermos numa época de anti preconceito (Monteith et al., 1996), persista uma legitimidade normativa na perpetuação das vertentes mais flagrantes e hostis do preconceito etário, e que nos impele para ideia defendida por Stuckelberger et al. (2012), de que o idadismo é principalmente utilizado como um termo legal, que muitas vezes não é tido em conta na prática comportamental.

Nesta investigação, inspirámo-nos também no trabalho de Crandall et al. (2002), e postulámos que a existência de uma norma anti-idadista, prescritiva e descritiva, conduziria a uma menor aceitação do idadismo na condição de idadismo flagrante, mas não na condição de idadismo subtil, o que não se confirmou. Apesar disso, surgiram em contrapartida outros resultados de interesse, tendo-se verificado que a percepção das normas sociais prescritivas percebidas no discurso afetava positivamente a aceitação pessoal desse discurso, quer em termos flagrantes, quer em termos subtis. Em termos do impacto das normas descritivas percebidas no discurso, os resultados aparentaram algumas contradições, possivelmente devido a propriedades estatísticas, contudo uma análise de correlações revelou que as normas descritivas se encontravam negativamente relacionadas com a aceitação do discurso.

O efeito da motivação intrínseca para responder sem idadismo na aceitação pessoal dos diferentes discursos idadistas, e o efeito moderador da motivação extrínseca e intrínseca na relação entre as normas sociais e a aceitação do discurso em cada condição, também foram testados.

Para o primeiro caso, adotámos como referência as considerações de Plant & Devine (1998), em comunhão com as informações acerca do preconceito subtil de Barreto & Ellemers (2005), e previmos que os indivíduos com maior motivação intrínseca para responder sem idadismo, aceitariam menos um discurso de idadismo flagrante, mas não um discurso de idadismo subtil, o que se confirmou.

Já para o segundo caso, apoiámo-nos na informação de que os indivíduos motivados de forma extrínseca, não expressam publicamente o seu preconceito, somente por se encontrarem socialmente pressionados a suprimi-lo, enquanto os indivíduos motivados de forma intrínseca o faziam por se encontrarem autodeterminados a agir desse modo (Plant & Devine, 1998), pelo que hipotetizámos que a motivação externa para responder sem preconceito, moderasse a relação entre as normas sociais percebidas no discurso e a aceitação desse mesmo discurso, enquanto a motivação intrínseca não exerceria o mesmo efeito moderador. Esta hipótese apenas foi parcialmente confirmada no nosso estudo, contudo não deverá deixar de despertar interesse em estudos futuros, uma vez que na nossa amostra, os valores de motivação extrínseca eram bastante reduzidos, o que pode ter conduzido a esta ausência de interações.

Com esta investigação, percebemos que o idadismo flagrante é muito pouco pessoalmente aceite, o que é um indicador extremamente positivo, contudo o idadismo subtil é quase tão aceite quanto um discurso sobre a defesa de espaços verdes, o que se torna preocupante, especialmente se pensarmos nos diversos efeitos nocivos que esta forma de idadismo tem sobre as pessoas idosas (e.g., Antunes, 2016).

Esta aceitação é um indicador de que os atuais níveis de idadismo se manterão na nossa sociedade, a não ser que haja alguma mudança social. Numa sociedade em que parece não existir uma consciencialização para a vertente do idadismo subtil, torna-se fundamental informar e consciencializar os cidadãos para o facto de esta ser efetivamente uma forma de preconceito com repercussões fulcrais para o seu grupo alvo, através por exemplo de ações de formação, já que este estudo evidenciou também a importância da formação na compreensão deste fenómeno, com os indivíduos mais escolarizados a aceitarem em menor grau esta forma de idadismo.

Esta pesquisa alertou-nos também para a existência de normas sociais conflitantes em relação ao idadismo flagrante, considerando-se que a sociedade defende, em termos prescritivos, uma norma anti-idadista, que na realidade contraria nas suas ações e origina uma norma descritiva idadista.

Partindo das considerações de Crandall et al. (2013), de que o estatuto normativo de um grupo dependerá do nível de interesse científico que lhe é despendido, revela-se fundamental investir na exploração e divulgação desta temática, através da investigação científica e do desenvolvimento de ações individuais e organizadas.

Em termos individuais, estas ações passam por cada sujeito se educar a si mesmo sobre o envelhecimento, por evitar piadas depreciativas sobre as pessoas idosas, e linguagem paternalista ou condescendente quando se refere ao envelhecimento (Palmore, 2015).

Já em termos cooperativos, poderão passar pela utilização dos media para informar e dissuadir os comportamento idadistas, por divulgar a legislação existente sobre os direitos das pessoas de todas as idades, ou pelo uso de petições e ações coletivas para incentivar à melhor aplicação das leis atuais sobre o preconceito etário (Palmore, 2015), uma vez que efetivamente, estas leis que pretendem inibir a discriminação etária existem, contudo mais do que referi-las, importa garantir o seu cumprimento, mediante a consciencialização da inconstitucionalidade do idadismo, e do que este representa enquanto violação dos direitos humanos fundamentais (Marques, 2011).

Finalizando, torna-se essencial reforçar, que independentemente de nem todos os resultados obtidos terem ido ao encontro das hipóteses postuladas, este estudo se assumiu enquanto pioneiro na aferição da existência de normas sociais idadistas em Portugal, tendo para isso recorrido a diferentes metodologias de aferição de normas, cumprindo o objetivo exploratório de averiguar quais as melhores medidas de avaliação das normas sociais.

Para além disso, serviu ainda para constatar uma ativação diferenciada das normas em função do tipo de idadismo induzido: idadismo flagrante, subtil ou ausência de idadismo.

Por fim, esta investigação permitiu ainda, perceber o impacto das normas sociais e da motivação interna para responder sem idadismo nas medidas pessoais de preconceito etário, proporcionando deste modo, um grande leque de informações que deverão funcionar como um ponto de partida para o desenvolvimento e aprimoramento de novas investigações acerca destas temáticas, não só no contexto português, como no contexto internacional.

## Referências

- Abrams, D., Russel, P. S., Vauclair, C. M., & Swift, H. (Eds.) (2011). *Ageism in Europe and the UK: Findings from the European Social Survey* (1ª ed.). Londres, England: Age UK.
- Antunes, A. S. M. (2016). Serei velho demais para trabalhar? As consequências do idadismo flagrante e do idadismo subtil face aos trabalhadores mais velhos (Dissertação de Mestrado). Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal.
- Avolio, B. J., & Barret, G.V. (1987). Effects of age stereotyping in a simulated interview. *Psychology and Aging*, 2, 56-63. doi: 10.1037/0882-7974.2.1.56
- Ayalon, L., & Tesch-Römer, C. (2017). Taking a closer look at ageism: self- and other- directed ageist attitudes and discrimination. *European Journal of Ageing*, 14, 1-4. doi: 10.1007/s10433-016-0409-9
- Baduroglu, A., Yoon, C., Luo, T., & Park, D. C. (2006). Age related stereotypes: A comparasion of american and chinese cultures. *Gerontology*, 52, 324-333. doi: 10.1159/000094614
- Barber, S. J., & Tan, S. C. (2018). Ageism affects the future time perspective of older adults. *GeroPsych: The Journal of Gerontopsychology and Geriatric Psychiatry*, 31, 115-126. doi: 10.1024/1662-9647/a000189
- Barreto, M., & Ellemers, N. (2005). The burder of benevolent sexism: How it contributes to the maintenance of gender inequalities. *European Journal of Social Psychology*, 35, 633-642. doi: 10.1002/ejsp.270
- Blanchard, F. A., Crandall, C. S., Brigham, J. C., & Vaughn, L. A. (1994). Condemning and condoning racism: A social context approach to interracial settings. *Journal of Applied Psychology*, 79, 993-997.
- Blanchard, F. A., Lilly, T., & Vaughn, L. A. (1991). Reducing the expression of racial prejudice. *Psychological Science*, 2, 101-105.
- Bodner, E. (2009). On the origins of ageism among older and younger adults. *International Psychogeriatrics*, 21, 1003-10014. doi: 10.1017/S104161020999055X
- Bratt, C., Abrams, D., Swift, H. J., Vauclair, C. M., & Marques, S. (2018). Perceived age discrimination across age in europe: From an ageing society to a society for all ages. *Developmental Psychology*, 54, 167-180. doi: 10.1037/dev0000398.supp
- Brauer, M., & Chaurand, N. (2010). Descriptive norms, prescriptive norms, and social control: An intercultural comparasion of people's reactions to uncivil behaviors. *European Journal of Social Psychology*, 40, 490-499. doi: 10.1002/ejsp.640
- Burger, J. M., & Shelton, M. (2011). Changing everyday health behavior through descriptive norms manipulations. *Social Influence*, 6, 69-77. doi: 10.1080/15534510.2010.542305
- Burger, J. M., Bell, H., Harvey, K., Johnson, J., Stewart, C., Dorian, K., & Swedroe, M. (2010). Nutritious or delicious? The effect of descriptive norm information on food choise. *Journal of Social and Clinical Psychology*, 29, 228-242.
- Butler, R. N. (1969). Age-ism: Another form of bigotry. *The Gerontologist*, 9, 243-246. doi: 10.1093/geront/9.4\_Part\_1.243
- Butz, D. A., & Plant, E. A. (2009). Prejudice control and interracial relations: The role of motivation to respond without prejudice. *Journal of Personality*, 77, 1311-1342. doi: 10.1111/.1467-6494.2009.00583.x

- Calasanti, T. (2016). Combating ageism: How successful is successful aging? *The Gerontologist*, *56*, 1093-1101. doi: 10.1093/geront/gnv076
- Carvacho, H., Zick, A., Haye, A., González, R., Manzi, J., Kocik, C., & Bertt, M. (2013). On the relation between social class and prejudice: The roles of education, income, and ideological attitudes. *European Journal of Social Psychology*, *43*, 272-285. doi: 10.1002/ejsp.1961.
- Cary, L. A., Chasteen, A. L., & Remédios, J. (2017). The ambivalente ageism scale: Developing and validating a scale to measure benevolent and hostile ageism. *The Gerontologist*, *57*, 27-36. doi: 10.1093/geront/gnw118
- Cherry, K. E., & Palmore, E. (2008). Relating to older people evaluation (rope): A measure of self-reported ageism. *Educational Gerontology*, *34*, 849-861. doi: 10.1080/03601270802042099
- Chonody, J. M. (2016). Positive and negative ageism: The role of benevolent and hostile sexism. *Journal of Women and Social Work*, *31*, 207-218. doi: 10.1177/0886109915595839
- Chonody, J. M., Webb, S. N., Ranzijn, R., & Bryan, J. (2014). Working with older adults: Predictors of attitudes towards ageing in psychology and social work students, faculty, and practitioners. *Australian Psychology*, *49*, 374-383. doi: 10.1111/ap.12056
- Cialdini, R. B. (2005). Basic social influence is underestimated. *Psychological Inquiry*, *16*, 158-161. doi: 10.1207/s15327965pli1604\_03
- Cialdini, R. B., & Trost, M. R. (1998). Social influence: Social norms, conformity and compliance. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), *The handbook of social psychology* (4<sup>a</sup> ed., pp. 151-192). New York: McGraw-Hill.
- Cialdini, R. B., Reno, R. R., & Kallgren, C. A. (1990). A focus theory of normative conduct: Recycling the concept of norms to reduce littering in public places. *Journal of Personality and Social Psychology*, *6*, 1015-1026.
- Cohen, E. S. (2001). The complex nature of ageism: What is it? Who does it? Who perceives it? *The Gerontologist*, *41*, 576-577.
- Crandall, C. S., & Eshleman, A. (2003). A justification-suppression model of the expression and experience of prejudice. *Psychological Bulletin*, *129*, 414-446. doi: 10.1037/0033-2909.129.3.414
- Crandall, C. S., Eshleman, A., & O'Brien, L. (2002). Social norms and the expression and suppression of prejudice: The struggle for internalization. *Journal of Personality and Social Psychology*, *82*, 359-378. doi: 10.1037//0022-3514.82.3.359
- Crandall, C. S., Ferguson, M. A., & Bahns, A. J. (2013). When we see prejudice: The normative window and social change. In C. Stangor & C. S. Crandall (Eds.), *Stereotype and Prejudice* (pp. 53-69). Hove, United Kingdom: Psychology Press.
- Crandall, C. S., Miller, J. M., & White, M. H. (2018). Changing norms following the 2016 u.s. presidential election: The trump effect on prejudice. *Social Psychological and Personality Science*, *9*, 186-192. doi: 10.1177/1948550617750735
- Croson, R., Handy, F., & Shang, J. (2009). Keeping up with janases: The relationship of perceived descriptive social norms, social information, and charitable giving. *Nonprofit Management and Leadership*, *19*, 467-489. doi: 10.1002/nml.232

- Cuddy, A. J. C., & Fiske, S. T. (2002). Doddering but dear: Process, content, and function in stereotyping of older persons. In T. D. Nelson (Ed.), *Ageism: Stereotyping and Prejudice Against Older Persons* (pp. 3-26). London, England: A Bradford Book.
- Cuddy, A. J. C., Norton, M. I., & Fiske, S. T. (2005). This old stereotype: The pervasiveness and persistence of the elderly stereotype. *Journal of Social Issues, 61*, 265-283.
- Darity, W. A. (Ed.) (2008). *International Encyclopedia of the Social Sciences* (2<sup>a</sup> ed.). Detroit, EUA: Gale.
- Drury, L., Abrams, D., Swift, H. J., Lamont, R. A., & Geracova, K. (2017). Can caring create prejudice? An investigation of positive and negative intergenerational contact in care settings and the generalisation of blatant and subtle age prejudice to other older people. *Journal of Community & Applied Social Psychology, 27*, 65-82. doi: 10.1002/caps.2294
- Dunton, B. C., & Fazio, R. H. (1997). An individual difference measure of motivation to control prejudice reactions. *Personality and Social Psychology Bulletin, 23*, 316-326. doi: 10.1177/0146167297233009
- Falomir-Pichastor, J. M., Mugny, G., Frederic, N., Berent, J., & Lalot, F. (2018). Motivation to maintain a nonprejudice Identity. *Social Psychology, 43*, 168- 181.
- Fernández-Ballesteros, R. (2004). Gerontología social. Una introducción. In R. Fernández-Ballesteros (Ed.), *Gerontología Social* (1<sup>a</sup> ed., pp. 31-53). Madrid, España: Ediciones Pirámide.
- Ferreira-Alves, J., & Novo, R. F. (2006). Avaliação da discriminação social de pessoas idosas em Portugal. *International Journal of Clinical and Health Psychology, 6*, 65-77.
- Field, A. (2009). *Discovering statistics using SPSS* (3<sup>a</sup> ed.). London, England: SAGE Publications Ltd.
- Forscher, P. S., Cox, W. T. L., Graetz, N., & Devine, P. G. (2015). The motivation to express prejudice. *Journal of Personality and Social Psychology, 5*, 791-812. doi: 10.1037/pspi0000030
- França, D. X., & Monteiro, M. B. (2004). As novas expressões de racismo na infância. In M. E. Lima & M. E. Pereira (Eds.), *Estereótipos, preconceito e discriminação: Perspetivas teóricas e metodológicas* (pp. 139-160). Salvador: EDUFBA.
- Fugas, C. S., & Meliá, J. L. (2011). The “is” and the “ought”: How do perceived social norms influence safety behavior at work? *Journal of Occupational Health Psychology, 16*, 67-79. doi: 10.1037/a0021731
- Gaertner, S. L., & Dovidio, J. F. (1986). The aversive form of racismo. In J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Eds.), *Prejudice, discrimination, and racism* (pp. 61-89). New York, USA: Academic.
- Gendron, T. L., Welleford, A., Inker, J., & White, J. T. (2015). The language of ageism: Why we need to use words carefully. *The Gerontologist, 56*, 997-1006. doi: 10.1093/geront/gnv066
- Gerber, A. S., & Rogers, T. (2009). Descriptive social norms and motivation to vote: Everybody’s voting and so should you. *The Journal of Politics, 71*, 178-191. doi: 10.1017/S002238160809017
- Glick, P., & Fiske, S. T. (1996). The ambivalent sexism inventory: Differentiating hostile and benevolent sexism. *Journal of Personality and Social Psychology, 70*, 491-512. doi: 10.1037/0022-3514.70.3.491

- Haslam, N. (2006). Dehumanization: An integrative review. *Personality and Social Psychology Review, 10*, 262-264. doi: 10.1207/s15327957pspr1003\_4
- Hayes, A. F. (2018). *Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis* (2ª ed.). New York: The Guilford Press.
- Horhota, M., Chasteen, A. L., & Crumley-Branyon, J. J. (2018). Is ageism acceptable when it comes from a familiar partner? *Journals of Gerontology: Psychological Sciences, 20*, 1-5. doi: 10.1093/geronb/gby066
- Instituto Nacional de Estatística (2019a). *Tábuas de Mortalidade para Portugal* [PDF]. Retirado [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=354096866&DESTAQUESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=354096866&DESTAQUESmodo=2)
- Instituto Nacional de Estatística (2019b). *Índice de Envelhecimento por Local de Residência* [PDF]. Retirado [de https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&contacto=pi&indOcorrCod=0008258&selTab=tab0](https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contacto=pi&indOcorrCod=0008258&selTab=tab0)
- Iversen, T. N., Larsen, L., & Solem, P. E. (2009). A conceptual analysis of ageism. *Nordic Psychology, 61*, 4-22. doi: 10.1027/1901-2276.61.3.4
- Kagan, S. H. (2008). Ageism in cancer care. *Seminars in Oncology Nursing, 24*, 246-253. doi: 10.1016/j.soncn.2008.08.004
- Kelchner, E. S. (2008). Ageism's impact and effect on society. *Journal of Gerontological Social Work, 32*, 85-100. doi: 10.1300/J083v32n04\_07
- Klonis, S. C., Plant, E. A., & Devine, P. G. (2005). Internal and external motivation to respond without sexism. *Personality and Social Psychology Bulletin, 31*, 1237-1249.
- Labovitz, S., & Hagedorn, R. (1973). Measuring social norms. *The Pacific Sociological Review, 16*, 283-303.
- Lacerda, M., Pereira, C., & Camino, L. (2002). Um estudo sobre as formas de preconceito contra homossexuais na perspetiva das representações sociais. *Psicologia: Reflexão e Crítica, 15*, 165-178.
- Lamont, R. A., Swift, H. J., & Abrams, D. (2015). A review and meta-analysis of age-based stereotype threat: Negative stereotypes, not facts, do the damage. *Psychology and Aging, 30*, 180-193. doi: 10.1037/a0038586
- Levy, S. R., & Macdonald, J. L. (2016). Progress on understanding ageism. *Journal of Social Issues, 72*, 5-25. doi: 10.1111/josi.12153
- Mackie, G., Moneti, F., Shakya, H., & Denny, E. (2015). What are social norms? How are they measured? [PDF]. Retirado [de https://www.unicef.org/protection/files/4\\_09\\_30\\_Whole\\_What\\_are\\_Social\\_Norms.pdf](https://www.unicef.org/protection/files/4_09_30_Whole_What_are_Social_Norms.pdf)
- Marques, S. (2011). *Discriminação da Terceira Idade*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Meertens, R. W., & Pettigrew, T. F. (1997). Is subtle prejudice really prejudice? *Public Opinion Quarterly, 61*, 54-71.
- Minard, R. D. (1952). Race relationships in the pocahontas coal field. *Journal of Social Issues, 8*, 29-44. doi: 10.1111/j.1540-4560.1952.tb01592.x
- Monteith, M. J., Deneen, N. E., & Tooman, G. D. (1996). The effect of social norm activation on the expression of opinions concerning gay men and black. *Basic Applied Social Psychology, 18*, 267-288.

- Nelson, T. D. (2005). Ageism: Prejudice against our feared future self. *Journal of Social Issues, 61*, 207- 221.
- Nemmers, T. M. (2004). The influence of ageism and ageist stereotypes on the elderly. *Physical & Occupational Therapy in Geriatrics, 22*, 11-20. doi: 10.1300/JI48v22n04\_02
- North, M. S., & Fiske, S. T. (2012). An inconvenienced youth? Ageism and its potential intergenerational roots. *Psychological Bulletin, 138*, 982-997. doi: 10.1037/a0027843
- Palma, T., & Maroco, J. (2008). Motivação interna e motivação externa para responder sem preconceito: Tradução, adaptação e validação das duas escalas para a população portuguesa. *Laboratório de Psicologia, 6*, 15-24.
- Palmore, E. (2015). Ageism comes of age. *Journals of Gerontology, 70*, 873-875. doi: 10.1093/geronb/bgv079.
- Palmore, E. B. (2017). Auto-gerontology: A personal odyssey. *Journal of Applied Gerontology, 36*, 1295-1305. doi: 10.1177/0733464816648140
- Pepitone, A. (1976) Toward a normative and comparative biocultural social psychology. *Journal of Personality and Social Psychology, 34*, 641-653. doi: 10.1037/0022-3514.34.4.641.
- Pereira, A., Monteiro, M. B., & Camino, L. (2009). Social norms and prejudice against homosexuals. *The Spanish Journal of Psychology, 12*, 576-584.
- Pereira, S. I. E. (2013). Diz-me com quem andas, dir-te-ei quanto bebes!: O papel das normas sociais e da identificação grupal no consumo de álcool em estudantes universitários (Dissertação de Mestrado). Instituto Universitários de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal.
- Pettigrew, T. F., & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in western europe. *European Journal of Social Psychology, 25*, 57- 75.
- Plant, E. A., & Devine, P. G. (1998). Internal and external motivation to respond without prejudice. *Journal of Personality and Social Psychology, 75*, 811-832.
- Plant, E. A., & Devine, P. G. (2001). Responses to other- imposed pro-black pressure: Acceptance or backlash? *Journal of Experimental Social Psychology, 37*, 486-501. doi: 10.1006/jesp.2001.1478
- Pryor, J. B., Reeder, G. D., & Landau, S. (1999). A social-psychological analysis of hiv-related stigma. *American Behavioral Scientist, 42*, 1193-1211.
- Reyes-Ortiz, C. (1997). Physicians must confront ageism. *Academic Medicine, 72*, 81.
- Robinson, S., & Howatson-Jones, L. (2014). Children's views of older people. *Journal of Research in Childhood Education, 28*, 293-312. doi: 10.1080/02568543.2014.912995
- Rodrigues, R. B. (2011). Conflicting social norms and white children's expression of intergroup racial attitudes: A socio-normative developmental model (Dissertação de Doutoramento). Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Lisboa, Portugal.
- Rodríguez, A., Betancor, V., & Delgado, N. (2009). The social norm related to the explicit expression of prejudice towards different social groups. *Revista de Psicología Social, 24*, 17-27. doi: 10.1174/021347409786922961
- Schultz, P. W., Nolan, J. M., Cialdini, R. B., Goldstein, N. J., & Griskevicius, V. (2007). The constructive, destructive, and reconstructive power of social norms. *Psychological Science, 18*, 429-434.
- Sherif, M. (1936). *The psychology of social norms*. Oxford, England: Harper.

- Sherif, M., & Sherif, C. (1953). *Groups in harmony and tension*. New York:, USA: Harper.
- Smith, J. R., & Louis, W. R. (2008). Do as we say and as we do: The interplay of descriptive and injunctive group norms in the attitude-behavior relationship. *British Journal of Social Psychology*, *47*, 647-666. doi: 10.1348/014466607X269748
- Snellman, F. (2016). Whose ageism? The reinvigoration and definitions of an elusive concept. *Nordic Psychology*, *68*, 148-159. doi: 10.1080/19012276.2015.1125301
- Stangor, C., Sechrist, G. B., & Jost, J. T. (2001). Changing racial beliefs by providing consensus information. *Personality and Social Bulletin*, *27*, 486-496.
- Stuckelberger, A., Abrams, D., & Chastonay, P. (2012). Age discrimination as a source of exclusion in europe: The need for a human rights plan for older persons. In S. Thomas & K. Norah (Eds.), *From exclusion to inclusion in old age: A global challenge* (pp. 125-144). Bristol, UK: The Policy Press.
- Stypinska, J., & Turek, K. (2017). Hard and soft age discrimination: The dual nature of workplace discrimination. *European Journal of Ageing*, *14*, 46-61.
- Swift, H. J., Abrams, D., Lamont, R. A., & Drury, L. (2017). The risks of ageism model: How ageism and negative attitudes toward age can be a barrier to active aging. *Social Issues and Policy Review*, *11*, 195-231. doi: 10.1111/sipr.12031
- Terry, D. J., & Hogg, M. A. (1996). Group norms and the attitude-behavior relationship: A role for group identification. *Society for Personality and Social Psychology*, *22*, 776-793.
- Thijs, J., Gharaei, N., & Vroome, T. (2016). “Why should I: Adolescent’s motivations to regulate prejudice in relation to their norm perceptions and ethnic attitudes. *International Journal of Intercultural Relations*, *53*, 83-94. doi: 10.1016/j.ijintrel.2016.05.006
- Vala, J., Brito, R., & Lopes, D. (2015). *Expressões dos Racismos em Portugal* (2ª ed.). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Van den Heuvel, W. J. A., & Van Santvoort, M. M. (2011). Experienced discrimination amongst european old citizens. *European Journal of Ageing*, *8*, 291-299. doi: 10.1007/s10433-011-0206-4
- Walkera, B. H., Sinclair, H. C., & MacArthur, J. (2015). Social norms versus social motives: The effects of social influence and motivation to control prejudiced reactions on the expression of prejudice. *Social Influence*, *10*, 55-67. doi: 10.1080/15534510.2014.904247
- Wold, G. H. (2012). Overview of aging: Trends and issues. In G. H. Wold (Ed.), *Basic Geriatric Nursing* (5ª ed., pp. 1-27). Missouri, USA: Elsevier Mosby.
- Zitek, E. M., & Hebl, M. R. (2006). The role of social norm clarity in the influenced expression of prejudice over time. *Journal of Experimental Social Psychology*, *43*, 867-876. doi: 10.1016/j.jesp.2006.10.010

**Anexos**

**Anexo A - Questionário**

Primeiramente, gostaríamos de lhe colocar algumas questões, que nos permitam conhecê-lo melhor:

**1. Sexo**

Masculino

Feminino

**2. Idade** \_\_\_\_\_

**3. Qual a sua Nacionalidade?** (Se selecionou a opção "Outra", por favor indique qual)

Portuguesa

Outra. Qual? \_\_\_\_\_

**4. Quais as suas habilitações escolares?** Por favor, indique o grau mais elevado completado (Se selecionou a opção "Outra", indique qual)

Ensino Primário ou 1º Ciclo

Ensino Preparatório ou 2º Ciclo

Ensino Unificado ou 3º Ciclo

Ensino Secundário

Bacharelato/Licenciatura

Mestrado

Doutoramento

Outra \_\_\_\_\_

## ACEITAÇÃO PESSOAL E SOCIAL DO IDADISMO FLAGRANTE E SUBTIL

5. Qual a sua situação perante o trabalho?

- Empregado/a
- Desempregado/a
- Estudante
- Trabalhador-Estudante
- Doméstico/a
- Reformado/a

De seguida, ser-lhe-á apresentada uma lista de diferentes grupos sociais e o que lhe pedimos é que para cada um deles, indique, em que grau é aceitável ter sentimentos negativos em relação a esse grupo, através de uma escala de “1- Não é de todo aceitável” a “7- É Totalmente Aceitável”

	Totalmente Inaceitável ter sentimentos negativos em relação a este grupo <b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	Totalmente Aceitável ter sentimentos negativos em relação a este grupo <b>7</b>
<b>1.</b> Abusadores Sexuais							
<b>2.</b> Pessoas Obesas							
<b>3.</b> Testemunhas de Jeová							
<b>4.</b> Pessoas negras							
<b>5.</b> Portadores de HIV							
<b>6.</b> Pessoas idosas							
<b>7.</b> Fumadores							
<b>8.</b> Agressores de Violência Doméstica							
<b>9.</b> Terroristas							
<b>10.</b> Pessoas homossexuais com filhos							
<b>11.</b> Imigrantes ilegais							
<b>12.</b> Pessoas invisuais							

## ACEITAÇÃO PESSOAL E SOCIAL DO IDADISMO FLAGRANTE E SUBTIL

Dos grupos que acabou de avaliar, **ser-lhe-á atribuído aleatoriamente um deles**, sendo que as perguntas que se seguem se focarão nesse grupo.

Clique na seta para avançar e descobrir que grupo lhe foi atribuído

...

“Ao ter clicado nas setas para avançar foi-lhe atribuído o grupo social:

### “Pessoas idosas”

De seguida, ser-lhe-ão apresentadas algumas afirmações e o que lhe será pedido é que através de uma escala que varia de 1- Discordo Fortemente a 9- Concordo Fortemente, indique o seu grau de concordância com essas afirmações.

	<b>Discordo Fortemente</b> <b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>Concordo Fortemente</b> <b>9</b>
<b>1.</b> Tento agir de forma não-preconceituosa face a pessoas idosas porque é um assunto muito importante para mim									
<b>2.</b> Segundo os meus valores pessoais, o uso de estereótipos contra a população idosa é aceitável									
<b>3.</b> São as minhas crenças pessoais que me motivam a ser não-preconceituoso(a) face aos idosos									
<b>4.</b> Devido aos meus valores pessoais creio que é errado usar estereótipos acerca das pessoas idosas									
<b>5.</b> Ser não- preconceituoso(a) face aos seniores é importante para o meu autoconceito (quem em penso que sou)									
<b>6.</b> Tendo em conta a pressão atual para ser politicamente correto, tento parecer não-preconceituoso(a) face à população idosa									
<b>7.</b> Tento esconder quaisquer pensamentos negativos sobre os idosos, de modo a evitar reações negativas por parte de outras pessoas									
<b>8.</b> Se eu agisse de forma preconceituosa com pessoas seniores preocupar-me-ia que as outras pessoas se irritassem comigo									
<b>9.</b> Tento parecer não preconceituoso(a) face às pessoas idosas de modo a evitar censura por parte de outras pessoas									
<b>10.</b> Tento agir de forma não-preconceituosa face aos idosos devido à pressão de outras pessoas									

**Em seguida iremos apresentar-lhe um discurso proferido por um indivíduo, num local público, depois de ter visto uma notícia na televisão. Pedimos que o leia atentamente, que tente memorizar este discurso e que responda às questões que lhe serão colocadas de seguida:**

“Os idosos são um peso para o sistema de saúde e para o sistema económico... Decorrente da minha experiência, o que posso afirmar é que os idosos exageram nos problemas que têm no trabalho. Para além disso, a maioria das pessoas idosas interpreta observações e atos inocentes, como sendo preconceito face á sua idade, e sentem-se logo facilmente ofendidas.”

**Ou**

**Em seguida iremos apresentar-lhe um discurso proferido por um indivíduo, num local público, depois de ter visto uma notícia na televisão. Pedimos que o leia atentamente, que tente memorizar este discurso e que responda às questões que lhe serão colocadas de seguida:**

“Mesmo que queiram, as pessoas idosas não deveriam ser consideradas para trabalhar, uma vez que já pagaram a sua dívida à sociedade. Assim, ao invés de trabalharem, as pessoas idosas precisam é de ser protegidas das duras realidades da sociedade e de notícias tristes, até porque estas pessoas choram facilmente. O que deveria ser transmitido na televisão é que mesmo que as pessoas idosas não peçam, deve ser sempre oferecida ajuda a estas pessoas!”

**Ou**

**Em seguida iremos apresentar-lhe um discurso proferido por um indivíduo, num local público, depois de ter visto uma notícia na televisão. Pedimos que o leia atentamente, que tente memorizar este discurso e que responda às questões que lhe serão colocadas de seguida:**

“Efetivamente, considero que a construção de mais espaços verdes na cidade de Lisboa é fundamental. Claro que tal investimento irá acarretar bastantes custos em termos económicos, mas que custo terá, a ausência destes espaços, para o nosso futuro?! A aposta na natureza é essencial para o equilíbrio do nosso ecossistema e nós não podemos ficar indiferentes a isto!”

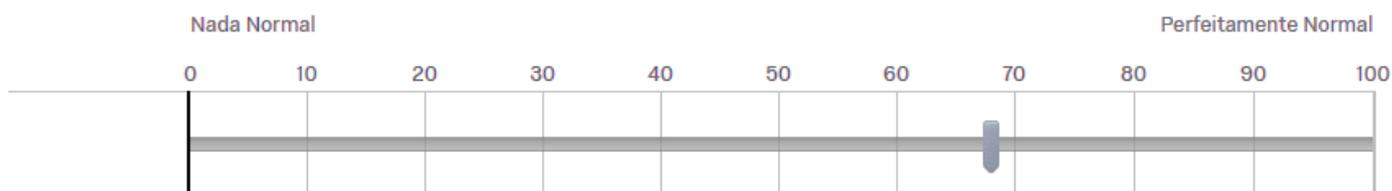
## ACEITAÇÃO PESSOAL E SOCIAL DO IDADISMO FLAGRANTE E SUBTIL

Pedimos-lhe agora que reflita sobre o excerto do discurso que acabou de ler e que descreva a sua opinião relativamente ao discurso do indivíduo, através de uma escala que varia entre 1- Nada e 7- Muito

	<b>Nada</b> <b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>Muito</b> <b>7</b>
<b>1.</b> Em que grau o discurso do individuo foi aceitável para si?							
<b>2.</b> Em que grau estaria disposto a proferir o mesmo discurso que o individuo?							
<b>3.</b> Até que ponto este discurso é adequado? Ou seja, até que ponto este discurso vai ao encontro do que é normal na sociedade portuguesa?							
<b>4.</b> Até que ponto este discurso é comum? Ou seja, até que ponto se observa este tipo de discurso em Portugal?							

**Voltando novamente a pensar no caso das pessoas idosas**, pedimos-lhe que se foque **no contexto em que está inserido**, ou seja, no contexto português e que responda às seguintes questões fazendo uso das respetivas escalas

Até que ponto é comum na nossa sociedade expressar sentimentos negativos face ao grupo das pessoas idosas?



Solicitamos-lhe que responda às duas próximas questões de acordo com a sua opinião, utilizando a escala que varia de 1-"Nada" a 7-"Muito"

	<b>"Nada"</b> <b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>"Muito"</b> <b>7</b>
<b>1)</b> Na sua opinião, a maioria da população favorece os jovens em comparação com os idosos?							
<b>2)</b> A maioria da população prefere que seja dado um tratamento igual aos idosos e aos jovens?							

ACEITAÇÃO PESSOAL E SOCIAL DO IDADISMO FLAGRANTE E SUBTIL

**Pedimos-lhe que relembre o discurso que leu anteriormente, proferido pelo indivíduo depois de ver uma notícia na televisão**

Estamos interessados(as) em saber em que grau acha que as seguintes afirmações estavam presentes no discurso do **indivíduo**:

	“Discordo Fortemente” 1	2	3	4	5	6	“Concordo Fortemente” 7
1. É bom dizer às pessoas idosas que elas são demasiado idosas para fazer certas coisas; de outra forma elas podem sentir-se magoadas quando eventualmente falharem							
2. Mesmo que queiram, as pessoas idosas não deveriam de ser consideradas para trabalhar, porque já pagaram a sua dívida à sociedade							
3. A construção de mais espaços verdes em Lisboa é muito importante							
4. É bom falar devagar com as pessoas idosas, porque estas podem levar algum tempo a entender aquilo que lhe é dito							
5. Mesmo que queiram, as pessoas idosas não deveriam de ser consideradas para trabalhar, porque são frágeis e podem ficar doentes							
6. As pessoas idosas precisam de ser protegidas das duras realidades da sociedade.							
7. Ajuda repetir as coisas às pessoas idosas porque elas raramente percebem à primeira vez.							
8. Mesmo que não a peçam, deve ser sempre oferecida ajuda às pessoas idosas							
9. Mesmo que não peçam ajuda, as pessoas idosas devem ser sempre ajudadas com as suas compras							
10. As pessoas devem proteger os adultos mais velhos de notícias tristes porque elas choram facilmente							
11. A maioria das pessoas idosas interpreta observações e atos inocentes, como sendo idadeismo (preconceito face à sua idade)							
12. Os idosos sentem-se facilmente ofendidos							
13. É mais importante o custo da ausência de espaços verdes na cidade, do que os custos económicos gastos no investimento nestes espaços							
14. A aposta na natureza e nos espaços verdes é essencial							
15. As pessoas idosas são um peso para o sistema de saúde e para a economia							
16. As pessoas idosas exageram os problemas que têm no trabalho							
17. A natureza é importante para o equilíbrio do nosso ecossistema							

## ACEITAÇÃO PESSOAL E SOCIAL DO IDADISMO FLAGRANTE E SUBTIL

Pedimos-lhe agora que se foque **na sua própria experiência** e responda às duas questões que se seguem:

	“Nada” 1	2	3	4	5	6	“Muito” 7
1. No seu dia-a-dia, quanto contacto mantém com as pessoas idosas?							
2. Quantas pessoas idosas conhece?							

Por fim, e tendo ainda em conta **a sua própria experiência**, pedimos-lhe que responda à última questão:

	“Negativo” 1	2	3	4	5	6	“Positivo” 7
1. Quando está com pessoas idosas, pensa que o contacto que mantém com elas é...							

**Anexo B - Realização da ACP da Medida de Motivação Intrínseca e Extrínseca para Responder sem Idadismo**

Uma vez que a medida de adaptação da amostragem de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) para os itens que avaliam a motivação para responder sem idadismo é de 0,774, podemos concluir a existência de uma adequabilidade média da matriz, para além de que o teste de Esfericidade de Bartlett nos indica uma correlação significativa entre variáveis ( $\chi^2_{(45)} = 509,560$ ;  $p \leq 0,001$ ). No seguimento, foi aplicado o método de Análise em Componentes Principais (ACP), com rotação ortogonal *Varimax*, aos 10 itens em análise, que possibilitou, de acordo com o critério de Kaiser (*eigenvalue* > 1) e com o Scree Plot, a extração de três componentes que explicam 63,925% da variância total. O primeiro fator, compreende os itens 6, 7, 8, 9 e 10, que na escala original, representam a motivação extrínseca para responder sem preconceito, contudo o segundo fator compreende os itens 1, 3 e 4 e o terceiro fator, os itens 2 e 5.

Uma análise à consistência interna destes fatores, revelou um bom coeficiente de correlação para o primeiro fator ( $\alpha = 0,831$ ), contudo evidenciou um coeficiente de correlação questionável para o segundo fator ( $\alpha = 0,573$ ) e inaceitável para o terceiro fator ( $\alpha = 0,357$ ), o que nos levou a tomar como referência as subescalas originais e não estes três componentes extraídos.

### **Anexo C - Manipulação do Idadismo Flagrante**

**Em seguida iremos apresentar-lhe um discurso proferido por um indivíduo, num local público, depois de ter visto uma notícia na televisão. Pedimos que o leia atentamente, que tente memorizar este discurso e que responda às questões que lhe serão colocadas de seguida.**

“Os idosos são um peso para o sistema de saúde e para o sistema económico... Decorrente da minha experiência, o que posso afirmar é que os idosos exageram nos problemas que têm no trabalho. Para além disso, a maioria das pessoas idosas interpreta observações e atos inocentes, como sendo preconceito face á sua idade, e sentem-se logo facilmente ofendidas.”

#### **Anexo D - Manipulação do Idadismo Subtil**

**Em seguida iremos apresentar-lhe um discurso proferido por um indivíduo, num local público, depois de ter visto uma notícia na televisão. Pedimos que o leia atentamente, que tente memorizar este discurso e que responda às questões que lhe serão colocadas de seguida.**

“Mesmo que queiram, as pessoas idosas não deveriam ser consideradas para trabalhar, uma vez que já pagaram a sua dívida à sociedade. Assim, ao invés de trabalharem, as pessoas idosas precisam é de ser protegidas das duras realidades da sociedade e de notícias tristes, até porque estas pessoas choram facilmente. O que deveria ser transmitido na televisão é que mesmo que as pessoas idosas não peçam, deve ser sempre oferecida ajuda a estas pessoas!”

**Anexo E- Manipulação da Condição de Ausência de Idadismo**

**Em seguida iremos apresentar-lhe um discurso proferido por um indivíduo, num local público, depois de ter visto uma notícia na televisão. Pedimos que o leia atentamente, que tente memorizar este discurso e que responda às questões que lhe serão colocadas de seguida.**

“Efetivamente, considero que a construção de mais espaços verdes na cidade de Lisboa é fundamental. Claro que tal investimento irá acarretar bastantes custos em termos económicos, mas que custo terá, a ausência destes espaços, para o nosso futuro?! A aposta na natureza é essencial para o equilíbrio do nosso ecossistema e nós não podemos ficar indiferentes a isto!”

### **Anexo F- Consentimento Informado**

Caro/a participante, enquanto aluna do Mestrado de Psicologia Comunitária e Proteção de Crianças e Jovens em Risco e no âmbito da realização da Dissertação de Mestrado, pretendemos compreender a perceção que Jovens Adultos e Adultos, têm relativamente a diferentes grupos sociais.

Como tal, este estudo terá a duração aproximada de 15 minutos e será constituído por 2 partes: na primeira parte ser-lhe-á pedido que responda a questões sobre diferentes grupos sociais e numa segunda parte, depois de lhe ser atribuído aleatoriamente apenas um desses grupos, solicitamos que leia um pequeno texto e responda às questões que lhe são colocadas.

Destaca-se que não existem respostas certas ou erradas, para além de que as suas respostas serão anónimas e confidenciais, sendo que os dados apenas serão utilizados para fins estatísticos.

A sua participação é voluntária, pelo que em qualquer altura do estudo é livre de desistir ou de não responder a algum tipo de questão, caso não se sinta confortável.

Agradecemos desde já a sua participação, que será de suma importância para o progresso do conhecimento científico nesta área.

Muito obrigada,

Lídia Abrantes

Antes de começar, por favor, declare que:

- 1) Tenho entre 18 e 64 anos.
- 2) Tenho conhecimento de que as minhas respostas serão confidenciais e anónimas
- 3) A minha participação é voluntária e sei que posso interromper a qualquer momento

**Aceito participar**

**Não aceito participar**

**Anexo G - Cover Story**

Dos grupos que acabou de avaliar, **ser-lhe-á atribuído aleatoriamente um deles**, sendo que as perguntas que se seguem se focarão nesse grupo.

Clique na seta para avançar e descobrir que grupo lhe foi atribuído

...

“Ao ter clicado nas setas para avançar foi-lhe atribuído o grupo social:

**“Pessoas idosas”**

**Anexo H - Debriefing**

**EXPLICAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO**

Muito obrigado por ter participado neste estudo. Para além da informação adiantada no início da sua participação, o estudo incide sobre o impacto das diferentes formas de idadismo nas normas sociais e na aceitação pessoal do preconceito em relação à idade (idadismo) e pretende em primeira instância, perceber a existência ou ausência de uma norma social que defende a não expressão de preconceito em relação à idade, e em segunda instância, perceber de que forma essa norma social é ativada pelas diferentes formas de idadismo.

No âmbito da sua participação, a atribuição do grupo de “pessoas idosas”, ao contrário do descrito, foi intencional, por ser o grupo de interesse neste estudo. Para além disso, importa destacar que o cenário que leu é fictício e foi criado pelos investigadores por forma a avaliar o impacto de dois tipos de idadismo- o idadismo subtil e o idadismo flagrante, nas normas sociais

Reforçamos os dados de contacto que pode utilizar caso deseje que os seus dados não sejam utilizados, ou caso queira colocar uma dúvida, partilhar algum comentário, ou assinalar a sua intenção de receber informação sobre os principais resultados e conclusões do estudo:

Lídia Abrantes- lssas@iscte-iul.pt

Mais uma vez, obrigado pela sua participação.

